

**Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Lingüística**

**Argumentação e metáfora: uma aproximação entre a  
Teoria da Argumentação na Língua e a Lingüística  
Cognitiva.**

**Yvantelmack Dantas Valério**

**Fortaleza  
2007**

# **Argumentação e metáfora: uma aproximação entre a Teoria da Argumentação na Língua e a Lingüística Cognitiva.**

**Yvantelmack Dantas Valério**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Ana Cristina Pelosi de Macedo

**Fortaleza  
2007**

Trabalho realizado com o apoio financeiro da  
Fundação Cearense de Apoio ao  
Desenvolvimento Científico e Tecnológico -  
FUNCAP.

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade. A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida desde que seja feita de acordo com as normas da ética científica.

---

Yvantelmack Dantas Valério

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi de Macedo – Orientadora  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. Heronides Moura  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Márcia Teira Nogueira  
Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará

Dissertação aprovada em \_\_\_/\_\_\_/2007



## AGRADECIMENTOS

A minha família, Jeannie e Letícia, cujo suporte afetivo me impede de desistir.

À mamãe, ao papai e aos meus irmãos.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Cristina Pelosi de Macedo

A Professora Doutora Mônica Magalhães que me apresentou Ducrot e me esclareceu bastantes aspectos do modelo teórico que aqui adotamos.

Aos colegas de mestrado em especial a Watersar Carneiro que teve a paciência de ler este trabalho e a sagacidade de me mostrar suas falhas.

Ao Danilo, ao Daniel, ao Freitas, ao Lélis, ao Pinduca, amigos eternos.

Ao Carlos, que me ajudou com o mistério que é para mim a língua inglesa.

A todos que por vias retas ou oblíquas me ajudaram na travessia desta ponte.

A Universidade Federal do Ceará onde, há doze anos, aperfeiçoou meu espírito.

Agradecimento especial a FUNCAP que, ao me conceder uma bolsa de pesquisa, tornou possível este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho se propõe discutir a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) conforme apresentada por Oswald Ducrot e colaboradores. Mais especificamente, abordará o modelo mais recente da TAL: a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). A discussão concentrar-se-á em encadeamentos argumentativos cuja constituição comporte expressões metafóricas empregadas como argumento ou conclusão do encadeamento. Faz-se um panorama dos estudos de argumentação, com o intuito de situar a TAL no quadro desses estudos. Situada a Tal, discorre-se sobre sua origem e desenvolvimento até seu modelo atual (TBS). Mostram-se, em seguida os princípios e os conceitos da TBS. Apresentam-se ainda algumas concepções de metáfora a fim de justificar a adoção, neste trabalho, do modelo de metáfora conceitual. Realizam-se algumas análises de enunciados portadores de expressões metafóricas retirados de artigos de opinião para defender a tese de que o valor argumentativo de bloco semântico somente pode ser estabelecido, quando se leva em consideração os sentidos atualizados pelas expressões metafóricas presentes no encadeamento. Para o tratamento dessas expressões metafóricas adotamos os princípios da metáfora conceitual, conforme estabelecidos pela Linguística Cognitiva. Pondera-se, por fim, que, sendo a metáfora constitutiva de nosso sistema cognitivo, não é possível desconsiderá-la em um estudo que pretenda descrever o sistema lingüístico, pois a língua é diretamente influenciada pela configuração assumida por nosso sistema cognitivo-conceitual.

(212 palavras)

## **ABSTRACT**

This work aims at discussing the Language Argument Theory (LAT) as presented by Oswald Ducrot and his collaborators. More specifically, it will approach the most recent LAT model: the Theory of the Semantic Blocks (SBT). The discussion will focus in argumentative entailments whose constitution comprises metaphoric expressions used as argument or conclusion for the entailment. An overview of the argument studies is presented as tentative to place the LAT in the range of these studies. Once placed the LAT, its origin and development are discussed until the current model (SBT). Next, SBT's principles and concepts are presented. Also are some metaphor conceptions introduced in order to justify the adoption of the cognitive metaphor model in the work. Some analyses of statements with metaphoric expressions withdrawn from opinion articles are performed in order to confirm the thesis that the argumentative power of semantic blocks can only be established when the meanings restated by the metaphoric expressions present in the link are considered. For the treatment of those metaphoric expressions, we adopted the principles of the conceptual metaphor theory, as established by Cognitive Linguistics. Finally, it's pondered that, being the metaphor part of our cognitive system, it's impossible not to consider its influence in a study that intends to describe the linguistic system, for the language is directly influenced by the configuration assumed by our cognitive-conceptual system.

(225 words)

## RÉSUMÉ

Ce travail se propose de discuter la Théorie de l'Argumentation dans la Langue (TDL) présentée par Oswald Ducrot et ses collaborateurs. Plus spécifiquement, il approchera le modèle TDL le plus récent: la Théorie des Blocs Sémantiques (TBS). La discussion se concentrera dans les enchaînements argumentatifs dont la constitution comprend des expressions métaphoriques employées comme argumentation ou conclusion de ces enchaînements. Un panorama des études de l'argumentation est fait dans le but de situer la TAL dans la gamme de ces études. Une fois située la TAL, on la présente de son origine et de son développement jusqu'à son modèle actuel (TBS) . Dans la séquence, sont présentés les principes et les concepts de la TBS, suivis de quelques conceptions de la métaphore pour justifier l'adoption du modèle de la métaphore cognitive. Des analyses d'énoncés porteurs d'expressions métaphoriques extraits d'articles de l'opinion sont faites pour soutenir la thèse selon laquelle la valeur argumentative du bloc sémantique ne peut être établie que lorsqu'on tient en compte les significations actualisées par les expressions métaphoriques présentes dans l'enchaînement. Pour l'analyse de ces expressions métaphoriques, on a adopté les principes de la métaphore conceptuelle, selon ceux établis par la Linguistique Cognitive. On réfléchit, enfin, que, étant la métaphore constituée par notre système cognitif, il est impossible de ne pas la considérer dans une étude qui a l'intention de décrire le système linguistique, puisque la langue est directement influencée par la configuration assumée par notre système cognitif-conceptuel.

(241 mots)

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>1 - ARGUMENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 A argumentação entre os gregos.....</b>	<b>7</b>
1.1.1 Os sofistas.....	8
1.1.2 A retórica aristotélica.....	9
<b>1.2 A argumentação depois de Aristóteles.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 O século XX.....</b>	<b>14</b>
1.3.1 A nova retórica.....	14
1.3.1.1 O auditório.....	14
1.3.1.2 O acordo.....	15
1.3.1.3 Dado e interpretação.....	15
1.3.1.4 Técnicas argumentativas.....	16
<b>1.4 Considerações finais.....</b>	<b>18</b>
<b>2 - TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Teoria da Argumentação na Língua - prólogo.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 O modelo <i>Standard</i>.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 A polifonia ducrotiana.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4 A Teoria dos <i>Topoi</i>.....</b>	<b>31</b>
<b>2.5 Os blocos semânticos.....</b>	<b>37</b>
<b>2.6 A metáfora e a TAL.....</b>	<b>42</b>
<b>3 - METÁFORA.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 Algumas concepções de metáfora.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2 A metáfora conceitual.....</b>	<b>50</b>
<b>4 - METÁFORA E ARGUMENTAÇÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 O encadeamento argumentativo.....</b>	<b>60</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

Defenderemos neste trabalho a tese de que uma teoria lingüística que pretenda explicar o funcionamento do sistema lingüístico enquanto Forma (SAUSSURE, 1996) não pode prescindir de verificar o papel de elementos fundamentais que contribuem para a construção dessa forma ou, de algum modo, interferem em seu estabelecimento.

Mais especificamente, abordaremos o modelo de análise estabelecido por Ducrot e colaboradores, por eles denominado Teoria da Argumentação na Língua – TAL – (ANSCOMBRE & DUCROT, 1994). Paralelamente à abordagem desse modelo, apresentaremos os princípios que norteiam a teoria da metáfora conceitual, que enxerga o fenômeno da metáfora como um dos elementos estruturadores do sistema cognitivo (LAKOFF, 1993; LAKOFF & JOHNSON, 2002).

Embora para Ducrot e colaboradores a língua seja um organismo social, isto é, um elemento externo à cognição humana e, portanto, pelo menos à primeira vista, livre de sua influência, devemos assinalar que as atividades humanas, inclusive as sociais, são, em certa medida, determinadas pela atividade cognitiva. O caminho reverso também é verdadeiro, as atividades sociais influenciam a estrutura cognitiva (Cf. seção 3.2). Desse modo, ainda que concebida socialmente a língua permite ser investigada à luz de uma ciência cognitiva. Acreditamos ser válido e bastante útil um estudo que procure uma interface entre essas duas visões do fenômeno lingüístico. Neste trabalho, propomos uma abordagem dessa relação, ao ressaltarmos que a metáfora – como a concebe a lingüística cognitiva – influencia sobremaneira a qualidade dos encadeamentos argumentativos – como os concebe a Teoria da Argumentação na Língua.

Para a Teoria da Argumentação na Língua, o sistema lingüístico é puramente argumentativo. Isso significa dizer que todo e qualquer enunciado

lingüístico efetivamente realizado traz em si uma orientação argumentativa, decorrente da natureza do próprio sistema lingüístico, como o percebem os autores. O sistema lingüístico como que determina que os encadeamentos de enunciados devam ser entendidos como argumentativos. Ainda quando aparentemente informativo, o enunciado é, em sua base de significação, argumentativo (ANSCOMBRE & DUCROT, 1994).

Ao longo do desenvolvimento dos estudos da TAL, os pesquisadores se depararam com o problema de determinar o “responsável” pelo valor argumentativo dos encadeamentos argumentativos. Chegou-se a reservar para essa função os chamados “Operadores Argumentativos” (OA) (DUCROT, 1983), ou mesmo um princípio argumentativo culturalmente estabelecido (*TOPOS*) (ANSCOMBRE, 1995). Com o advento do modelo da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), uma nova solução foi proposta para o problema (CAREL, 1995).

Para TBS o valor argumentativo decorre da própria relação que se estabelece entre os enunciados efetivamente produzidos. Fica-nos a impressão de que a argumentação sai da língua e vai para o enunciado. Ao contrário, a língua (Forma) prevê a existência do valor argumentativo e determina como esse valor deva ser organizado. A realização material do enunciado apenas satisfaz as exigências do sistema e especifica materialmente as relações semânticas que devem ser estabelecidas: o molde já está pronto, é estabelecido pela língua.

O que nos instigou a escrever o presente trabalho é que, embora freqüentes no discurso cotidiano, as expressões metafóricas não merecem menção em nenhuma das fases por que passou a TAL. Parece-nos que a adoção dos princípios estruturalistas, pelos pesquisadores da TAL, os impediu de abarcar a metáfora como objeto de reflexão. Isso porque, para o Estruturalismo, a metáfora é vista como desvio daquilo que o sistema abstrato da língua determina (Cf. cap. 3).

Porém, enxergamos a metáfora para além de um simples recurso estilístico ou retórico. Adotamos, nesta pesquisa, o conceito de metáfora como estabelecido em LAKOFF & JOHNSON (2002). Na verdade, o que nos interessa mais de perto nesse modelo de metáfora é o princípio que rege seu desenvolvimento, quer dizer, a idéia de que a metáfora é um dos mecanismos de estruturação do sistema cognitivo e que, portanto, é determinante de grande parte daquilo que a esse sistema se relaciona, inclusive da linguagem. Não nos convém, neste trabalho, sermos exaustivos quanto à descrição de cada modelo da Lingüística Cognitiva para metáfora. Tentaremos demonstrar, apenas, a validade do princípio acima citado.

A validação desse princípio é fundamental, pois será com ele que sustentaremos nossa tese de que a TAL, e especificamente a TBS, não pode relegar a metáfora a um papel marginal ou mesmo nulo em suas pesquisas.

Tendo em vista esses propósitos organizamos nosso trabalho em quatro capítulos. O primeiro versa sobre o desenvolvimento das idéias sobre argumentação. Tem por objetivo oferecer um panorama da tradição dos estudos em argumentação, apontando ao leitor o momento teórico exato em que se insere nosso trabalho. É evidente que esse apanhado não será aprofundado nem exaustivo; nosso trabalho não se pretende uma História da Argumentação, pois tal capítulo tem o fim apenas de situar a pesquisa para o leitor.

O segundo capítulo trata das fases por que a TAL passou até atingir seu atual estágio: a TBS. Verificaremos o início dos estudos em argumentação empreendidos por Ducrot, quanto ao papel dos operadores argumentativos; à polifonia ducrotiana; à teoria dos *topoi*, que abriu espaço para o surgimento da TBS. Por fim, deter-nos-emos nos estudos da TBS, verificaremos seus principais conceitos e a implicação destes para nossa pesquisa.

À metáfora, reservamos-lhe o terceiro capítulo. Neste capítulo, faremos uma breve explanação sobre os diversos olhares lançados sobre a metáfora e abordaremos alguns conceitos vulgarizados pela tradição. Nele ainda,



pretendemos justificar a adoção da visão da Lingüística Cognitiva de metáfora em nossa pesquisa. Como já dissemos, os modelos de metáfora cognitiva, que são muitos, não serão explorados exaustivamente; na verdade, serão apresentados apenas para mostrar que, em todos, a metáfora é considerada um dos elementos estruturadores do sistema cognitivo ao lado da metonímia e da categorização.

No quarto capítulo, apresentaremos algumas análises de expressões metafóricas retiradas de textos reais: artigos de opinião. Tais textos não constituem um *corpus*, mas sim um exemplário (anexo). Decidimos não constituir um *corpus*, pois nosso propósito, por agora, não é criar um modelo de análise de expressões metafóricas com vistas a deduzir valores argumentativos, mas sim demonstrar que é difícil sustentar um estudo da forma lingüística sem levar em consideração os processos cognitivos que a ela subjazem; cremos ser essa nossa maior contribuição.

Os exemplos aparecem seguidos de um código. Tal código, na verdade, funciona apenas como um identificador do texto do qual o exemplo foi retirado. Tomemos um exemplo:

**Certa vez, durante um áspero debate**, ela disse, com desprezo: "Sir Winston, se você fosse meu marido, eu colocaria arsênico em seu café!"(002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75)

Esclareçamos o código: o primeiro número (no exemplo 002) indica a ordem de incorporação do texto ao exemplário. A expressão SUAN é a abreviação do nome do autor do texto, que, para efeitos de transparência, foi feita usando as sílabas iniciais do nome do autor, em nosso exemplo **S**usan **A**ndrews. EPC significa Época, revista da qual foram retirados os textos. Segue-se, então a data de circulação da revista e a sua página em que se encontra o texto.

Este trabalho, como qualquer outro que se pretenda científico, não tem pretensão de ser definitivo, ao contrário, tem por objetivo fundamental lan-

çar um questionamento, chamar a atenção para dois aspectos importantes dos estudos lingüísticos: a argumentação e a metáfora. Tais aspectos são observados aqui sob uma ótica bastante específica. Sabemos que muitas lacunas surgirão ao longo da discussão; porém, ao contrário de diminuir o valor deste trabalho, acreditamos que abriremos um novo espaço para discussões posteriores, mais aprofundadas e precisas do que as que aqui se encontram.

## 1 - ARGUMENTAÇÃO

É nosso intuito, neste capítulo, apresentarmos um breve resumo dos estudos em argumentação desenvolvidos ao longo de nossa tradição. Procuraremos apontar as origens dos estudos em argumentação, desde os gregos até o século XX. A empresa parece um tanto ambiciosa, mas tenhamos em mente que esse apanhado servir-nos-á somente como ponto de partida para nossas análises. Nosso maior objetivo com este capítulo é fornecer ao leitor um panorama, superficial, embora necessário, da tradição dos estudos de argumentação, a fim de situarmo-nos no quadro teórico dessa disciplina.

Deixemos claro que nosso objetivo maior, o objetivo de nossa dissertação, é o estudo da metáfora enquanto mecanismo de estruturação do sistema cognitivo e, portanto, daquilo que desse sistema decorre; o mais importante aqui é a contribuição que o estudo da metáfora conceitual pode dar à Teoria da Argumentação na Língua. Julgamos necessário, para satisfazer esse objetivo, percorrer os passos do desenvolvimento dos estudos sobre argumentação.

### 1.1 A argumentação entre os gregos

Os estudos de argumentação têm origem entre os gregos<sup>1</sup>, mais especificamente em Siracusa, na Magna Grécia<sup>2</sup>. Parece-nos fácil perceber que a própria organização social grega exigia de seus cidadãos o domínio de técnicas de persuasão. Isso porque o cidadão grego, em sua democracia, necessitava de participar das discussões sobre os destinos da cidade-estado, estando, portanto, obrigado a debater com os concidadãos seus posicionamentos frente aos acontecimentos e destinos da cidade.

---

<sup>1</sup> Não estamos descartando a possibilidade de haverem existido estudos em argumentação no Oriente ou no Mundo Árabe; queremos apenas situar nossa pesquisa a partir dos estudos da civilização grega, que mais de perto influenciou, senão todo, pelo menos em grande parte, o pensamento ocidental. *Pode-se, aliás, encontrar retórica entre hindus, chineses, egípcios, sem falar dos Hebreus. Apesar disso, em certo sentido, pode-se dizer que a retórica é uma **invenção grega**, tanto quanto a geometria, a tragédia, a filosofia.* (REBOUL, 1998, p.1)

<sup>2</sup> Para mais detalhes dos mitos em torno do surgimento da retórica Cf. REBOUL, 1998.

### 1.1.1 Os sofistas

A figura dos sofistas merece destaque nesse momento da civilização grega. Os sofistas eram mestres em retórica e eloquência e propunham-se ensinar aos cidadãos gregos os mecanismos de uso da linguagem com fins de convencer os demais membros da cidade-estado. Não nos seria lícito afirmar que as reflexões sofísticas sobre linguagem se restringissem apenas ao ensino da técnica de convencer. Pelo menos três posicionamentos dos sofistas sobre a linguagem devem aqui ser apontados: a linguagem é poder, a linguagem é onibrangente e a linguagem é persuasão (SANTOS, 2002, p. 58 e ss):

A linguagem, ou melhor, quem manipula a linguagem, tem na mão um poder pelo qual todos são subjugados. Pela linguagem, pode-se influenciar de tal modo o comportamento alheio que ninguém se lhe pode resistir. É assim que, para os sofistas, todo e qualquer tema poderia ser defendido ou combatido somente no impor-se da força do discurso. O discurso poderia levar qualquer um a manter-se acima de qualquer debate; dominá-lo era, portanto, deter o poder.

Não é difícil imaginar a sedução que tal possibilidade exercia, sobretudo, nos jovens atenienses do século V. Pelo discurso, poder-se-ia ficar imune a qualquer querela judicial, tão comum entre os homens da pólis. (SANTOS, 2002, p. 59)

O discurso, segundo o pensamento sofisticado, abrange todas as áreas do conhecimento humano. Ora, parece-nos óbvia tal verdade. Toda área de conhecimento humano evolui ou utiliza a linguagem como meio. Assim, segundo os sofistas, se o discurso abrange todas as áreas do conhecimento humano e se o homem domina o discurso, então o homem tem nas mãos o poder de discutir qualquer tema que se lhe apresente. O silogismo aqui é falacioso, pois o simples dominar o discurso não implica o dominar as verdades ou falsidades de uma determinada área de conhecimento: não é porque sou capaz de produzir discursos que posso fazê-lo sobre temas que desconheço. Mas, para os sofistas, verdade e falsidade eram conceitos relativos e reversíveis, assim a exploração de um determinado tema poderia ser feita com base não em um

conhecimento sobre o tema, mas sim com base no domínio das técnicas discursivas de convencimento e persuasão.

Para os sofistas, a única função da linguagem é convencer o interlocutor. Uma vez que o homem não pode atingir um verdadeiro conhecimento da realidade e uma vez que é a linguagem que permite falar sobre todas as coisas, então não interessa sobre o que se está falando, mas sim a quem se está falando, em que circunstâncias e com que objetivo.

Os sofistas como mestres do discurso que eram, ou se julgavam, tinham para si a tarefa de fornecer ao cidadão grego os meios adequados para argumentar nas assembléias e convencer seus concidadãos. E não são poucos os tratados de retórica escritos por sofistas a fim de orientar seus discípulos no domínio da técnica retórica. Surge aqui a Retórica como arte de bem usar o discurso; é objetivo do cidadão convencer seus pares, devendo fazê-lo de forma elegante e eloqüente, (...) *pode-se dizer que os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo.* (REBOUL, 1998, p.9)

### 1.1.2 A retórica aristotélica

Pelo que vimos, parece-nos que os sofistas empregavam a retórica como uma ferramenta neutra, capaz de tornar equivalentes verdades opostas, transformar o falso em verdadeiro e o verdadeiro em falso. Somente assim, poderiam “vender” a idéia de que toda e qualquer tese é defensável.

Aristóteles apresenta uma reformulação do conceito de retórica. Para ele, esse instrumento está longe de ser neutro, ele possui um valor positivo, uma vez que é um bem. Em outras palavras, possuir força física é um bem, posto que é melhor ser forte que fraco; no entanto, não é improvável (é até bem comum) que se use essa força física sem julgamento moral, o que torna tal uso imoral. Conquanto esse uso da força seja possível, não se deve torná-la um mal, posto que a força não é responsável pelo uso que dela é feito. Assim, a retórica é um bem que, como todos os bens, pode ser corrompido pelo ho-

mem, mas isso não a torna ruim: *as idéias não são responsáveis pelo uso que os homens fazem delas.*

Para Aristóteles, a retórica é fundamental para a defesa do direito. Ela entraria em cena quando não houvesse condições do estabelecimento da verdade pela demonstração científica ou filosófica. Isso porque, muitas das vezes, o público ao qual se dirige o orador não é capaz de compreendê-lo pela demonstração da verdade, ou mesmo a própria demonstração é incapaz de desvelar a verdade ao público leigo, o que ameaçaria sobremaneira a defesa do direito. Assim, acrescentar-se-ia a retórica à natureza para devolver à natureza sua condição de direito. Cumpre aqui estabelecermos com Aristóteles o que há de comum ou não entre retórica e dialética.

A dialética constitui um método de argumentação em que os argumentos são baseados não em verdades filosóficas ou científicas incontestáveis, mas em verdades mais ou menos verificáveis, ou juízos, portanto, passíveis de contestação.

A dialética constitui ainda uma espécie de jogo, em que os debatedores buscam vencer-se pela defesa ou crítica a uma tese dada. Tal tese pode ser boa ou fraca, própria ou de outrem; o que importa é que o defensor jogue para defendê-la e o seu antagonista, para refutá-la. Nesse jogo, o que importa é a disputa pela disputa; não há ligação com uma realidade material, social, objetiva; é uma espécie de faz-de-conta: joga-se por jogar.

É evidente que, nesse jogo, deve haver um conjunto de princípios que norteiem o debate; ambos os jogadores têm um objetivo comum: chegar ao fim do jogo e vencê-lo, no entanto não podem fazê-lo pelo caminho da trapaça ou do embuste (sofística).

Devemos lembrar que trapaça e embuste aqui remetem ao que consideramos senso comum sobre o pensamento sofisticado. Na realidade, a equivalência entre prós e contras somente era possível, porque os sofistas defendiam a impossibilidade de verdades absolutas e incontestáveis, ou mesmo

da impossibilidade de, existindo essas verdades, de elas serem traduzidas em uma linguagem inteligível. *Assim, o que Górgias sugere é que, ainda que se pudesse compreender o real, não se poderia dizê-lo, pelo menos não de uma forma que tornasse esse dizer compreensível a um outro.* (MARTINS, 2005, p.439)

No entanto, para o pensamento aristotélico:

É preciso ser capaz de defender tão bem o *contra* quanto o *pró*, claro que não para torná-los equivalentes – como pretendiam os sofistas –, mas para compreender o mecanismo da argumentação adversária e assim a refutar. (REBOUL, 1998, p.25)

Qual é, então, a relação desse jogo com a retórica? Para Aristóteles, a retórica funciona como uma espécie de “uso sério” da dialética, ligado à vida social da pólis. Vejamos seus pontos comuns.

Ambas são capazes de provar uma tese e seu contrário. Isso nos leva de volta aos sofistas; há uma diferença, porém. Para os sofistas, uma tese e seu contrário são equivalentes; para Aristóteles, essa equivalência não é possível. Retórica e dialética são universais, uma vez que não são ciências e não possuem a exigência de uma especialização técnica. Ambas permitem o debate de qualquer questão controversa. Tanto a retórica quanto a dialética podem ser ensinadas como um conjunto de técnicas, como um método. Ambas podem diferenciar o verdadeiro e o aparente; a dialética distingue entre o verdadeiro silogismo e o sofisma; e a retórica, entre o verdadeiramente persuasivo e o logro<sup>3</sup>. Ambas desenvolvem o uso de dois tipos de argumentação: a indu-

---

<sup>3</sup> Vejamos o exemplo clássico de silogismo:

*Todo homem é mortal,  
Sócrates é homem  
Logo Sócrates é mortal.*

Aqui a conclusão é deduzida da relação entre a premissa maior e a premissa menor, em ambas as premissas a palavra homem é tomada pelo mesmo significado, compare-se esse silogismo ao seguinte sofisma, retirado de REBOUL, 1998, p. 31:

*Não és o que sou,  
Sou homem,  
Logo não és homem*

Aqui a conclusão também é deduzida da relação das premissas, no entanto a palavra homem é tomada com significado diferente em ambos os casos, na premissa menor homem significa es-

ção e a dedução. Seriam, então, a mesma coisa? A resposta é, definitivamente, não. A retórica é *uma* das aplicações possíveis da dialética.

A retórica está ligada à ação social, contribuindo para a solução de questões verdadeiramente importantes para o bom exercício do direito individual ou coletivo; não é simplesmente um jogo. A retórica, segundo Aristóteles, permite ao litigante defender aquilo que lhe é de direito, quando as provas objetivas não são possíveis ou suficientes para tanto. Segundo o estagirita, é tão ou mais vergonhoso ter um direito usurpado, porque não se conseguiu usar o discurso para defendê-lo a bom termo, quanto não se poder defender, dada a inferioridade física: é para defender direitos que a retórica surge. Aristóteles estabeleceu para a retórica um lugar definido; os sofistas, como vimos, atribuíam a ela um poder excepcional, pois a retórica sofista ocupa todos os lugares; Aristóteles lhe dá um lugar modesto, porém definido nas atividades humanas.

## 1.2 A argumentação depois de Aristóteles

O tutor de Alexandre, como vimos, estabeleceu o lugar da retórica nas atividades humanas. Mais do que isso, ele a sistematizou, deu-lhe uma estrutura que, embora tenha recebido acréscimos, não sofreu modificações em sua base. Assim, a retórica é trasladada para Roma.

Na democracia romana, assim como na grega, a retórica se fazia necessária, uma vez que os debates políticos eram comuns e centrais na vida de Roma. No entanto, com o fim da democracia romana e o advento dos imperadores, o debate político arrefece e a retórica perde parte de sua força, concentrando-se no ensino<sup>4</sup>. Ora, ensina-se retórica na época dos imperadores; para quê? O debate quase não mais existe. Assim, surge um declínio da retórica, sua função primeira deixa de existir ou, pelo menos, de ter importância. Porém, ela não desaparece por completo: modifica-se, incorpora novos gêneros, adequados às novas necessidades do Império.

---

pécime da espécie humana, indivíduo; na conclusão homem significa ser humano, entidade dotada de humanidade.

<sup>4</sup> Cf. REBOUL, 1998, p.75



Com o declínio dos imperadores romanos e do próprio Império, o recém-constituído cristianismo toma para si a responsabilidade da guarda da cultura e do conhecimento. A primeira tarefa era desacreditar o conhecimento antigo, pagão, e seus representantes, para justificar a fé cristã. Porém, como diz a máxima indiana, *o ouro deve ser aceito mesmo se ofertado pelo inimigo; o veneno deve ser recusado mesmo se ofertado pela própria mãe*: os sábios cristãos trataram de se apoderar da retórica com fins à pregação de sua doutrina. Além disso, seria difícil admitir a vileza da retórica pagã, se as próprias escrituras são monumentos argumentativos em muito semelhantes àquela.

A retórica sofrerá um duro golpe, posteriormente, por volta do século XVI, em que é definitivamente separada da arte da argumentação racional, a dialética, e relegada ao papel secundário de produtora de discursos belos e atraentes. Nesse ponto da história, encontraremos a metáfora como figura do discurso, expediente lingüístico de valor estético. Não que esse conceito de metáfora já não existisse desde Aristóteles, porém nesse ponto da história, sendo a Retórica relegada ao papel de produtora de belos textos e a metáfora considerada como figura de retórica, a metáfora perde muito do seu poder reestruturante estabelecido por Aristóteles. Essa definição de metáfora como figura de retórica não se coaduna com nossos objetivos maiores. A redução do papel da retórica a mero enfeite do discurso ainda é pouco, comparada ao que faz Descartes.

De fato, Descartes decreta o fim da retórica, ao destruir a dialética. Em seu *Discurso do Método* ele afirma, com razão, que a dialética só permite discussões em torno daquilo que é provável, mas não certo. Para ele, somente o verdadeiro conhecimento, provado apodicticamente, é proveitoso; logo, a dialética é inútil e irracional. O fato é que tanto Descartes quanto, posteriormente, os empiristas do século XIX decretaram a inutilidade da dialética e, por conseguinte, da retórica.

Foi ele (*Descartes*) que, fazendo da evidência a marca da razão, não quis considerar racionais senão as demonstrações que, a partir de idéias claras e distintas, estendiam, mercê de

provas apodícticas, a evidência dos axiomas a todos os teoremas. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 1)

### 1.3 O século XX

Como apresentamos na seção anterior, a retórica foi descartada do rol das atividades racionais durante os três séculos anteriores ao século XX. Porém, foi nesse século que ela ressurgiu como um campo digno de estudo. É na figura de Chaïm Perelman que encontramos um dos maiores responsáveis por esse renascimento da retórica e, embora haja outros importantes autores, é a este autor polonês que dedicaremos as próximas seções.

#### 1.3.1 *A Nova Retórica*

Inconformado com a lógica cartesiana e positivista, que pregava serem os juízos impossíveis de demonstrar - posicionamento que de certo modo contraria o pensamento aristotélico de que existe uma razão prática aplicável a todos os campos da ação humana -, Perelman dedica-se a encontrar uma lógica que ordene os juízos de valor, a fim de que estes não sejam simplesmente determinados pelo arbítrio individual. Parece-nos claro, e também Perelman percebeu isso, que não existe uma lógica subjacente aos juízos de valor. Assim, o filósofo polonês foi encontrar a solução em outra área: na retórica. De fato, Perelman percebeu que, em todas as questões em que se envolvem juízos de valor, o que dirime a controvérsia são justamente os embates dialéticos, argumentativos, retóricos, desses juízos; é a busca do acordo entre as partes conflitantes a respeito do ponto gerador do conflito.

Convém verificarmos alguns conceitos importantes dessa nova concepção, embora não seja nosso objetivo neste trabalho apresentarmos um estudo detalhado da Nova Retórica.

##### 1.3.1.1 O auditório

Por auditório, pode-se entender o conjunto de indivíduos que o orador pretende convencer. Para o pensamento analítico cartesiano, esse auditório é universal. As verdades demonstradas também são universais. A adesão

é conquistada pela própria demonstração da verdade. Aqui, o discurso é caracterizado por uma linguagem técnica, inequívoca, muitas vezes impenetrável para não-iniciados.

Para a Nova Retórica, no entanto, o auditório é específico e pessoal; possui determinados conhecimentos, crenças, preconceitos e princípios que devem ser levados em conta pelo orador quando de sua fala, sob pena de falhar na conquista de sua adesão. Conhecer o auditório é fundamental para o sucesso da argumentação; caso contrário, pode-se, por exemplo, incorrer em uma falha, como a *petição de princípio*: aquilo que é totalmente verdadeiro para o orador pode ser absolutamente falso para o auditório.

#### 1.3.1.2 O acordo

Embora possa parecer óbvia a definição de acordo, pela qual dois indivíduos têm o mesmo posicionamento quanto à verdade ou falsidade de determinada tese ou fato, a coisa é um pouco mais complexa; para Perelman, o que está em jogo não é a verdade ou falsidade em termos cartesianos.

Para Descartes, a adesão a uma tese é conseguida pela demonstração lógica da própria tese, a exposição da verdade objetiva é suficiente para conquistar o assentimento do auditório. Mas o que poderíamos dizer de temas cuja verdade ou falsidade é indemonstrável? Isso acontece, por exemplo, no julgamento de uma ação como boa ou ruim, justa ou injusta. Nesses casos, a verdade objetiva pouco contribui para o acordo. Para Perelman, o acordo, nesses casos, é obtido a partir das técnicas argumentativas que têm por função provocar a adesão do juiz à tese defendida.

#### 1.3.1.3 Dado e interpretação

Para o pensamento analítico, como vimos, o que importa são os dados, traduzidos em uma linguagem sem ambigüidades. Na retórica, o que interessa são as interpretações dos dados. Desse modo, *cobrir a casa*, se transforma em *conseguir um lar*, *proteger a família*, enfim, os dados são importantes, porém sua interpretação é fundamental. Vale lembrar que a escolha de um

aspecto dos dados relega os outros a segundo plano e que essa escolha deve levar em consideração o auditório.

#### 1.3.1.4 Técnicas argumentativas

É notório que o objetivo do orador é conquistar a adesão do auditório às suas teses. Para tanto, ele deve lançar mão de expedientes que facilitem tal adesão: as *técnicas argumentativas*.

O orador pode proceder a essa empreitada tentando estabelecer entre as teses que defende e as teses admitidas pelo auditório uma ligação positiva, um caminho para a confirmação, a partir daquilo em que o auditório acredita de sua tese. Por outro lado, ele pode, negativamente, dismantelar teses contrárias às suas, ou que provoquem reações adversas do auditório em relação às suas próprias teses. Os argumentos que satisfazem o primeiro requisito são chamados *argumentos de ligação*, enquanto os segundos, *argumentos de dissociação* (Cf. Perelman, 1996: p.215). Vejamos, rapidamente, os argumentos de ligação; eles são divididos em três tipos: os *quase-lógicos*, os *argumentos fundados na estrutura do real* e os que *fundam a estrutura do real*.

Os primeiros dizem respeito a argumentos que, embora não possuam o mesmo rigor dos argumentos lógicos, dada a ambigüidade da linguagem comum em que são pronunciados, possuem estreita semelhança com estes, semelhança que lhes confere força persuasiva. Assim, para cada argumento lógico existirá um quase-lógico, cuja estrutura é semelhante, não tendo, porém, valor conclusivo, dada a forma de sua enunciação, como dissemos.<sup>5</sup>

(...) quem os submete à análise lógica percebe as diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais, pois

---

<sup>5</sup> Exemplo de argumento quase-lógico:

*O elefante é um animal.*

*O elefante cinzento é um animal cinzento.*

*Logo, o elefante pequeno é um animal pequeno.* (Exemplo retirado de WALTON, 2006, p. 354)

O valor conclusivo do argumento é relativo, dado o valor relativo da palavra pequeno, assim, embora apresente a estrutura de um argumento lógico, esse argumento não é conclusivo.

apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não-formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa; é por essa razão que os qualificamos de quase-lógicos. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996: p.219)

Os argumentos fundados na estrutura do real encontram sua força no tipo de ligação existente entre elementos da realidade, para, a partir de uma dessas relações, estabelecer ligações entre argumentos.

O que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996: p.298)

Assim, por exemplo, quando se justifica a adoção de uma tese pelos efeitos que essa adoção provocará, tem-se um argumento baseado na estrutura causa-efeito: um *argumento de sucessão*, que se justifica pela relação com a estrutura do real. Por outro lado, pode-se basear um argumento numa espécie de relação metonímica. Esclarecendo: determinar características externas a partir de elementos internos. Por exemplo, julgar as ações de um indivíduo a partir do que se conhece por sua índole. Esses são chamados *argumentos de coexistência*, pois envolvem elementos de natureza diferente, embora ligados por uma relação de contigüidade.

O terceiro tipo de argumento positivo são aqueles que estruturam a realidade. Consistem basicamente em transferir para um domínio aquilo que é aceito em outro domínio ou generalizar um caso particular. Os argumentos construídos por modelo, analogia, metáfora<sup>6</sup> são exemplos desse tipo.<sup>7</sup>

Toda elaboração conceitual original modifica de um modo ou de outro as hierarquias admitidas, reduzindo uma distinção de ordem a uma diferença de grau ou, inversamente, substituindo uma hierarquização por outra, julgada mais fundamental. Esses modos diversos de estruturar e de reestruturar o real exercem

---

<sup>6</sup> Metáfora aqui tem um sentido diverso daquele que adotaremos em nosso trabalho, neste ponto ela está relacionada à figura; em termos da Linguística Cognitiva, à expressão metafórica.

<sup>7</sup> Exemplo de argumento construído por analogia:

O presidente Reagan, num discurso pela liberação de fundos para ajudar os Contras na Nicarágua, compara-os aos patriotas americanos que lutaram na Guerra da Independência. Um congressista, que se opõe ao envio de ajuda para os Contras, compara a situação da Nicarágua à da Guerra do Vietnã. (Exemplo retirado de WALTON, 2006, p. 360)

inegáveis efeitos sobre as avaliações e sobre a maneira de fundamentá-las. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996: p.398)

As dissociações constituem argumentos que visem destruir ou negar uma ligação até então aceita pelo auditório.

Mostrar-se-á, notadamente que uma ligação que fora considerada aceita, que fora presumida ou desejada, não existe, porque nada permite constatar ou justificar a influência que certos fenômenos examinados teriam sobre aqueles que estão em causa e porque, em consequência, é irrelevante levar-se em consideração os primeiros. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996: p.467)

Esperamos, com essa exposição, ter apresentado ao leitor um breve histórico dos estudos de argumentação ao longo de nossa tradição, como nos propusemos no início. Porém, acreditamos que algo não ficou claro nesse percurso: são essas “retóricas” que estudaremos?

#### 1.4 Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo principal situar nossa pesquisa nos estudos de argumentação. No entanto, as concepções de argumentação aqui apresentadas, embora importantes, não serão o foco de nosso trabalho. Isso porque em todas elas predomina a concepção de argumentação como relação interpessoal, isto é, um locutor se propõe a convencer ou persuadir seu interlocutor de sua tese. Para a teoria da argumentação que pretendemos adotar – a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Ducrot e colaboradores – argumentação está longe de se restringir a uma relação interpessoal. Para a TAL, a argumentação é um fenômeno inerente ao sistema lingüístico e dele é elemento constitutivo. Assim, Ducrot, de certo modo, rompe com a tradição dos estudos de argumentação, instaurando uma nova visão sobre o fenômeno.

Da mesma maneira, as concepções de metáfora adotadas pelas “retóricas” aqui apresentadas não constituirão o cerne de nosso trabalho; talvez funcionem apenas como argumento de dissociação, como diria Perelman. Ado-

taremos a metáfora na visão da Lingüística Cognitiva. Mas deixemos isso para a hora certa, por agora, justifiquemos por que as concepções de argumentação apresentadas até aqui não serão o foco de nosso trabalho.

Dada a natureza de nosso trabalho e da própria área de conhecimento em que está inserido, seria possível adotar uma análise dos elementos e técnicas retóricas de persuasão, considerando os recursos lingüísticos aí envolvidos, o que nos remeteria à Análise do Discurso ou à Lingüística de Texto: não seguiremos essa linha, embora a saibamos proveitosa e profícua, talvez em trabalho posterior isso possa ser desenvolvido. Um estudo comparativo entre diversos gêneros argumentativos, a fim de compará-los sob a ótica, por exemplo, da Nova Retórica, também seria possível. Enfim, muitas são as possibilidades de estudos que, direta ou indiretamente, envolvem argumentação, no entanto nossos propósitos são mais específicos, vejamo-los.

É nosso desejo investigar o que há de argumentativo na própria *língua*, enquanto *Forma*; não no discurso, não nas relações entre discursos, não nas relações entre orador e auditório. Isso nos leva a abandonar os modelos de argumentação e retórica apresentados até aqui e adotar o modelo teórico proposto por Ducrot e colaboradores, que argumentam ser a língua essencialmente argumentativa, como veremos no próximo capítulo. É ainda nosso intuito demonstrar que o “desprezo” pela metáfora nos estudos da TAL deixa uma lacuna na pesquisa que precisa de ser preenchida, pois como dissemos em nossa introdução, o sistema lingüístico é, em grande parte, determinado pelo sistema cognitivo que o suporta e esse sistema cognitivo é, em grande parte, estruturado metaforicamente. Mesmo se concebemos a língua como um organismo social, como prega Ducrot, devemos admitir que a língua somente existe a partir daquele que constitui o meio social em que ela surge. Dizendo de outro modo, a língua é social, no entanto ela não está imune à influência do homem que constitui a comunidade em que a língua surge, a língua é uma manifestação humana, portanto é influenciada ou determinada pela natureza humana. Desse modo, um estudo do sistema lingüístico não pode prescindir da análise

da influência da estrutura conceitual que, senão em sua totalidade, pelo menos em grande medida, determina as atividades humanas, inclusive a língua.



## 2 - TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

No capítulo anterior, fizemos uma viagem ao longo da tradição dos estudos de retórica, a fim de esboçarmos um panorama dessa disciplina para, daí, situarmos nosso trabalho. Acreditamos que tenha ficado claro ao leitor que aqueles modelos de argumentação não serão nosso foco neste trabalho. Como esclarecemos ao final do capítulo anterior, trataremos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), modelo desenvolvido por Ducrot e colaboradores.

Como tal modelo teórico sofreu modificações desde o seu surgimento até agora, convém fazermos uma nova viagem, agora através da TAL, mostrando as diversas fases por que passou a teoria, até chegarmos ao modelo atual: a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Passaremos pelo modelo *Standard*, pela *Teoria dos Topoi* para que compreendamos o desenvolvimento das pesquisas de Ducrot, Carel e Anscombe.

Ao final deste capítulo, questionaremos a utilização da metáfora nesse modelo de argumentação, o que servirá como preparação ao capítulo terceiro. A ressalva que fizemos para o primeiro capítulo, repetimos aqui: não pretendemos ser exaustivos na apresentação dos modelos teóricos de Ducrot, exporemos o suficiente para justificarmos nossas escolhas e confirmar nossa tese, sem deixarmos de considerar, é claro, aquilo que nos possa contradizer.

### 2.1 Teoria da Argumentação na Língua - prólogo

Antes de nos envolvermos com as diversas fases da TAL, é necessário que verifiquemos alguns conceitos importantes para essa teoria; sem eles, corremos o risco de sermos superficiais e incoerentes.

O primeiro desses conceitos, e sem dúvida o mais importante, é o de *Língua*. Uma teoria lingüística não pode prescindir de apontar em que âmbito trabalha. Para Ducrot, língua é um conjunto abstrato de instruções que permite ao falante realizar o discurso. É em Saussure que estão as bases dessa

definição. Ducrot, porém, questiona a definição de língua de Saussure. Segundo o lingüista francês, é inviável um estudo desse sistema abstrato que não leve em consideração suas manifestações concretas, suas realizações – o Estruturalismo saussuriano já apontava esse caminho (Cf. SAUSSURE, 1996: p 15 e ss). Ducrot vai além: para ele, o estudo da língua faz-se por meio do discurso, melhor dizendo, o estudo da língua se realiza na determinação das *invariantes* presentes no discurso, único meio de acesso ao sistema. Parece-nos que a própria fala, a enunciação, é posta no sistema abstrato; de fato, é isso mesmo. Mas, sendo a enunciação por natureza efêmera, de que modo podemos aprisioná-la na língua?

É a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados, porque a escolha das palavras cria uma imagem da fala e essa imagem é pertinente para a compreensão do discurso. Então o discurso constrói o contexto: este não preexiste ao discurso. O que preexiste é uma situação sem limites e sem estruturas. (ESPÍNDOLA, SILVA, 2004: p. 33)

As instruções de interpretação do discurso estariam elas mesmas inseridas nas *frases*. Para Ducrot, frases são entidades abstratas que contêm as instruções necessárias para a interpretação do *enunciado* (ocorrência particular da frase); são essas unidades, as frases, e suas relações que compõem a língua.

O conceito de *discurso*<sup>8</sup> também tem um caráter e uma importância especiais na TAL. Consiste no encadeamento dos enunciados. Vê-se que os dois conceitos (discurso e enunciado) pressupõem uma instância de enunciação (acontecimento histórico), eles constituem a “materialização” da Língua, são o pôr em funcionamento da língua.

Nessa concepção, o que seriam *significação* e *sentido*? O primeiro conceito diz respeito ao conjunto das instruções que são veiculadas pela fra-

---

<sup>8</sup> Convém aqui destacarmos que o conceito de discurso em Ducrot tem pouca ou nenhuma ligação com os conceitos de discurso da Análise do Discurso (AD). *Grosso modo* podemos dizer que para a AD o discurso é o resultado do entrelaçamento de construções ideológicas, o discurso tem, portanto, um caráter dialógico e histórico, não podendo ser estudado separadamente desses aspectos nem apartado das relações existentes entre as diferentes formações discursivas presentes na cultura.

se, ou seja, significação é o valor semântico atribuído à frase. O sentido é o valor semântico atribuído ao enunciado, formado pela relação das instruções pressupostas pela frase com as condições de produção da enunciação, que limitam ou selecionam a significação, parece-nos evidente aqui a influência de Benveniste na construção desses conceitos. Essas condições de produção envolvem, por exemplo, pontos de vista aceitos ou refutados pelo locutor, responsável pelo enunciado. O responsável pelo ponto de vista é o enunciador. Como um enunciado pode conter diversos pontos de vistas, então temos diversas origens para eles, logo diversos enunciadores são possíveis em um mesmo enunciado, temos o que Ducrot chama polifonia. O sentido do enunciado é, dentre outras coisas, o resultado do embate das vozes nele presentes. Trataremos mais detalhadamente da teoria da polifonia de Ducrot mais à frente (Cf. a seção 2.3.).

Esses são os conceitos que julgamos importante destacar aqui, outros serão apresentados ao longo de nossa argumentação, à medida que forem necessários. Feitas essas considerações preliminares, passemos aos modelos da TAL.

## 2.2 O modelo *Standard*

Nos primeiros escritos de Ducrot envolvendo o problema da argumentação, língua e argumentação são vistas separadamente, seguindo a tradição retórica da época (ESPÍNDOLA, 2004); isso significa dizer que o valor argumentativo é decorrente dos fatos a que os enunciados fazem referência, fatos diferentes implicam valores argumentativos diferentes. Para dar conta da diferença de sentido existente entre *pouco* e *um pouco*, por exemplo, postulase que a argumentação se fundamenta em meros fatos, ou seja, que (1) e (2) representam fatos diferentes.

(1) Ele bebeu pouco vinho.

(2) Ele bebeu um pouco de vinho.<sup>9</sup>

A oposição de sentido verificada aqui está circunscrita ao nível puramente factual, ou seja, o sentido depende dos fatos do mundo a que o discurso faz referência. Disso decorre que os encadeamentos argumentativos do discurso estão fundamentados nos fatos que os enunciados veiculam, ou seja, a função argumentativa dos elementos lingüísticos está em segundo plano, pois eles têm por função semântica primeira a descrição dos fatos. É fácil perceber, então, que as informações veiculadas pelos enunciados são derivadas, por um lado, do valor semântico das frases (que nesse primeiro modelo é informativo) e, por outro, da aplicação eventual a este valor de leis discursivas relativas à transmissão de informação diretamente ligadas à instância da enunciação.

Em suas reflexões, Ducrot é levado a perceber algumas propriedades intrínsecas às frases, que passaram a ter valor *posto* (afirmadas) e *pres-suposto*; as informações veiculadas podem estar afirmadas ou pressupostas. Assim, em uma pergunta complexa como (3), feita por um advogado de acusação, temos informação posta (o dito) e informação pressuposta (não dito).

(3) Há quanto tempo a senhora deixou de traficar drogas?<sup>10</sup>

Para tal pergunta, qualquer que seja a resposta para o posto implicará a ré no crime de tráfico. Para livrar-se de tal acusação pressuposta (*a senhora trafica ou traficava drogas*), a ré precisará negar o pressuposto. Vale ressaltar que os encadeamentos argumentativos realizam-se somente ao nível dos valores afirmados. Observemos a frase (4):

(4) Paulo não sai mais à noite<sup>11</sup>.

O que é posto nessa frase? A afirmação de que Paulo não sai à noite atualmente. No entanto, temos a informação (pressuposta) de que, em

---

<sup>9</sup> Exemplos coletados em Ducrot, 1977: p. 202

<sup>10</sup> Exemplo nosso.

<sup>11</sup> Exemplo retirado de Espíndola, 2004

um momento anterior, ele saía. Nesse modelo de análise, a descrição semântica demandaria dois componentes: um lingüístico e um retórico.

Ao componente lingüístico, estaria ligada a pressuposição, uma vez que é dos elementos da língua que ela decorre; em (4), é o advérbio *mais* que permite a existência do pressuposto. Por outro lado, haveria um elemento retórico ligado principalmente às condições de produção do discurso. Assim, a frase (4) dita pela mãe ao filho adolescente poderia ter como subentendida uma ordem ou um pedido para que o garoto siga o exemplo de Paulo e não saia de casa.

Quanto às condições objetivas, seus paralelos na asserção são as pressuposições. Se as pressuposições forem falsas, o ato de asserção não se realizará efetivamente sejam quais forem as frases pronunciadas. Se não houver gato no quarto em que me encontro, por mais que eu declare, com a entonação mais afirmativa, que o gato está sobre o tapete, não terei êxito em realizar o ato de afirmação: não terei afirmado nada, nem informado ninguém de nada. E da mesma maneira se não há rei na França, nenhum enunciado, em qualquer forma que seja produzido, poderá realizar a façanha de afirmar-lhe a calvície. (DUCROT, 1977, p. 57)

Os subentendidos, por não estarem inscritos na língua, podem ser negados ou refutados; com os pressupostos não acontece o mesmo. Voltemos à capciosa pergunta do advogado de acusação, exposta em (3):

Temos naquela frase como pressuposta a afirmação de que *a ré traficava drogas*. Caso ela tente defender-se negando o posto a afirmação pressuposta feita pelo advogado continua. Se ela diz:

(3) b. Eu não deixei de traficar drogas.

confirma a acusação, confirma o pressuposto. Ducrot estabelece, nessa fase, a negação do posto como elemento de verificação do pressuposto. A negação do posto não altera a existência nem a qualidade do pressuposto. Podemos dizer, então, que o fenômeno da pressuposição está inscrito na língua, enquanto o subentendido surge do discurso.

Para Ducrot (1977), a pressuposição exerce, pelos menos, três funções na atividade lingüística: a) funciona como elemento de coerência e coesão; b) cria uma condição de progressão, que se dá pelo posto; c) aparece como evidência, verdade óbvia que não pode ser questionada.

Utilizar-se da pressuposição na construção discursiva é pôr em funcionamento, consciente ou inconscientemente, uma das estratégias argumentativas de que a língua dispõe. A proposta de distinção entre posto e pressuposto e sua função no encadeamento dos enunciados representa um caminho para a postulação de que a argumentação está na língua.

Com o avanço das investigações de Ducrot, a argumentação ganha *status* de elemento constitutivo da língua, ou seja, passa a ser constituinte da significação. Ao introduzir os valores argumentativos na língua, a teoria impõe que as frases suportam enunciados que devem ser empregados argumentativamente e que o sejam em uma dada direção. Surgem, assim, como noções básicas dessa fase, as noções de *expressão argumentativa*, *potencial argumentativo* e *ato de argumentar*; é essa fase que constitui o modelo Standard propriamente dito; antes a argumentação era externa à frase e, portanto, à língua.

A argumentação na língua vem resolver alguns problemas da etapa anterior. Os exemplos a seguir apontam problemas para a descrição feita nos momentos iniciais da teoria:

(4) João estudou pouco.

(4) a. João estudou.

(4) b. A quantidade de estudo efetivada por João foi débil.

(5) João estudou um pouco.

(5) a. Se houve estudo, a quantidade foi débil.

(5) b. João efetivou uma certa quantidade de estudo.<sup>12</sup>

No modelo anterior, para a verificação do valor argumentativo de um dado enunciado, bastavam os testes de negação e de interrogação, feitos sobre o pressuposto do enunciado. Isso encontrava problemas, pois nem sempre a negação e a interrogação sustinham o pressuposto. Fez-se mister, portanto, a obtenção de um novo recurso que possibilitasse verificar se uma certa expressão era argumentativa ou não.

Nessa nova fase, o mecanismo de verificação do valor argumentativo de uma expressão consiste em encontrar uma conclusão que possa ser atribuída ao enunciado em que aparece tal expressão e que não pudesse ser atribuída ao enunciado desprovido de tal expressão. Os *operadores argumentativos* (OA) seriam elementos que, se introduzidos nos enunciados, modificariam a classe das conclusões. Observemos, por exemplo, os operadores *quase* e *apenas* nos enunciados seguintes:

(6) Paulo ganha mil reais por mês.

(6a) Paulo ganha quase mil reais por mês.

(6b) Paulo ganha apenas mil reais por mês.

O operador *quase* em (6a) sugere um encadeamento argumentativo que se oriente para o fato de que ele ganha muito, mais até do que merece. Por outro lado o operador *apenas* em (6b) orienta a argumentação para uma cadeia argumentativa que considere pouca a remuneração de Paulo, menos do que ele merece. Observemos que as mudanças de sentido nos enunciados são decorrentes da presença ou ausência dos operadores *quase* e *apenas*, não podemos pressupor (6a) ou (6b) em (6).

A inserção, no modelo, dos AO representou um avanço; no entanto não consegue explicar, por exemplo, o valor dos operadores, como ocorre em (7) e (8):

---

<sup>12</sup> Exemplos retirados de Espíndola (2004, p. 27)

(7) São oito horas. (quase) – conclusão: é tarde.

(8) São oito horas. (apenas) – conclusão: é cedo<sup>13</sup>

Em (7), a ocorrência ou não do operador *quase* não implica a impossibilidade ou não de ocorrência da conclusão *é tarde*. Assim como ocorre em (8) para o operador *apenas* e para a conclusão *é cedo*. Diante de tais problemas quanto ao modelo dos encadeamentos, uma nova proposta surge no desenvolvimento das pesquisas da TAL: os *Topoi*.

Antes, porém, de falarmos sobre a teoria dos *topoi* convém abriremos espaço para alguns comentários sobre polifonia, reflexões importantíssimas para a Teoria da Argumentação na Língua.

### 2.3 A polifonia ducrotiana

Como dissemos acima, o sentido do enunciado em Ducrot é o resultado da combinação das instruções inerentes à frase e das condições de produção: enunciação. Para Ducrot, a enunciação possui invariantes que estariam contidas, ou previstas, no sistema lingüístico. Uma dessas invariantes é o *locutor (L)*. Por locutor, entendemos aquele que se responsabiliza pelo enunciado; não se pode confundi-lo com o produtor do discurso, sujeito empírico (SE), portanto desinteressante para a teoria lingüística.

Vejamos agora a função do locutor L. Para mim, o locutor é a entidade responsável pelo enunciado, quer dizer, a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação *no próprio enunciado*. A maioria dos enunciados diz quem é seu autor: a este autor, inscrito no próprio sentido do enunciado, chamo locutor. (DUCROT, 1988, p. 17)<sup>14</sup>

Vê-se, portanto, que o locutor não se confunde com autor empírico; o locutor se revela no próprio enunciado por meio das marcas

---

<sup>13</sup> Exemplos retirados de Espíndola (2004, p. 28)

<sup>14</sup> Veamos ahora la función del locutor L. Para mí el locutor es el *presunto responsable* del enunciado, es decir la persona a quien se le atribuye la responsabilidad de la enunciaci3n *en el enunciado mismo*. La mayoria de los enunciados dicen qui3n es su autor: a este autor, inscrito en el sentidomismo del enunciado, lo llamo locutor. (DUCROT, 1988, p. 17) – Traduç3o nossa.



de pessoa, pronomes, desinências verbais, dêiticos. O locutor manifesta-se no enunciado, mas já é previsto pela frase. Notamos aqui uma clara influência benvenistiana. É possível existirem enunciados sem locutores, ou seja, enunciados totalmente desprovidos de marcas lingüísticas que identifiquem o locutor; vejam-se os provérbios, por exemplo.

O enunciado, pelo qual o locutor é responsável, põe em cena diferentes pontos de vista, que podem ser aceitos ou refutados pelo locutor. A origem desses pontos de vista é o enunciador, ou melhor, os enunciadores. Não pensemos que enunciadores se confundam com locutores, ou sejam sublocutores dentro do enunciado. Na verdade, os enunciadores são perspectivas que trespassam o enunciado e cujas relações constituem seu sentido.

Chamo enunciadores às origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam em um enunciado. Não são pessoas, mas “pontos de perspectiva” abstratos. O locutor pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas na maioria dos casos os apresenta guardando deles certa distância. (DUCROT, 1988, p. 20)<sup>15</sup>

Vejam os exemplos. É comum vermos em carros de passeio adesivos que revelam o posicionamento do proprietário com sua própria profissão, local de origem... Tomemos um exemplo como (9).

(9) Tenho orgulho de ser cearense.<sup>16</sup>

Nesse exemplo, o locutor é identificado pela forma verbal *tenho*, que marca a primeira pessoa do discurso; o locutor é identificado no enunciado pelo enunciado. O enunciado (9) parece-nos, à primeira, vista puramente informativo. No entanto, se observarmos mais atentamente, perceberemos seu valor argumentativo. O locutor põe em cena pelo menos dois enunciadores: E<sub>1</sub>, que afirma o orgulho, e E<sub>2</sub> que o nega. Assim:

---

<sup>15</sup> Llamo enunciadores a los orígenes de los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado. No son personas sino “puntos de perspectiva” abstractos. El locutor mismo puede ser identificado con algunos de estos enunciadores, pero en la mayoría de los casos presenta guardando cierta distancia frente a ellos. (DUCROT, 1988, p. 17) – Tradução nossa.

<sup>16</sup> Exemplo nosso

(8) a. E<sub>1</sub>: Tenho orgulho de ser cearense.

b. E<sub>2</sub>: Não tenho orgulho de ser cearense.

Parece-nos evidente que o locutor identifica-se com E<sub>1</sub>. No entanto, a afirmação feita pelo locutor implica a possibilidade de sua negação (representada por E<sub>2</sub>). Essa negação traz consigo um conjunto de informações (subentendidas) que justificariam a afirmação de E<sub>2</sub> (não ter orgulho de ser cearense). Desse modo, embora negando essas informações subentendidas, E<sub>1</sub> assume-as como possíveis, e, por serem possíveis, precisam ser negadas para justificar seu orgulho. É devido a esse embate de pontos de vista que surge o valor argumentativo de (9); afirmar (9) não é simplesmente informar, é negar as objeções que poderiam ser feitas a essa afirmação; é, portanto, *justificar* - conceito que será posto em questão mais tarde pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Não devemos esquecer os valores implicados pela palavra *orgulho*, talvez o elemento que desencadeia toda a argumentação, porém a polifonia ducrotiana não está preocupada com o valor lexical dos elementos constituintes do enunciado, pelo menos não nesse momento. Mais à frente, verificaremos que esse valor lexical vai constituir ponto muito importante para o desenvolvimento da teoria.

O que dizer, porém, quando o enunciado é constituído por uma expressão metafórica? Como a polifonia poderia explicar os valores argumentativos implicados em enunciados metafóricos como, por exemplo, em (10)?

(10) **A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.** Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído. (001-FAZA-EPC-19-06-2006-P-51)

Neste enunciado temos um fenômeno bastante interessante. À primeira vista, não teríamos uma expressão metafórica, uma vez que a morte de um ser humano “realmente” não é um abalo sísmico. Porém, o valor argumentativo da expressão somente pode ser apreendido, se levarmos em consi-

deração a presença de pelo menos dois enunciadores:  $E_1$  e  $E_2$ . Assim teríamos a seguinte configuração:

$E_1$ : A morte de Zarqawi é um abalo sísmico.

$E_2$ : A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.

O primeiro enunciador afirma a importância da morte de Zarqawi, e o faz metaforicamente.<sup>17</sup> A morte de um ser humano “realmente” não é um abalo sísmico. Por outro lado, o segundo enunciador nega essa importância, apresentando uma expressão que, embora não metafórica retira seu valor da expressão metafórica afirmada. O locutor rejeita a afirmação de  $E_1$  e aceita a afirmação de  $E_2$  destacando, assim, a pouca importância que atribui à morte de Zarqawi. Ora, o valor argumentativo do enunciado do exemplo (10) é resultante do embate dos pontos de vista apontados por seus enunciadores, porém fica-nos claro que esse valor argumentativo é decorrente em grande parte, se não totalmente, do valor da expressão metafórica contida no enunciado proposto pelo primeiro enunciador.

Apontamos aqui a forte influência que a expressão metafórica tem no estabelecimento do valor argumentativo do enunciado apresentado. Só isso, cremos, bastaria para justificar a introdução dos estudos sobre metáfora na interpretação dos valores argumentativos da língua. No entanto, Ducrot não trata do fenômeno da metáfora em sua teoria da polifonia. Isso talvez por conta de sua formação estruturalista que vê na metáfora um desvio de uso. Para nós, porém, a metáfora é constitutiva do próprio pensar humano e, portanto, deve ser levada em conta em um estudo que pretende inserir a argumentação no sistema lingüístico. Acreditamos que os princípios da metáfora vistos pela ótica da Lingüística Cognitiva poderão preencher as lacunas aqui apresentadas.

## 2.4 A Teoria dos *Topoi*

---

<sup>17</sup> Apresentaremos mais detalhes a esse respeito no capítulo 4, quando realizaremos mais análises de outras expressões metafóricas.

A teoria de Ducrot sofre uma remodelação. Insatisfeito com o problema dos encadeamentos argumentativos, surgido na fase Standard e não resolvido, Ducrot tenta encontrar o mecanismo que permita o encadeamento de um argumento A a uma conclusão C. Esse mecanismo era o operador argumentativo (OA); mas, como vimos (Cf. seção 2.2 exemplos 7 e 8), os OAs não eram suficientes para explicar as possibilidades dos encadeamentos argumentativos. Inconformado com o problema, Ducrot inspira-se em Aristóteles para estabelecer seu conceito de *topos*. Vejamos o que era *topos* para Aristóteles.

Como apontamos no capítulo primeiro, a retórica era uma atividade que envolvia argumentação baseada não em verdades incontestáveis, mas em afirmações cuja verdade é mais ou menos comprovável. Desse modo, onde os argumentadores, oradores devem buscar seus argumentos? Segundo Aristóteles, nos “lugares” (*Topoi*). O termo *topos* não apresenta uma tradução exata<sup>18</sup>, porém pode ser traduzido como “lugar”, argumento, enfim. Pelo menos três noções apresenta esse termo.

O *topos* pode ser um argumento já pronto, utilizado pelo orador como forma decorada, aprendida anteriormente, e encaixada no texto quando necessário. Usar a infância infeliz como medida de atenuação de crimes é um argumento desse tipo, bastante comum hoje em dia.

Uma outra maneira de entendermos o *topos* aristotélico é, *mutatis mutandis*, o que conhecemos hoje como lugar-comum. Assim a afirmação do mais e do menos é um exemplo desse tipo de argumento: *quem faz um cesto faz um cento*, ou inversamente, *quem pode doar mil reais pode doar cem*.

É interessante quando se aplica a dados heterogêneos, como por exemplo aos saberes e aos poderes; mas aí deixa de ser evidente. Afinal, quem sabe menos talvez saiba coisa diferente de quem sabe mais; o mesmo para o poder: uma enfermeira pode coisas que um médico não pode, etc. (REBOUL, 1998, p.52)

---

<sup>18</sup> Cf. REBOUL, 1998, p.50 e ss

Há ainda um terceiro sentido para *topos*: é uma questão típica que permite encontrar argumentos em uma dada linha de argumentação. Nesse terceiro sentido, *topos*, é um desencadeador de argumentos. Assim, *topos* é tudo aquilo que, de um modo ou de outro, permite ao orador constituir seus argumentos; é o que permite a argumentação que defenderá a tese.

Embora inspirado em Aristóteles, o conceito ducrotiano de *topos* é bastante diferente do conceito do filósofo. Para Ducrot, o *topos* é um princípio pressuposto pela língua, mas não existente nela, que permitiria o encadeamento argumentativo. Para Ducrot, *topos* é o que permite a passagem de um argumento à sua conclusão. Ducrot apresenta três características do *topos*.

A primeira diz respeito a seu caráter *comum* ou *compartilhado*. O *topos* é aceito pela comunidade de que o locutor e seu interlocutor fazem parte, sendo conhecido, compartilhado por ambos.

as crenças apresentadas como comuns a uma certa coletividade de que fazem parte ao menos o locutor e seu alocutário; estes supostamente partilham a crença antes mesmo do discurso onde ela é posta. Utilizando a terminologia de B. Pottier, o *topos* não é apresentado como uma contribuição, mas como um suporte do discurso argumentativo: assim o *topos* tem muitos pontos em comum com a pressuposição.<sup>19</sup>

A segunda característica diz respeito a seu caráter universal, isto é, o *topos* é aplicável a inúmeras situações análogas. Essa característica é decorrente da primeira, se o *topos* é compartilhado, então é possível que todos os indivíduos que dele compartilham o utilizem em inúmeras outras situações, o *topos* é, portanto, uma constante universal.

O *topos* é ainda gradual. Ele articula dois enunciados escalares cuja relação também é escalar. Dessa noção de escalaridade surge o conceito

---

<sup>19</sup> D'une part ce sont des croyances présentés comme *comune* à une certaine collectivité dont font partie au moins le locuteur et sont allucutaire; ceux-ci sont supposés partager cette croyance avant même le discours où elle est mise en oeuvre. En utilisant la terminologie de B. Pottier, le *topos* n'est pas présenté comme un apport, mais comme un support du discours argumentatif: par là le *topos* a beaucoup de poits communs avec le présupposé. (Ducrot in ANSCOMBRE, 1995. p. 87) Tradução nossa.

de *forma tópica* (FT). A FT é atualização discursiva sob a qual se apresenta o *topos*. Um *topos* pode ter uma infinidade de realizações discursivas, dado o seu caráter universal; cada uma dessas realizações manifesta uma FT.

Dado um *topos* **T**, ele será *concordante* se a relação escalar de suas formas tópicas for diretamente proporcional (**+P +Q** ou **-P -Q**); e será *discordante* se essa relação for inversamente proporcional (**+P -Q** ou **+P -Q**).

Ilustremos esses conceitos com o exemplo (11):

(11) É preciso reduzir os deslocamentos urbanos para tornar a cidade mais eficiente. (011-DOMA-EPC-14-08-2006-p. 67)

O trecho acima faz parte de um dos textos de nosso exemplário. No texto, o autor apresenta a redução dos gastos de tempo como uma das causas da eficiência das cidades. Segundo o autor, uma das maneiras de reduzir esses gastos com o tempo seria reduzir os deslocamentos das pessoas.

Temos aqui a atualização de um *topos*:

(11) a. Disponibilidade de tempo gera eficiência.

Ao apresentar esse *topos*, o enunciador pressupõe que seu interlocutor partilhe dessa idéia. Pelo conhecimento que temos de nossa sociedade, podemos afirmar que, de fato, existe a crença de que o tempo é fator determinante da perfeita realização de nossas atividades; não ter tempo hábil para desenvolver os trabalhos a contento é, muitas das vezes, desculpa para as falhas que o trabalho apresente. Eis aí o caráter *compartilhado* do *topos*.

O que o torna *universal*? Esse *topos* permite, e deduzimos isso de seu caráter compartilhado, outros enunciados realizados em diversas outras situações de fala, a propósito de outros temas: *teríamos melhor qualidade de vida se dispuséssemos de mais tempo; esta dissertação seria melhor se o autor usasse melhor o tempo; se o examinador tivesse mais tempo, perceberia melhor as falhas etc.*

Desmembrando o *topos* em questão, obtemos as seguintes proposições:

(11) a.p. Dispor de tempo

(11) a.q. Ser eficiente

Postas em relação, essas proposições apresentam-se escalares, pois *de quanto mais tempo dispomos, mais eficientes somos (+p +q)* ou *de quanto menos tempo dispomos, menos eficientes somos (-p -q)*; temos aqui um *topos concordante*. É possível que se argumente, porém, com base no mesmo *topos*, que a disponibilidade de tempo gera comodidade e preguiça, e daí ineficiência. Desse modo, *de quanto mais tempo dispomos, menos eficientes somos (+p -q)*, ou *de quanto menos tempo dispomos, mais eficientes somos (-p +q)*, o que, de qualquer modo, confirma a escalaridade do *topos*.

Voltando ao exemplo (11) teríamos um enunciador que afirma um *topos concordante* ( $E_1$ ) e a possibilidade de um outro enunciador que afirmaria um *topos discordante* ( $E_2$ ); o locutor (L) identifica-se com  $E_1$ , negando  $E_2$ ; esse embate entre os enunciadores gera o discurso argumentativo (Cf. seção 2.3). A língua "prevê" as possibilidades argumentativas no discurso; é responsabilidade dos enunciadores (elementos da língua) convocar os *topoi* que fundamentarão o discurso. A língua não pode prever quais *topoi* serão convocados, no entanto exige que esses *topoi* sejam convocados e esclarece como suas formas tópicas devam ser utilizadas.

Alguns problemas surgem aqui. Com a convocação de um *topos* para permitir o encadeamento dos enunciados, o que se faz é justificar o primeiro elemento (A) como causa do segundo (C), ou seja, o segundo elemento confirma o valor argumentativo com que é empregado o primeiro. O segundo segmento do encadeamento argumentativo parece ser, de certo modo, já previsto pelo primeiro. Então, quando afirmamos, por exemplo (12),

(12) Cristina é inteligente (A), conseguirá resolver o problema (C).

a conclusão (C) *conseguirá resolver o problema*, é perfeitamente dedutível do argumento (A): *Cristina é inteligente*, sem a necessidade de recorrer a um princípio externo aceito por uma dada comunidade, a conclusão parece estar prevista na própria significação do item lexical *inteligente*.

Quando, porém, afirmamos (12a.):

(12a) Cristina é inteligente, voltará para a casa dos pais.,

percebemos que o fato de Cristina ser inteligente não justificaria, por si só, a volta para casa. É necessário, nesse caso, admitirmos que na casa dos pais há melhores condições de vida e que lá Cristina não enfrentará os problemas que vem enfrentando fora de casa. Porém, para chegarmos a essa conclusão, é necessário o apoio de uma crença externa, comum a uma determinada sociedade; o sentido é aqui dependente das condições em que o enunciado é produzido.

Por conta dessas observações, fez-se necessária a postulação de dois tipos de *topos*: os *extrínsecos*, aplicáveis a (12a), e os *intrínsecos*, aplicáveis a (12).

Distinguirei dois tipos de *topoi*. De um lado os *topoi* que fundamentam a significação de um item lexical, ou ***topoi intrínsecos***. De outro, os *topoi* que são utilizados para fundamentar encadeamentos conclusivos (os que servem para construir representações ideológicas), e que chamarei ***topoi extrínsecos***. (ANSCOMBRE, 1995: p. 57)<sup>20</sup>

Quando um conjunto de conclusões é dedutível da significação de um item lexical (*inteligente* = capaz de resolver problemas), tem-se *topos intrínseco*; quando, por outro lado, o conjunto de conclusões somente é dedutível a partir das condições de produção do enunciado (*inteligente* = retornar à casa dos pais), tem-se *topos extrínseco*. Ao que tudo indica, o *topos* interno associa-

---

<sup>20</sup> Je voudrais distinguer deux types de *topoi*. D'une part les *topoi* qui fondent la signification d'une unité lexicale, ou ***topoi intrinsèques***, D'autre part, des *topoi* qui sont utilisés pour fonder des enchaînements conclusifs (lesquels servent à construire des représentations idéologiques), et que j'appellerai ***topoi extrinsèques***. (grifos do autor - tradução nossa)



se à idéia de dicionário enquanto o *topos* externo parece se aproximar da noção de enciclopédia.

Os valores argumentativos passam a tomar corpo logo nos itens lexicais detentores, eles próprios, de *topoi*. Isso não explica, porém, o papel do encadeamento dos enunciados na construção do valor argumentativo, pois, se os itens lexicais trazem em si seu próprio *topos*, qual será seu comportamento no encadeamento argumentativo de enunciados? Por essa razão, a TAL dá um novo passo, agora em direção de um modelo que busque explicitar a relação entre os valores apresentados pelos itens lexicais e suas relações quando da constituição de encadeamentos argumentativos: nasce a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

## 2.5 Os blocos semânticos

É com Marion Carel (CAREL, 1995) que surge o modelo conhecido como Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Carel inconforma-se com o fato de a argumentação ser, até a fase anterior, vista como meio de justificação de argumentos; para ela, *argumentar não é justificar*; o valor argumentativo provém, não da significação isolada dos termos que compõem o encadeamento argumentativo, mas, sim, do próprio encadeamento. Assim, um enunciado como (12) tem seu primeiro termo como argumento pelo fato de ele estar encadeado ao segundo termo e vice-versa; é somente em um encadeamento e pelo encadeamento que um termo pode ser tomado como argumento ou conclusão.

Ainda na TBS, tem-se a presença de princípios que resultam da articulação do enunciado e, ao mesmo tempo, regem a articulação do argumento com a conclusão. Os princípios convocados em muito se assemelham à noção de *topos*, porém o que vemos ser uma diferença é o fato de o *topos* ser uma entidade estabelecida *a priori* e apenas pressuposta pelo encadeamento argumentativo. Na TBS, parece que o princípio é constituído a partir dos enunciados que se encadeiam, não existindo necessariamente alheio ao encadeamento. É como se o enunciado criasse seus próprios *topoi*.

Um enunciado na TBS somente será considerado argumentativo se convocar esses princípios; tais princípios constituem o sentido do enunciado. A TBS opõe-se à visão de que um encadeamento argumentativo somente seja possível pelos fatos objetivos que seus termos representam; na TBS, é a língua que permite o encadeamento; argumentar é seguir princípios presentes na, ou pressupostos pela, língua. É do próprio encadeamento que surge o sentido. Nesses termos, um enunciado é a atualização de um bloco semântico. Vejamos os exemplos:

(13) Cristina está feliz.

(13a) Cristina conquistou sua independência financeira, portanto (*donc*) está feliz.

(13b) Cristina voltou para a casa dos pais, portanto (*donc*) está feliz.

Em (13), temos uma situação em que o estado *feliz* é indefinido, não se sabe sua natureza; o enunciado não convoca um princípio argumentativo, não temos encadeamento argumentativo. Em (13a) e (13b), a natureza da felicidade é determinada. Ora, é fácil perceber que nos dois últimos exemplos a natureza da felicidade é diferente; na verdade a razão dessa felicidade, e por conseqüência sua natureza, é oposta em (13a) e (13b), logo o valor argumentativo não decorre dos fatos. A maneira como compreendemos a felicidade de Cristina é decorrente da relação existente entre os dois seguimentos do enunciado e não de seus valores individuais. Somente se levarmos em consideração todo o conjunto do enunciado, perceberemos seu valor argumentativo. Os enunciados constituem, portanto, blocos unitários de sentido: *blocos semânticos (BS)*.

Os blocos semânticos apresentam *valores* (positividade/negatividade), que constituem as regras do bloco. Assim, para o enunciado (13a), teríamos:

**Regra 1** – ter independência financeira gera felicidade. (BS + valor positivo: **X DC Y**)

**Regra 2** – não ter independência financeira gera infelicidade. (BS + valor negativo: **neg-X DC neg-Y**)

Veja-se que essas regras confirmam o caráter positivo do BS (argumentação em *portanto* - **DC**).

Carel ainda considera que as exceções, ao invés de contradizem as regras, confirmam-nas. Desse modo, um bloco semântico comporta, além de suas regras em *donc* (*portanto*), as regras de exceção em *pourtant* (no entanto), resultando daí seus caracteres *normativo* (regras em *donc*) ou *transgressivo* (regras em *pourtant*).

É importante destacar que as regras de exceção não são derivadas das regras normativas: ambas possuem o mesmo *status* argumentativo; a regra já prevê sua exceção.

Regras de exceção para (13a):

**Regra de exceção 1** – ter independência financeira, no entanto não ser feliz

**Regra de exceção 2** – não ter independência financeira, no entanto ser feliz.

Assim, chegamos ao seguinte quadro:

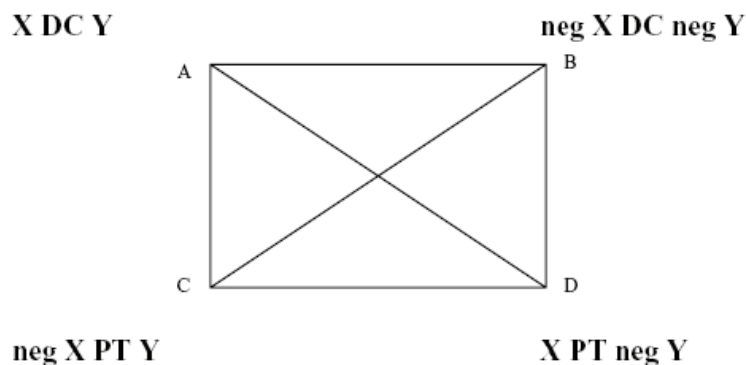


Figura 1 - Quadro argumentativo.

Assim para o enunciado (13a) teríamos:

**A - X DC Y**: Cristina conquistou sua independência financeira, portanto (**DC**) está feliz.

**B - neg-X DC neg-Y**: Cristina não conquistou sua independência financeira, portanto (**DC**) não está feliz.

**C - neg-X PT Y**: Cristina não conquistou sua independência financeira, no entanto (**PT**) está feliz.

**D - X PT neg-Y**: Cristina conquistou sua independência financeira, no entanto (**PT**) não está feliz.

São encadeamentos *conversos* os segmentos A/D e B/C, visto que ambos correspondem ao aspecto normativo e transgressivo do mesmo bloco. Por outro lado, os segmentos A/B e C/D são *recíprocos*, apresentam os valores negativos e positivos do mesmo bloco.

Convém fazermos algumas observações quanto aos termos empregados na teoria. Os conectivos (CONN) *donc* (**DC**) e *pourtant* (**PT**) são uma representação abstrata dos diversos conectores existentes na língua que cum-

prem essas funções. Assim o CONN **DC** pode ser “materialmente” representado por: *pois, portanto, logo, desse modo etc.* O CONN **PT** pode ser “materialmente” representado por: *embora, mesmo que, no entanto etc.*

O mesmo se aplica ao operador **neg**. Ele não deve ser confundido com o advérbio **não**, pois sua realização material pode acontecer de diversas maneiras, por prefixo, por antônimos etc. Assim, para o exemplo (13a), os enunciados (14), (15) e (16) seriam atualizações do mesmo bloco, não obstante a falta de identidade material:

(14) Cristina conseguiu sua independência financeira, logo está feliz. (**X DC Y**)

(15) Cristina não conseguiu sua independência financeira, logo está infeliz. (**neg-X DC neg-Y**)

(16) Ainda que dependa financeiramente dos pais, Cristina está feliz. (**neg-X PT Y**)

A Teoria dos Blocos Semânticos vem preencher a lacuna do papel da relação entre os segmentos do enunciado na determinação de seu valor argumentativo. O novo modelo responde ainda o problema do paradoxo argumentativo, qual seja, um mesmo enunciado, segundo a tradição lógica, não pode servir como argumento para conclusões opostas.

Pela resenha que fizemos dos estudos da TAL até aqui, percebemos que em nenhum momento houve referência ao emprego da metáfora como elemento argumentativo. Acreditamos ser essa uma lacuna que deva ser preenchida, pois não é raro encontrarmos exemplos de expressões metafóricas envolvidas em encadeamentos argumentativos. Na próxima seção, tentaremos uma resposta ao porquê de a metáfora ser desconsiderada por Ducrot e colaboradores.

## 2.6 A metáfora e a TAL

Ao final da seção 2.3, destacamos que a metáfora não fora considerada pelo modelo Standard da TAL. Nas últimas seções, também verificamos que ela (a metáfora) não foi considerada pela Teoria dos *Topoi* nem pela Teoria dos Blocos Semânticos. Porém, acreditamos que a metáfora não possa ser posta à margem de um estudo sobre o sistema lingüístico, pois ela desempenha um papel importante na construção da argumentação, e é nosso objetivo, neste trabalho, tentar determinar esse papel e encontrar um mecanismo que possibilite sua análise.

Primeiramente vejamos, em linhas gerais, por que Ducrot e colaboradores se eximem de introduzir a metáfora em suas pesquisas. Ora, sendo todos eles estruturalistas, a visão que têm da metáfora corresponde à visão estruturalista, não poderia ser diferente.

Para o Estruturalismo de base saussuriana, ao qual se filiam Ducrot e colaboradores, a metáfora constitui um desvio do sentido literal. Para o Estruturalismo, é o sentido literal que faz parte do sistema lingüístico; o desvio é resultado do emprego da Língua (sistema), portanto é um fenômeno da Fala, dependente da vontade do falante. Se Ducrot assume essa concepção, é justificável que em seus estudos da Língua (sistema) não envolva essa “figura”. Assim em um exemplo como (9):

(9) **A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.** Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído. (001-FAZA-EPC-19-06-2006-P-51)

o que se tem é simplesmente um “uso criativo” das possibilidades discursivas do sistema, a figura presente nesse enunciado, mais especificamente na voz de um dos enunciadores, (Cf. seção 2.3) não é constitutiva do sistema lingüístico e, portanto, não precisa de ser descrita em termos de sistema lingüístico.

Porém, acreditamos que o valor argumentativo desse enunciado seja primariamente determinado pelo modo como percebemos essa figura, que

na verdade representa não um desvio, mas a revelação de uma maneira particular de enxergar e descrever o mundo. Maneira essa que é constitutiva da própria estrutura da percepção humana, determinante, inclusive, dos sistemas lingüísticos.

Para assumirmos tal posicionamento, é necessário abandonarmos a noção de metáfora como desvio e encontrarmos uma nova concepção que enquadre a metáfora como elemento constitutivo do próprio sistema lingüístico, ou mais, da própria estrutura cognitiva do ser humano. É sobre essa concepção de metáfora que construiremos nossa argumentação. Este será o assunto do próximo capítulo: que concepção de metáfora devemos adotar para um estudo da argumentação na língua?

### 3 - METÁFORA

Nos capítulos anteriores, procuramos definir o âmbito de nossa atuação no que diz respeito à argumentação. Dentre as diversas concepções de argumentação, destacamos, para figurar em nossa investigação, o modelo da TAL (Teoria da Argumentação na Língua). Observamos que, em nenhum momento do desenrolar da teoria ducrotiana, fez-se menção ao uso metafórico da linguagem como elemento desencadeador da argumentação — já apresentamos uma possível justificativa para isso (Cf. 2.6).

No presente capítulo, buscaremos apresentar um modelo de compreensão da metáfora que nos sirva para preencher a lacuna apontada quanto ao quadro dos estudos da TAL e ao papel da metáfora na argumentação. Consideraremos, em primeiro lugar, algumas concepções ordinárias de metáfora, a fim de justificarmos nossa opção pelo modelo de metáfora defendido pela Linguística Cognitiva. Em seguida, exporemos os princípios da Linguística Cognitiva que regem o entendimento da metáfora; por fim mostraremos o ponto que, a nosso ver, pressuporia a inserção da metáfora na Teoria da Argumentação na Língua.

#### 3.1 Algumas concepções de metáfora

Ao falarmos em uso metafórico de uma palavra (se seguirmos a tradição dos estudos de metáfora como figura do discurso ou *tropo*), será necessário admitirmos a existência de um significado literal estável, mesmo que não consigamos estabelecê-lo com precisão. Assim o significado de uma palavra seria constituído do significado nuclear (aquele empregado literalmente ou adequadamente) e significados periféricos ou acidentais que constituem desvios do significado literal. A metáfora seria, portanto, um uso periférico do significado de uma palavra.

Nesta linha de pensamento, Aristóteles já inaugurara uma teoria da substituição para definir metáfora. Essa idéia pode ser entendida também



como uma teoria da denominação, uma vez que a metáfora denominaria um objeto por meio de um representante mais típico de suas características. Se assim o é, deverá, então, haver a abstração de algumas características não-comuns aos dois elementos envolvidos na construção da metáfora para que o entendimento seja realizado, daí decorre, segundo o próprio estagirita, que *bem saber as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças* (1991b: p. 223).

Numa formulação muito simples é possível definir metáfora como uma associação baseada na semelhança. Isso dá à metáfora um campo inumerável de possibilidades, pois ela poderia basear-se em um ou vários aspectos de duas noções ou de dois objetos. Afirmar isso seria considerar a metáfora como uma comparação abreviada, como o queria a retórica tradicional. Na comparação, há o embate de duas noções que se aproximam, mas que mantêm sua individualidade; são aproximados, mas mantêm cada um sua personalidade; metáfora substitui o signo de uma entidade pelo signo de outra entidade. Assim a metáfora realiza uma transposição de termos que relega certas diferenças se apoiando sobre algumas semelhanças.

Considerando a metáfora como fazendo parte de uma teoria da denominação, Ricouer (2000) assevera que ela não implicaria somente abstração, isto é, a apreensão de determinadas características em detrimento de outras; mas uma concretização, pois o objeto novo decorrente da metáfora é, por ela, totalmente designado, com toda sua estrutura. A metáfora abrangeria todas as possibilidades do novo objeto, pois é ela quem o cria, quem o traz à existência. A abstração é entendida como uma generalização em que muitos aspectos são postos à margem da apreensão do objeto. Assim, a metáfora encontra-se a meio caminho da extensão, ou ampliação, e da restrição, ou especificação do sentido. Seria extensão, uma vez que o termo metafórico buscaria no gênero as semelhanças com o termo metaforizado; e restrição, pois o termo metafórico não mantém seu sentido geral, mas concretiza todas as características em relação ao termo metaforizado, isto é, todas as características do objeto metaforizado seriam encontradas na própria metáfora. Desse modo a metáfora passa-

ria a apresentar, além da relação de semelhança, as relações de abstração, generalização e concretização.

É fácil perceber que, sob essa concepção da teoria da substituição, temos uma transferência de significado, ou uma concretização de valores. No entanto, convém salientar que, nesse deslocamento, estão envolvidos outros elementos além do significado comum aos termos metafórico e metaforizado. A metáfora seria também uma transferência de contextos, de esquemas, de quadros conceituais, enfim, não se transfere somente o significado das palavras, mas suas relações, seus modos de uso. Desse modo, a concretização perde valor, sendo deslocada para a margem, enquanto o que realmente importa é a maneira pela qual o pensamento é alterado diante das novas relações estabelecidas pela metáfora. Vale lembrar que ela não está restrita ao termo metafórico, mas é decorrente do conjunto formado pelo teor, pelo veículo e pela relação existente ou estabelecida entre eles. Foi Richards (1965) quem chamou a atenção para essa nova possibilidade de entendimento da metáfora. Ele ressalta que as relações existentes entre o teor e o veículo não se restringem à semelhança, mas que a modificação causada no teor pelo veículo decorre principalmente da relação de dessemelhança.

Black (1981), mostra que a metáfora possibilita a apreensão de um novo significado, permite a fusão em um novo conceito daquilo que já é conhecido, ampliando sobremaneira a capacidade de produção de significados. Isso quer dizer que está diretamente ligada à criatividade semântica; o sentido novo, dela decorrente, não pode, como era possível em Aristóteles, receber uma tradução em termos literais, embora possa ser parafraseada; ela não é transferência de significados, mas a própria gênese de significados. Vale lembrar que na visão da Linguística Cognitiva, a metáfora está sempre ancorada nos nossos modos de compreender o mundo. Sendo assim, a metáfora antes de ser gênese de significados, seria um modo de entender e falar sobre o mundo. Por exemplo, se dizemos que alguém é um leão, deve haver alguma crença relativa ao comportamento de leões (bravura, coragem etc), de base cultural, que nos permita entender esta semelhança.

Ainda segundo Black (1981), é o enunciado em sua totalidade que constitui a metáfora. Isso não quer dizer, no entanto, que todos os termos constitutivos do enunciado sejam de natureza não-literal, pelo contrário, existe um termo que ativa a interpretação metafórica (foco) e os demais que compõem o quadro em que este termo está inserido: é da relação entre foco e quadro que surge a metáfora. Tudo isso parece meio contraditório; se pensarmos que as palavras não possuem um significado rígido e único – como defendem os adeptos desse modelo – como identificar o valor metafórico delas? Esse valor metafórico do foco somente é percebido pela influência que recebe do quadro. Isolada, palavra nenhuma é metafórica: a metáfora surge da interação, o que existe são usos metafóricos. Não esqueçamos, porém, que, para a Linguística Cognitiva, principalmente para Lakoff (1993), a metáfora é cognitiva e socioculturalmente determinada, então há metáfora e não apenas usos metafóricos, os usos metafóricos, ou expressões metafóricas, seriam manifestações, realizações das estruturas cognitivas metafóricas subjacentes.

Ricouer (2000) apresenta um novo olhar sobre a metáfora, ao afirmar que essa mantém dois pensamentos ativos de uma palavra ou expressão simples cujo sentido será o resultado da interação entre esses dois pensamentos. Assim a metáfora surgiria da tensão existente entre uma palavra em processo de mutação de sentido (o foco) e a enunciação completa que engloba essa palavra (quadro) que está, em relação ao foco, numa situação de tensão de sentido. Isso quer dizer que a metáfora é o produto do debate entre predicção e denominação. A idéia de tensão é, pois, oposta à de substituição, duas interpretações opostas da enunciação fazem surgir uma nova pertinência semântica para a enunciação: a metáfora gera uma tensão que cria uma nova percepção.

Temos, portanto, em Ricouer (2000), que a metáfora, ao gerar uma nova percepção a partir da tensão entre os dois pólos (foco e quadro), não pode ser traduzida, como o queria a Retórica Clássica, ela gera seu próprio sentido, ela permitirá apreender qualquer realidade, ela passa a oferecer novas informações, com conteúdo cognitivo.

Sobre a relação de semelhança – base do conceito clássico de metáfora – Ricouer (2000) defende que ela não é só aquilo que possibilita a metáfora, mas aquilo que a metáfora constrói, ela é, em um certo aspecto, necessária para a tensão, pois é ela quem guiará a nova percepção resultante da destruição de um enunciado autocontraditório:

Na linguagem de Beardsley, a metáfora é o que faz de um enunciado autocontraditório que se destrói um enunciado autocontraditório significativo. É nessa mutação de sentido que a semelhança desempenha seu papel. Mas esse papel só pode aparecer se nos desviamos da aliança de caráter puramente semiótico entre semelhança e substituição, para nos voltarmos para um aspecto propriamente semântico da semelhança: quero dizer, um funcionamento inseparável da instância de discurso constitutivo da frase (ou da expressão complexa em jogo no oxímoro). (RICOUER, 2000: p. 297)

Aqui a imaginação desempenha um papel bastante importante. É ela que permitirá a reestruturação do sentido depois da destruição do significado literal. É a semelhança que fornecerá subsídios com os quais a imaginação trabalhará, uma vez que ela – a semelhança – indica as possibilidades combinatórias dos sentidos postos em relação. A imaginação pode ser entendida como processo de compreensão da metáfora que reclama dois passos: a acomodação, que consiste na distinção da seqüência verbal que exige uma reinterpretção, dada a incompatibilidade semântica; e a assimilação: é preciso buscar um outro sentido que possa ser associado ao primeiro. A interpretação da metáfora conduz aos mundos possíveis.

A referência toma uma nova abordagem diante dessa nova concepção de metáfora. Se ela obtém seu significado a partir da destruição do significado literal dos termos postos em tensão, é de se esperar que a referência literal desses termos também seja destruída. Dizendo melhor, a referência da linguagem descritiva objetiva é reconstruída, ressignificada ou pelo menos suspenso pelo processo metafórico. Isso quer dizer que a metáfora acaba por operar uma referência de segunda ordem. Assim, temos que a metáfora além de dizer alguma coisa, diz alguma coisa sobre a realidade, isso implica o seu du-

plo caráter: ela opera pela denotação, pela metaforização da referência; e pela conotação, pela metaforização do significado. Desse modo, a metáfora nos revela novas possibilidades de leitura do mundo. Tal concepção acaba por tomar a metáfora como externa aos processos cognitivos e, portanto, é incompatível com as concepções de metáfora conceitual que adotamos em nosso trabalho.

Existe ainda uma concepção de metáfora que a considera uma espécie de linguajar obscuro, de difícil compreensão. É sabido que, para a lógica formal, o valor de verdade de uma expressão depende de sua relação com a realidade. É dessa visão de verdade que decorre a interpretação obscura da metáfora. Para um lógico a metáfora não pode ser verdadeira, porque não possui respaldo na realidade, seu valor de verdade não pode ser comprovado; além disso, ela obscurece a percepção primeira da realidade. Porém, acreditamos que uma expressão metafórica é verdadeira não porque se encontre respalda na realidade, mas, sim, porque é coerente com o sistema conceitual a partir do qual é produzida. Desse modo em uma expressão como a destacada em (1):

(1) Mas o que fazer com **a raiva que arde dentro de nós?** (002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75),

não nos cabe questionar se a raiva é ou não uma substância ardente ou se as pessoas são ou não recipientes que suportam essas substâncias em realidade, mas, sim, verificar que essa expressão somente é possível porque o sistema conceitual que a gerou vincula *sentimentos a substâncias e pessoas a recipientes*; tal mapeamento<sup>21</sup> — conceito chave da semântica cognitiva — explica um conjunto virtualmente infinito de expressões metafóricas e revela um modo específico de enxergar a realidade.

Embora questões com relação à verdade surjam para as metáforas novas, as questões mais importantes são as da ação apropriada. Na maior parte dos casos, o que está em questão

---

<sup>21</sup> O conceito de *mapping* (mapeamento) será oportunamente esclarecido; por hora, entendamos mapeamento como a projeção de um domínio de experiência concreto em outro domínio mais abstrato.

não é a veracidade ou falsidade de uma metáfora, mas as percepções e inferências que a acompanham e as ações sancionadas por ela. (LAKOFF e JOHNSON, 2002: p. 260)

Se, no dizer de Ducrot (1988, p. 52 e 2005 p. 16), toda manifestação lingüística representa um olhar do indivíduo que a realiza sobre o mundo, ou seja, filtra-se e revela-se o mundo por meio da subjetividade, a ponto de não ser necessária (ou mesmo de não existir) a distinção entre objetividade e subjetividade; este olhar está, quer queira quer não, subordinado à estrutura conceitual do indivíduo, esse sistema conceitual orienta a percepção do sujeito e, por ela, é determinado.

Se considerarmos, também, que essa estrutura conceitual é em grande parte metafórica (LAKOFF e JOHNSON, 2002), não podemos excluir a metáfora de nenhum estudo sobre linguagem, quer se trate de estudo do Discurso, quer se trate de estudo da Língua como propõe Ducrot. Por que então o francês relegou a metáfora? Ora, a concepção de língua adotada por Ducrot, como já destacamos, concebe a metáfora (expressão metafórica) como um efeito discursivo, um elemento da Fala saussuriana; logo, não fazendo parte da estrutura da Língua, não deve ser estudada no modelo ducrotiano; um engano? Do ponto de vista teórico não, uma vez que o autor é coerente com os princípios teóricos que adota; no entanto, propomos a adoção de um novo enfoque sobre a constituição do sistema lingüístico que envolva a metáfora, que, como elemento constitutivo do sistema conceitual, influencia de modo determinante as estruturas do sistema lingüístico.

Apresentamos aqui alguns modos de compreensão do que seja metáfora e já adiantamos alguns nossos posicionamentos acerca do tema. É evidente que, dada a vasta quantidade de pesquisas e textos sobre metáfora, tal resumo é ínfimo; no entanto acreditamos que seja suficiente para deixar claro ao leitor o caminho que pretendemos percorrer. Na próxima seção, abordaremos a metáfora conceitual, modelo que adotamos em nossa pesquisa.

### 3.2 A metáfora conceitual

Para entendermos o que vem a ser metáfora conceitual, convém esboçarmos alguns pressupostos. O sistema conceitual pode ser entendido (e é essa posição que adotamos para o presente trabalho) como o resultado da apreensão das experiências corporais e sociais estruturadas e da nossa capacidade de projetar essas sobre outras estruturas conceituais, mais abstratas (WILSON, 2002).

Tomemos um exemplo:

(2) **Certa vez, durante um áspero debate**, ela disse, com desprezo: " Sir Winston, se você fosse meu marido, eu colocaria arsênico em seu café! "(002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75)

Concentremo-nos na expressão destacada, mais especificamente na expressão sublinhada. O que nos permite entender um *debate* como *áspero*? Nossas experiências corporais nos revelam, *grosso modo*, serem as superfícies ásperas desagradáveis ao tato; forma-se a partir dessa experiência um conceito de *áspero*, conceito esse dependente, portanto, da estruturação de nossa experiência corpórea. Nossas experiências sociais revelam que um debate, uma discussão, um diálogo pode nos ser agradável ou desagradável, pode nos causar desconforto ou prazer, enfim; nossa experiência social estruturada permite a construção de um conceito de *debate*.

O estabelecimento dos conceitos de *áspero* e *debate* ainda não explica a expressão *áspero debate*. Para tanto, é necessária a introdução de um outro mecanismo: o mapeamento (*mapping*). Por mapeamento entendemos a projeção de um conjunto domínio sobre um conjunto imagem, ou melhor, a projeção de uma estrutura conceitual sobre outra, de tal modo que os elementos desta sejam interpretados como os elementos daquela. Vale lembrar que a projeção ou mapeamento ocorre de um domínio mais concreto (mais ligado às experiências corpóreas) para um domínio mais abstrato (mais ligado às experiências sociais).



Assim, em nossa expressão, a estrutura conceitual que estabelece o conceito de *áspero* (estrutura baseada em experiência corpórea), projeta-se sobre a estrutura conceitual que estabelece o conceito de *debate* (estrutura baseada em experiência social), de tal modo que a relação dos elementos de uma estrutura passa a ser compreendida como análoga à relação dos elementos da outra. Mais concretamente, um ralador de queijo, por ser áspero, é desagradável para a pele assim como um debate entre desafetos é desagradável para o bem-estar de ambos, logo, interpretando um em termos do outro, temos um *debate áspero*. As metáforas conceituais, como estabelecidas por Lakoff e Johnson (2002) são o resultado de mapeamentos cognitivos, como também o são a metonímia e a categorização.

A metáfora é um mecanismo cognitivo por meio do qual um domínio experiencial é parcialmente 'mapeado', i.e. projetado, para um domínio experiencial diferente, de forma que o segundo domínio é parcialmente compreendido em termos do primeiro. O domínio que é mapeado é chamado de *fonte* ou *domínio doador*, e o domínio para o qual o domínio *fonte* é mapeado é chamado de *alvo* ou *domínio recipiente*. Ambos os domínios devem pertencer a diferentes domínios superordenados<sup>22</sup> (BARCELONA, 2003, p. 3).

O sistema conceitual constitui um corpo convencionalizado de conhecimento, estruturado a partir da experiência corporal ou social. As unidades desse corpo convencionalizado são os conceitos, que se reconhecem em uma estrutura determinada, razoavelmente estável: o *domínio conceitual*. Todo esse aparato encontra-se no plano conceitual e a ele somente podemos ter acesso por meio de suas manifestações. Uma análise como a que procedemos para a expressão ***debate áspero*** pode revelar muito sobre a estrutura cognitiva que subjaz às expressões analisadas, dito de outro modo, somente podemos analisar as *expressões metafóricas* levando em conta as estruturas cognitivas como suporte, como pano de fundo. Assim, a metáfora não pode ser entendida simplesmente como uma relação de semelhança entre imagens, como o queria A-

---

<sup>22</sup> Metaphor is the cognitive mechanism whereby one experiential domain is partially 'mapped', i.e. projected, onto a different experiential domain, so that the second domain is partially understood in terms of the first one. The domain that is mapped is called the source or donor domain, and the domain onto which the source is mapped is called the target or recipient domain. Both domains have to belong to different superordinate domains.



ristóteles. Ela consiste na interligação de domínios conceituais diversos; não se trata, portanto, de ligação similar entre duas entidades lingüísticas diferentes, mas das implicações que essa relação tem com base nas relações dos domínios conceituais de que fazem parte.

Uma explicação possível para o fenômeno da compreensão de expressões metafóricas diz respeito à relevância que uma característica ou conjunto de características de um elemento assume quando esse elemento participa de uma relação de similitude (metafórica ou não). Os falantes percebem que características do discurso devem ser levadas em consideração.

Assumimos que as pessoas tenham intuições sobre o que é ou não relevante: elas podem consistentemente distinguir uma informação relevante de uma outra não relevante, ou, em alguns casos, distinguir uma informação mais relevante de uma menos relevante. Contudo, nem sempre essas intuições são fáceis de explicitar ou usar como evidência. (SPERBER e WILSON, 1986: p. 119)<sup>23</sup>

Assim em um enunciado comparativo do tipo *A é como B*, se as características comuns forem igualmente salientes em ambos os termos, estamos diante de uma relação entre domínios experienciais semelhantes. Assim em:

(3) Por aqui o Estado espreme a sociedade, pois arrecada como um país escandinavo (020-RINE-EPC-23-10-2006-P-50)

temos uma relação entre domínios experienciais semelhantes, pois as características salientes no termo B (país escandinavo: responsável pela arrecadação de impostos) também o são no termo A (o Estado: responsável pela arrecadação de impostos). Fato diverso ocorre em:

---

<sup>23</sup> We assume that people have intuitions of relevance: that they can consistently distinguish relevant from irrelevant information, or in some cases, more relevant from less relevant information. However, these intuitions are not very easy to elicit or use as evidence. SPERBER e WILSON, 1986: p. 119 – tradução nossa.

(4) Dá para escolher representantes mais confiáveis, (...) Como se fosse uma gincana. (010-RINE-14-08-2006-P-51)<sup>24</sup>

Nesse exemplo, os termos relacionados apresentam valores de relevância diversos, aquilo que é relevante em B (a gincana: divertimento, prazer, jogo), não o é da mesma forma em A (escolher representantes: eleição, seriedade, destino do país), estamos diante de uma comparação entre domínios experienciais de naturezas distintas.

Vale lembrar que, em ambos os casos, existem características semelhantes nos dois termos que são postas em jogo. Por outro lado é possível construir enunciados anômalos, nos quais as características contrastadas não são comuns ou, pelo menos, não são óbvias, como em:

(5) Escolher representantes é como comer pastel.

As metáforas podem ser entendidas, portanto, com base nesse modelo da relevância, uma vez que implicam uma relação entre domínios conceituais; assim em:

(6) **Não descarregue sua raiva** (002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75)

A metáfora que subjaz a essa expressão metafórica (SENTIMENTOS SÃO SUBSTÂNCIAS) salienta uma característica do elemento B (substância) que determina a compreensão do termo A (sentimentos), a saber a “armazenabilidade”, os sentimentos, assim como as substâncias, podem ser armazenados, carregados e descarregados. Talvez uma outra metáfora subjaza à expressão acima: PESSOAS SÃO RECIPIENTES.

Uma palavra sobre a representação textual das metáforas conceituais:

---

<sup>24</sup> As eleições vêm aí. Dá para escolher representantes mais confiáveis, utilizando novas ferramentas digitais. É possível fazer isso com prazer e divertimento. Como se fosse uma gincana. Quer ver? Preparei um roteiro de sete pontos. (010-RINE-14-08-2006-P-51)

Para facilitar a lembrança de quais mapeamentos se encontram no sistema conceitual, Johnson e eu adotamos uma estratégia para nomear tais mapeamentos, usar expressões que sugiram o mapeamento. Essas expressões têm basicamente (embora nem sempre) a forma: DOMÍNIO ALVO É DOMÍNIO FONTE, ou alternativamente, DOMÍNIO ALVO COMO DOMÍNIO FONTE. (LAKOFF, 1993: p. 207)<sup>25</sup>

As relações estabelecidas entre os termos põem em evidência características aplicáveis a ambos, sendo o significado da expressão decorrente daquilo que é relevante ou saliente em um e em outro termo. É a identificação daquilo que é relevante para o estabelecimento da relação entre dois enunciados que determinará, a nosso ver, o entendimento ou apreensão do valor argumentativo de um encadeamento discursivo nos moldes apresentados pela Teoria dos Blocos semânticos. Acreditamos que os valores relevantes em um mapeamento metafórico tornam-se teoricamente insustentáveis se não levarmos em consideração o sistema conceitual e seus modos de organização subjacentes ao próprio mapeamento. Disso decorre que a metáfora, entendida como um dos mecanismos de organização conceitual, deva ser incluída em qualquer modelo que pretenda descrever a Forma lingüística.

Lembremos ainda que a verificação do lugar ocupado pelos termos meta e veículo em seus respectivos domínios é importante no estabelecimento das relações de significação que surgem do mapeamento dos domínios. Isso implica que os termos relacionados devem ocupar, *mutatis mutandis*, a mesma posição nos domínios a que pertencem em relação aos demais elementos do domínio. Desse modo em:

(7) **A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.** Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído. (001-FAZA-EPC-19-06-2006-P-51)

---

<sup>25</sup> Livre tradução nossa de: To make easier to remember what mappings there are in the conceptual system, Johnson and I (Lakoff & Johnson, 1980) adopted a strategy for naming such mappings, using mnemonics which suggest the mapping. Mnemonics names typically (though not always) have the form: TARGET-DOMAIN IS SOURCE-DOMAIN, or alternatively, TARGET-DOMAIN AS SOURCE-DOMAIN.

se percebemos que a morte pode provocar danos à estrutura da qual fazia parte o ser morto e que um abalo sísmico também pode provocar danos ao espaço em que ocorre, estamos admitindo que ambos detêm, em seus respectivos domínios, o papel de agente desagregador ou transformador; é essa equivalência relacional que permite a construção e o entendimento da expressão metafórica em questão. Esse tipo de relação é importante quando pensamos na escalaridade da força argumentativa do encadeamento. Nesse exemplo, a substituição de *abalo sísmico* por *acidente de trem*, que também é uma tragédia, não implicaria o mesmo valor argumentativo e alteraria sobremaneira a metáfora subjacente (Cf. cap 4).

Devemos levar em conta que, nesse modelo de interação de domínios, é necessária a percepção de quais elementos estão sendo mapeados. Um domínio conceitual é constituído por uma quase infinidade de elementos e relações, assim a identificação das relações e elementos mapeados passa obrigatoriamente por uma análise pragmático-restritiva por parte do ouvinte, que intui as relações e os elementos mais prováveis de estarem sendo mapeados.

Desse modo em (8),

(8) Mas o que fazer com **a raiva que arde dentro de nós?** (002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75)

é importante percebermos que, com essa expressão metafórica, o falante não põe em jogo todas as relações possíveis dos domínios das metáforas que a constituem<sup>26</sup>, mas, sim, evidencia um conjunto específico de relações que pode ser pragmaticamente identificado. Não estamos dizendo que todas as demais relações sejam descartadas, o fato é que estas são postas em “modo de espera”, até que algum elemento desencadeie sua atualização.

Todos esses modos de interpretação das expressões metafóricas, têm pressuposto, como já dissemos, um sistema conceitual complexo, formado a partir de nossas experiências corpóreas e sociais. Esses sistema abstrato

---

<sup>26</sup> SENTIMENTOS SÃO SUBSTÂNCIAS e PESSOAS SÃO RECIPIENTES

funciona como forma para as manifestações, dentre outras coisas, da linguagem, é esse sistema que confere sentido, valor às manifestações lingüísticas. Não nos interessa nesse trabalho discutirmos os aspectos físico-biológicos de constituição e operação desse sistema, isto é, não nos atrai o estudo do cérebro (*hardware*) sobre o qual se assenta o sistema conceitual (*software*). Sabemos, porém, que o sistema conceitual é determinado pelo sistema físico que o suporta, a separação entre esses dois aspectos é puramente didática.

Aquilo que realmente nos atrai aqui é a afirmação de que nosso sistema conceitual, subjacente a diversos outros sistemas — inclusive ao lingüístico —, é em grande parte metafórico. Tal afirmação tem uma implicação séria para nosso trabalho, uma vez que o modelo de argumentação aqui adotado afirma ser o valor argumentativo inerente ao próprio sistema lingüístico, à Forma Lingüística.<sup>27</sup> Ora, se assim o é — e aceitamos essa afirmação —, não se pode excluir dos estudos sobre argumentação lingüística o papel do sistema conceitual, especialmente, em nosso caso, da metáfora. É importante destacar a diferença existente entre as concepções de língua da lingüística cognitiva e da TAL. Para a lingüística cognitiva a língua é mental, isto é, está na mente do indivíduo. Para a TAL, a língua é um organismo social, externo ao indivíduo. Parece impossível a relação entre as duas visões. Porém, cremos que mesmo se considerarmos a língua com organismo social, não podemos descartar a influência do sistema cognitivo sobre sua constituição. Isso porque é o homem que constitui o sistema social; se o comportamento humano é em grande parte determinado pela natureza do seu sistema cognitivo, não seria demais afirmar que, mesmo os elementos sociais recebem influência do sistema cognitivo. Descartar a influência do sistema cognitivo sobre a constituição do sistema lingüístico é, no mínimo, arriscado.

No próximo capítulo, verificaremos mais atentamente por que a aproximação dessas duas teses (a metáfora conceitual e a argumentação inser-

---

<sup>27</sup> Forma no sentido saussuriano do termo adotado por Ducrot e colaboradores.

ta na língua) é necessária para o entendimento de encadeamentos argumentativos que envolvem expressões metafóricas.

#### 4 - METÁFORA E ARGUMENTAÇÃO

Nos capítulos precedentes, apresentamos brevemente os modelos teóricos que pretendemos pôr em relação em nossa pesquisa. Fizemos um breve percurso dos estudos em argumentação desde seu surgimento, na antiguidade clássica, até os modelos da TAL, postulados por Ducrot e colaboradores. Mais especificamente, abordamos o ponto dos estudos da TAL que mais de perto nos interessa: a Teoria dos Blocos Semânticos.

Fizemos ainda um panorama das concepções comuns sobre metáfora, vista como figura do discurso, como discurso obscuro, como reconstrução da realidade; enfim, um apanhado que nos serviu de base para justificarmos a adoção do modelo cognitivista de metáfora. Quanto à concepção de metáfora cognitiva, propusemo-nos simplesmente apresentar os princípios que regem seus diferentes modelos cognitivos, resumidamente, o princípio de que a metáfora é um processo cognitivo, não somente lingüístico-discursivo, constitutivo do sistema cognitivo, e de que, por conta disso, determina em grande parte a maneira como percebemos e estruturamos o mundo e suas relações.

No presente capítulo, pretendemos retomar alguns conceitos basilares dos modelos teóricos que ora adotamos e tentaremos, além disso, apresentar algumas análises com o intuito de demonstrar que o valor de um encadeamento argumentativo que envolva expressão metafórica depende, em princípio, da metáfora que subjaz a tal expressão, sendo necessária, portanto, a inclusão do fenômeno metafórico, como o enxerga a Lingüística Cognitiva, na investigação sobre a argumentação na Língua.

Como apontamos anteriormente (Cf. Introdução), os modelos teóricos que adotamos em nossa pesquisa divergem bastante quanto à concepção de língua. Enquanto para a TAL a língua é encarada como um fenômeno social, externo ao homem, externo à mente; para a lingüística cognitiva o sistema lingüístico é uma das manifestações do sistema cognitivo que estrutura a mente humana. Parece, pois, serem inconciliáveis essas duas visões. Porém, per-

cebemos que a estrutura cognitiva é determinante de muitos comportamentos sociais, inclusive lingüísticos e que o sistema cognitivo recebe em contrapartida influências do meio social. Assim cremos que a língua, mesmo entendida como organismo social, receberá influência do sistema cognitivo, mesmo que indiretamente. Além disso o sistema lingüístico também poderá influenciar alguns fenômenos cognitivos. Cremos que o estudo da língua não pode deixar de lado a influência do sistema cognitivo sobre o sistema lingüístico.

#### 4.1 O encadeamento argumentativo

Na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), temos encadeamento argumentativo quando dois enunciados articulam-se por meio de um conectivo (CONN) DC (do francês *donc*, portanto) ou PT (do francês *pourtant*, no entanto).<sup>28</sup> Tal encadeamento gera um Bloco de significação. O conceito de bloco deriva do fato de que, em um encadeamento argumentativo, um enunciado A somente pode ser entendido como argumento para C pelo fato de os dois segmentos estarem encadeados. Desse modo um enunciado A não é, a priori, argumento para C, ele “se torna” argumento em decorrência do encadeamento, logo o encadeamento gera um conjunto indissociável de significação: um Bloco Semântico.

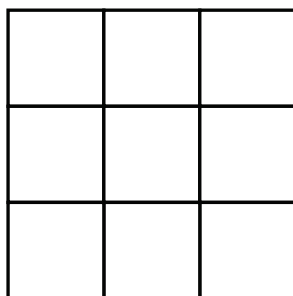
O que, porém, torna argumentativa essa relação entre enunciados? São necessários aqui alguns esclarecimentos. Ducrot e colaboradores herdaram a concepção saussuriana de língua, entendida como *Forma* e não como *Substância*. Concentremo-nos nesse conceito de Forma. Podemos entender tal conceito, *grosso modo*, como um princípio abstrato que permite, ou obriga, o homem a entender a realidade que o circunda desta ou daquela maneira. Assim, se tomarmos como exemplo a figura abaixo veremos que a forma (abstrata) do retângulo aplicada à substância (figura concreta) é que nos permite, ou nos obriga, a enxergar esta ou aquela quantidade de retângulos. O desenho é uma substância que se nos apresenta ao olhar, tal substância somente é apre-

---

<sup>28</sup> Cf. seção 2.5



endida como um quadrado dada a existência de uma forma (abstrata) que ordena essa substância, que lhe confere valor.



Não nos cabe aqui determinar qual a natureza desse princípio; se decorre da abstração de características presentes nos objetos (como queria Aristóteles) ou da própria natureza do espírito humano (como queria Kant), ou da abstração da concretude de enunciados relacionados (como queria a lógica clássica). O fato é que Saussure adota esse princípio e, portanto, não podemos entender os princípios da TAL sem levá-lo em consideração.

Para Ducrot e colaboradores, a língua é essencialmente argumentativa, isto é, uma Forma argumentativa. Isso significa dizer que qualquer encadeamento discursivo (da fala) somente pode ser entendido como argumentativo: a língua (Forma) obriga o falante a ver tudo como argumentativo.

Assim, um enunciado como (1) é visto como possuindo uma orientação argumentativa, e somente pode ser visto assim – da mesma maneira que só se vêem quadrados na figura acima.

(1) Carlos não era importante para a empresa e será substituído.

Nesse exemplo, o primeiro enunciado (*Carlos não era importante para a empresa*) é interpretado como argumento (A) para a conclusão (C) (*será substituído*), somente porque está a este encadeado. Não fica claro, porém, nesse exemplo, qual o princípio norteador do encadeamento. Marion Carel (1995) postula a existência de regras, geradas pelo próprio encadeamento ar-

gumentativo (Cf. 2.5). Tais regras seriam a descrição da manifestação concreta do princípio que nos permite, ou obriga, entender o encadeamento como argumentativo; em nosso exemplo:

**Regra 1:** ser importante DC não ser substituído.

**Regra 2:** não ser importante DC ser substituído.

O encadeamento gera ainda regras de exceção, enunciados em PT:

**Regra de exceção 1:** ser importante PT ser substituído.

**Regra de exceção 2:** não ser importante PT não ser substituído.

As regras geradas pelo encadeamento não fazem parte do sistema da língua, uma vez que decorrem da realização concreta do sistema (da fala), porém a língua, se assumimos seu caráter constitutivamente argumentativo, pressupõe a geração dessas regras e determina como devem ser organizadas. Desse modo, o quadro abaixo é uma tentativa de descrição desse caráter da língua (descrição da forma).

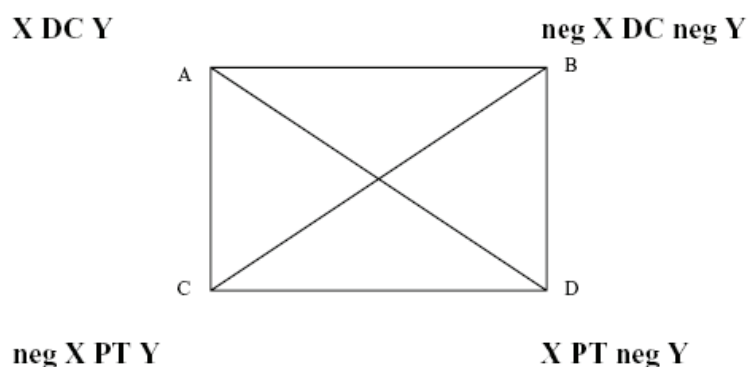


Figura 2 - Quadro argumentativo

O quadro é uma tentativa de descrição da forma lingüística que torna argumentativos os encadeamentos realizados pelos falantes. Note-se que a um encadeamento em DC corresponde um outro em PT São encadeamentos *conversos* os segmentos A/D e B/C, visto que ambos correspondem ao aspecto normativo e transgressivo do mesmo bloco. Por outro lado, os segmentos A/B e C/D são *recíprocos*, por apresentarem os valores negativos e positivos do mesmo bloco. Percebe-se então que as regras deduzidas do bloco são a combinação dos valores positivos e negativos com o caráter normativo e transgressivo do bloco (para mais detalhes sobre o modelo da TBS Cf. seção 2.5).

Dito isso, vejamos um exemplo mais próximo daquilo que estamos defendendo neste trabalho.

**(2) A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.** Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído. (001-FAZA-EPC-19-06-2006-P-51)

No exemplo (2) temos, aproximativamente, o mesmo encadeamento argumentativo exemplificado em (1). Porém, o que nos salta aos olhos como diferença é o fato de a morte de uma figura humana ser equiparada a um abalo sísmico. Isso talvez dificulte a apreensão ou estabelecimento do conjunto de regras pressuposto pelo bloco.

Segundo as concepções da Lingüística Cognitiva sobre metáfora, o enunciado em questão só é passível de entendimento porque existe uma estrutura cognitiva de base metafórica subjacente a ele, a saber: MORTE É DESASTRE.

Essa estrutura subjacente permite a produção e entendimento de inúmeras outras expressões materialmente distintas, como por exemplo “(..) o Kennedy porque **a morte dele abalou o mundo**, ele era um presidente de extrema coragem e convicto da condição da democracia do mundo<sup>29</sup>.” Parece-

---

<sup>29</sup> Boris Casoy in: [http://www.virgula.com.br/news/index\\_frame.php?ID=28948](http://www.virgula.com.br/news/index_frame.php?ID=28948) acesso realizado em 04/08/2007 11:01

nos claro, portanto, que a existência de uma estrutura cognitiva metafórica subjacente à expressão em análise interfere de maneira decisiva na constituição das regras do bloco. É somente porque a morte é vista como desastre que a regra *não ser importante DC ser substituído* se constitui.

Os princípios que regem a produção e o entendimento da expressão *debate áspero* (Cf. seção 3.2) parece também se adequarem ao exemplo (2). A metáfora que aqui se nos apresenta leva-nos a entender as conseqüências da morte como semelhantes às conseqüências de um terremoto, ou seja, desastrosas. É sabido que a realidade material (material porque afeta fisicamente um corpo) de um terremoto provoca danos muita vez irreparáveis. Essa realidade material é fruto de nossa experiência corpórea, física. Por outro lado, os danos causados pela morte, e aqui especificamente a morte de um ser humano, também provocam danos, não somente danos materiais, físicos, mas também emocionais, subjetivos. Essa percepção dos efeitos da morte parece ser ligada à nossa experiência subjetiva; de outra maneira, não ligada diretamente, ou necessariamente, ao corpo. Assim, temos que, no exemplo (2), os valores físicos do efeito do terremoto servem como fonte de interpretação dos efeitos subjetivos da morte. Podemos então interpretar os efeitos subjetivos da morte em termos dos efeitos objetivos do terremoto.

Embora possa restar a impressão de que todos esses sentidos sejam apenas efeitos discursivos, produzidos pelos próprios enunciados, devemos notar que os mecanismos que permitem a produção e o entendimento desse tipo de enunciado estão além do discurso efetivamente produzido, existe uma estrutura subjacente, cognitiva, muitíssimo complexa que norteia a existência dos fenômenos lingüísticos concretos e que é, em grande parte, metafórica (WILSON, 2002).

Sendo assim, não poderíamos deduzir o valor argumentativo do encadeamento em (2) sem antes levar em consideração aquilo que permite a própria compreensão da expressão lingüística. Desse modo, a regra gerada pelo encadeamento em (2) (Cf. regras acima) somente faz sentido se levarmos em consideração a metáfora MORTE É DESASTRE.

Se, ao contrário, tivéssemos em nosso sistema conceitual um mapeamento diverso do que aqui se apresenta, por exemplo, MORTE É TROFÉU, notadamente a estrutura argumentativa constituída seria bastante diferente, uma vez que o encadeamento: (2a)

(2a) **A morte de Zarqawi não é um troféu.** Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído.

pressuporia a existência de um outro conjunto de regras. Isso parece apontar, como queremos crer, para o fato de que a estrutura conceitual metafórica subjacente às expressões metafóricas influencia diretamente na constituição das regras estabelecidas pelo bloco.

Vale ainda lembrar o papel da polifonia ducrotiana no valor argumentativo do encadeamento (Cf. seção 2.3). No exemplo (2), entram em debate dois enunciadores. O primeiro enunciador afirma a importância da morte de Zarqawi e o faz metaforicamente:

(2b) A morte de Zarqawi é um abalo sísmico.

O segundo enunciador apresenta um ponto de vista contrário ao apresentado pelo enunciador 1:

(2c) A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico.

Ao que parece o locutor rejeita o ponto de vista apresentado pelo enunciador 1 e aceita o ponto de vista apresentado pelo enunciador 2. Desse confronto surge o valor argumentativo do encadeamento. Vale lembrar que o enunciado (2) somente é metafórico na voz de um os enunciadores, ou pelo menos, é metafórico por conter um ponto de vista sobre a morte de Zarqawi que é apresentado sob a forma de uma expressão metafórica (2b).

Um outro ponto importante diz respeito a escalaridade do valor argumentativo. Observemos que a expressão *abalo sísmico* é muito mais intensa, ou trágica, do que a expressão *acidente de moto*. Ora, ambas as expressões podem significar tragédias, mas sua intensidade é diversa. Um abalo sísmico,

ao afetar um número maior de seres, é muito mais intenso do que um acidente de moto, que tem seus efeitos restritos a um pequeno número de pessoas. Isso de certo modo interfere na apreensão da expressão metafórica a ser usada no encadeamento argumentativo; do mesmo modo a intensidade da expressão metafórica parece influenciar no valor argumentativo do encadeamento. Acreditamos que o enunciado em questão não teria o mesmo efeito se fosse assim construído.

(2d) A morte de Zarqawi não é um acidente de moto.

Enxergamos aqui um campo de estudo profícuo: determinar os valores escalares tanto das expressões metafóricas quanto dos valores argumentativos do encadeamento e a influência de um sobre o outro.

Tomemos um outro exemplo:

(3) Então **descarregar nossos sentimentos raivosos** nos faz sentir melhor, não é? (002-SUAN-EPC-19-06-2006-P-75)

É possível argumentar que em (3) teríamos, como estrutura subjacente, a metáfora RAIVA É UMA SUBSTÂNCIA SOB PRESSÃO EM UM RECIPIENTE. Note-se que tal metáfora não constitui uma estrutura simples como o era nosso exemplo (2). Neste novo exemplo, existe a combinação de, pelo menos, duas metáforas primárias: 1 - SENTIMENTOS SÃO SUBSTÂNCIAS e 2 - PESSOAS SÃO RECIPIENTES. Com respeito à primeira, observamos expressões como *corroído pelo ódio*, *envenenado pela inveja*, dentre outras. Com respeito à segunda, temos, por exemplo, expressões como *estou cheio de você*, *estou me sentido tão vazio*, dentre muitas outras.

É possível também interpretarmos essa expressão de uma outra maneira, entendendo como subjacente à expressão *descarregar nossa raiva* a metáfora SENTIMENTOS SÃO PESOS. Tal metáfora se evidencia, por exemplo em expressões como: *não suporto essa angústia*, *não posso carregar esse amor sozinho*, etc. De um ou outro modo, o elemento cognitivo subjacente é fundamental para o entendimento da expressão. Somente se entendermos que

uma substância sob pressão em um recipiente pode causar danos físicos (pela destruição provocada pela explosão iminente) assim como uma raiva contida pode causar danos emocionais; ou que um peso pode causar incômodo quando carregado, assim como um sentimento negativo é emocionalmente danoso a quem o possui, poderemos chegar a um conjunto de regras que rejam o encadeamento argumentativo em questão. Logo teríamos as seguintes regras:

**Regra 1:** livrar-se do peso DC sentir-se melhor.

**Regra 2:** não se livrar do peso DC não se sentir melhor.

E as regras de exceção, enunciados em PT:

**Regra de exceção 1:** livrar-se do peso PT não se sentir melhor.

**Regra de exceção 2:** não se livrar do peso PT sentir-se melhor.

Ou ainda:

**Regra 1:** reduzir a pressão DC sentir-se melhor.

**Regra 2:** não reduzir a pressão DC não se sentir melhor.

E as regras de exceção, enunciados em PT:

**Regra de exceção 1:** reduzir a pressão PT não se sentir melhor.

**Regra de exceção 2:** não reduzir a pressão PT sentir-se melhor.

Mais uma vez o entendimento do valor argumentativo decorrente do encadeamento somente pode ser acessado se antes for levada em consideração a estrutura metafórica subjacente. Dizendo de outro modo, as regras do bloco são criadas com base na metáfora que subjaz às expressões metafóricas contidas no encadeamento, o sistema cognitivo determina como o sistema lingüístico constitui a argumentação.

Suponhamos novamente um mapeamento diverso para a metáfora que licencia nosso exemplo. Imaginemos que ao invés de considerarmos a me-

táfora SENTIMENTOS SÃO PESOS, tivéssemos o mapeamento SENTIMENTOS SÃO FLORESTAS os valores argumentativos do encadeamento seriam outros, toda a estrutura do encadeamento deveria ser modificada para manter o mesmo propósito argumentativo ou, quiçá, a autora recorresse a uma outra expressão metafórica.

Verifiquemos um outro exemplo, a fim de fecharmos essa discussão:

(4) Como um funcionário certa vez descreveu: "Todo dia é como ir para a batalha. Nunca sei quando vai cair **a próxima bomba**".  
(005-SUAN-EPC-05-06-2006-P-114)

Apenas para situarmos o leitor, convém esclarecer que o texto donde retiramos o exemplo (4) fala sobre as condições estressantes do ambiente de trabalho. Parece-nos que o enunciado apresentado gera as seguintes regras de encadeamento:

**Regra 1:** trabalho intimida DC ser estressante.

**Regra 2:** trabalho não intimida DC não ser estressante.

E as regras de exceção, enunciados em PT:

**Regra de exceção 1:** trabalho intimida PT não ser estressante.

**Regra de exceção 2:** trabalho não intimida PT ser estressante.

Donde decorre o valor intimidante de trabalho? Ao lançar mão da expressão "*Nunca sei quando vai cair a próxima bomba*", o falante o faz com base em uma metáfora: ARGUMENTAÇÃO É GUERRA (LAKOFF & JOHNSON, 2002), reforçada pela expressão comparativa anterior *Todo dia é como ir para a batalha*. Assim como nos outros exemplos, temos presentes nessa metáfora um elemento que decorre da experiência corpórea, a guerra produz efeitos danosos ao corpo (daí o medo que provoca, lei natural da preservação da vida); e um elemento decorrente das relações sociais que mante-



mos – a argumentação pode levar a desconforto (Cf. seção 3.2 a propósito da expressão *debate áspero*). Como nos outros exemplos, não podemos atingir as regras do encadeamento sem antes levarmos em conta a metáfora que suporta a expressão metafórica nele envolvida. Um outro mapeamento, como dissemos acima, implicaria outros valores argumentativos para o bloco.

Levando em consideração tais análises e acreditando que sejam coerentes, cremos ser possível afirmar a preponderância da metáfora sobre o valor argumentativo do encadeamento, uma vez que este decorre daquela. O caráter basilar da metáfora põe-na como sustentáculo das significações surgidas na, digamos assim, superfície do discurso. Não seria, portanto, temerário afirmar que uma teoria da argumentação na língua não pode prescindir da metáfora como elemento constitutivo. Ao afirmar que a argumentação é inerente à própria língua, que os valores argumentativos são constitutivos da Forma e não da Substância, é necessário verificar qual a relação desses valores com a metáfora, uma vez que esta determina, em grande parte, a estrutura cognitiva, e conseqüentemente lingüística do ser humano.

## CONCLUSÃO

Como vimos destacando ao longo de todo nosso trabalho, cremos ser imprescindível levar em consideração, na descrição do sistema lingüístico enquanto constitutivamente argumentativo, o papel da metáfora.

Convém lembrarmos que a argumentação aqui não é entendida como o jogo dialético apontado por Aristóteles ou mesmo seu uso “sério” (a Retórica – Cf. seção 1.1.2) também apresentado pelo estagirita. Tampouco levamos em consideração aqui a argumentação como mecanismos de conquista de adesão de um auditório a determinadas teses propostas pelo orador (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996). A argumentação aqui é vista como elemento constitutivo da própria Forma lingüística, é fator determinante da utilização da língua. Dito de outro modo, a argumentação é o Valor que determina as relações entre os elementos lingüísticos.

Sendo assim, a descrição do sistema argumentativo é a própria descrição da Língua; estabelecer os mecanismos de instauração dos valores argumentativos é descrever o próprio sistema lingüístico.

Se levarmos em consideração que a língua é um fenômeno humano e que o estabelecimento de um sistema lingüístico é decorrente de uma aptidão específica do ser humano, seremos obrigados a considerar que, por exemplo, a constituição biológica do homem determina a organização dos sistemas lingüísticos.

Tomemos a fonologia como exemplo. É fisicamente impossível para o aparelho fonador humano, em sua configuração biológica atual, produzir um fonema oclusivo que envolva a ponta da língua e a úvula. Tal impossibilidade não é teórica, é biológica. Sustentamos, portanto, que a configuração física do ser humano é fator decisivo na configuração dos sistemas lingüísticos.

O exemplo acima parece bem simplista, e de fato é. Porém, se mantermos em mente o mesmo princípio e levarmos em consideração a constitui-

ção do sistema cognitivo, perceberemos que a configuração dos sistemas lingüísticos está presa às possibilidades que o sistema cognitivo oferece, dito de outro modo, não podemos constituir sistemas lingüísticos que distoem daquilo que é possível a partir do sistema cognitivo, assim como, de maneira simplista, não podemos produzir sons que distoem das possibilidades físicas de nosso aparelho fonador.

A Ciência Cognitiva vem tentando, desde seu surgimento, desvendar os mistérios do funcionamento da mente humana. Os modelos cognitivos (simbolismo, conexionismo, atuacionismo) são tentativas de estabelecimento de modelos teóricos que sustentem uma explicação coerente para o funcionamento da mente. Obviamente não desfilaremos aqui explicações sobre esses modelos, não é de nosso interesse; além disso a bibliografia sobre o assunto já é bastante vasta. Importa-nos chamar a atenção para um aspecto do sistema cognitivo: em grande parte, ele é metafórico (LAKOFF & JOHNSON, 2002).

Entende-se metafórico aqui, não como queria a tradição retórica que via a metáfora como figura do discurso, mas sim como uma maneira particular de apreensão do mundo, de inteligência do mundo. Nossa experiência física e social no mundo permite, por caminhos ainda misteriosos, uma estruturação cognitiva singular. Isso significa dizer que nossa experiência gera domínios conceituais específicos para experiências físicas e sociais específicas.

Posto isso, é possível afirmar que, dada a constituição biológica comum da espécie existem estruturas cognitivas também comuns à espécie. Essas estruturas comuns são as mais básicas em nosso aparelho cognitivo. Por exemplo, a relação de proximidade entre mãe e filho decorrente da amamentação gera estruturas cognitivas que supomos comuns à espécie. Por outro lado, nossas experiências sociais geram outras estruturas cognitivas, que, obviamente, são culturalmente determinadas.

O fascinante desse sistema, é que estruturas cognitivas diferentes, ou domínios conceituais diferentes, podem ser mapeados, isto é, projetados uns sobre os outros de modo a criar novos caminhos de apreensão do mundo.

O mecanismo de mapeamento é descrito de diferentes maneiras, conforme os princípios adotados por cada corrente dentro da Ciência Cognitiva.

A metáfora aqui é vista como um mapeamento entre domínios diferentes, como também o são a metonímia e categorização. Chama-nos a atenção, especificamente a metáfora, porque objeto de nosso trabalho. Ao longo das páginas deste trabalho, procuramos demonstrar que a metáfora conceitual consiste no estabelecimento de relações entre domínios conceituais diferentes, especificamente de um domínio mais básico para um domínio mais abstrato, de tal modo que as relações entre os elementos constitutivos deste possam ser entendidas em termos das relações entre os elementos daquele.

O já clássico exemplo de Lakoff & Johnson (2002) da VIDA COMO VIAGEM reforça o que vimos afirmando. Com essa metáfora, compreendemos que existe um domínio conceitual de viagens que é mapeado, isto é, relacionado ao domínio de amor. Nesse mapeamento, segundo Lakoff (1993), ocorre uma transferência de muitos dos aspectos do domínio experiencial de viagens para o domínio da emoção, especificamente, para o subdomínio de amor. Assim, podemos estabelecer correspondências entre os domínios “amor” e “viagem”, tais como: (1) OS AMANTES COM VIAJANTES, (2) O RELACIONAMENTO AMOROSO COM UM VEÍCULO e (3) AS DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO COM OS IMPEDIMENTOS NA VIAGEM.

Esse mapeamento descrito licencia diversas expressões lingüísticas, ditas expressões metafóricas, como por exemplo: “ (1) *vem seguir comigo meu caminho e viver a vida só de amor*”, “ (2) *nosso amor está afundando*” ou “ (3) *nosso relacionamento chegou a uma encruzilhada*”

O comportamento lingüístico de que resultam as expressões acima é condicionado pela configuração do sistema cognitivo. Suponhamos que houvesse apenas esse mapeamento cognitivo AMOR É VIAGEM, inevitavelmente só haveria um modo de referir o amor. É evidente que a complexidade organi-

zacional do nosso sistema cognitivo é bastante ampla. De qualquer modo reite-ramos, nenhum comportamento está livre da influência do sistema cognitivo.

Tal afirmação tem uma implicação séria, os sistemas lingüísticos, como já dissemos, por serem manifestações humanas estão sujeitos à organização do sistema cognitivo humano. Logo uma tentativa de descrição desses sistemas lingüísticos falha se não levar em consideração o sistema cognitivo que os suporta.

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL), mais especificamente a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) parece desconsiderar essa afirmação. Assim, e esperamos tê-lo demonstrado, afirmamos que soa incompleta se não incluir em seus modelos de análise aquilo que aqui desenhamos. Mostramos no capítulo 4 que as regras de um bloco semântico decorrentes de um encadeamento argumentativo que envolva expressões metafóricas sofrem alterações conforme a metáfora conceitual que licencia a expressão presente no encadeamento: o sistema cognitivo influencia diretamente os sistema argumentativo.

Creemos ter deixado claro nosso questionamento acerca das questões que envolvem a argumentação na língua e a metáfora conceitual. Não era nosso propósito aqui estabelecermos um modelo de análise para encadeamentos argumentativos que contenham expressões metafóricas, deixemos isso para pesquisas futuras. Estaremos satisfeitos se tivermos deixado claro que esse viés de estudo não só é possível, como também é imprescindível para uma descrição satisfatória da realidade lingüística.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J-C, DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S. A, 1994.

ANSCOMBRE, J-C (org.), **Théorie des topoi**. Paris: Éditions Kimé, 1995.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. v. II.

BARCELONA, A. (ed.). **Metaphor and metonymy at the crossroads**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003, p. 1-28.

BLACK, M. **Models and metaphors. Studies in language and philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1981

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. São Paulo: EDUC, 1992.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentacion**. Cali: Universidad del Valle, 1988

\_\_\_\_\_. **A pragmática e o estudo semântico da língua**. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, 139, EDIPUCRS, 2005, p. 09-21.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ESPÍNDOLA, Luciene & SILVA, Joseli Maria da (orgs.) **Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: EDUC, 2002

LAKOFF, George. *The contemporary theory of metaphor*. In: ORTONY, Andrew. **Metaphor and thought**. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 p. 202-251

MARTINS, Helena. *Três caminhos na filosofia da linguagem*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C (orgs). **Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 439-473.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

RICOUER, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000

RICHARDS, I. A. **The philosophy of rhetoric**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1965.

SANTOS, Fausto dos. **Filosofia aristotélica da linguagem**. Chapecó: Argos, 2002

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1996

WALTON, Douglas N. **Lógica informal: manual de argumentação crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WILSON, Margaret. *Six views of embodied cognition*. In: **Psychonomic Bulletin & Review**, 2002 p. 625-636

**ANEXOS**

# ANEXOS



FAREED ZAKARIA



# Como aproveitar a chance

**T**ODAS AS RESSALVAS FORAM FEITAS. ESTE NÃO É UM MOMENTO decisivo. A morte de Zarqawi não é um abalo sísmico. Ele não era nem brilhante ou estratégico e será substituído. A Al Qaeda é apenas uma das muitas milícias que proliferaram no Iraque. Tudo isso é verdade. Então, a violência continua. Mas há alguns sinais políticos – nada mais que vislumbres – que fazem com que eu fique um pouco esperançoso. Em primeiro lugar, a morte de Zarqawi pode sinalizar uma mudança de atitude de alguns radicais sunitas. Zarqawi provavelmente foi traído por alguém próximo de sua organização, talvez até por alguém de dentro dela. Sua ideologia e suas ações extremistas estavam afastando os sunitas, mesmo os que haviam se aliado a ele.

A crescente brutalidade contra a população xiita – com as explosões de mesquitas – não agradava. Em uma fita recente, ele pregou o assassinato do grande aiatolá Sistani, que é respeitado (ainda que não reverenciado) por muitos sunitas. Na semana passada, em Fallujah, no coração da região radical sunita, os homens de Zarqawi tentaram destruir o túmulo de um santo sunita porque, de acordo com a interpretação purista do islã patrocinada pela Al Qaeda, esses santuários são blasfemos. No entanto, os sunitas de Fallujah, mesmo os radicais e os fundamentalistas, respeitam esses locais. O resultado foi uma batalha campal entre a Al Qaeda e outros grupos sunitas insurgentes. E a Al Qaeda foi vencida.

Há também uma mudança de atitude de alguns radicais xiitas. Mais importante que a morte de Zarqawi, na semana passada, foi o fato de que o gabinete de governo em Bagdá finalmente ficou completo, incluindo um ministro da Defesa sunita.

No início dessa mesma semana, o primeiro-ministro do Iraque, Nuri al-Maliki, anunciou a libertação de cerca de 600 prisioneiros, número que deverá chegar a 2 mil. Também foi anunciado que Maliki vai apresentar um plano de reconciliação nacional em uma conferência patrocinada pela Liga Árabe, que reúne os 22 países falantes de árabe do mundo no fim do mês. A proposta aparentemente vai contemplar uma maneira de acabar com a desbaathificação da forma como ela é hoje e incluir uma oferta para reintegrar os sunitas que abandonaram a insurreição. Uma inicia-

tiva como essa representaria uma tentativa de Maliki de atender a exigências-chave sunitas e atrair alguns elementos mais moderados dos grupos insurgentes para o processo político dominante.

Maliki também está começando a desmobilizar as milícias. Um de seus primeiros atos oficiais como primeiro-ministro foi ir até a cidade de Basra, onde proliferaram milícias xiitas, e declarar estado de emergência. Também falou sobre desmobilizar as milícias no Iraque inteiro. Suas ações provocaram reações iradas de seus rivais dentro da aliança xiita, especialmente o partido SCIRI, que tem milícias espalhadas por Basra.

O líder do SCIRI, Abdul Aziz al-Hakim, e seu filho, Mohsen al-Hakim, deram entrevistas publicadas na imprensa ocidental nos últimos dias em que criticam indiretamente as novas diretrizes de Maliki. Essa discordância interna xiita é a principal causa dos atrasos na formação do governo do Iraque e da paralisia desse mesmo governo. E pode piorar agora que as tensões estão aflorando. Maliki vai ter de enfrentar não só Abdul Aziz al-Hakim, mas também Moqtada al-Sadr. No entanto, a morte de Zarqawi deu a Maliki uma popularidade maior e conseqüentemente mais força para lidar com seus desafiantes.

Maliki acha que a tarefa mais importante que tem no governo é, aci-

ma de tudo, criar segurança, e quer fazer isso usando mais tropas. Especialmente concentrando a maior parte dessas tropas na capital, Bagdá.

É uma boa idéia, mas para que realmente haja segurança vai ser preciso muito mais que poder de fogo. Maliki precisa reconstruir a ordem política básica. Fazendo uma analogia, imagine se depois da queda do apartheid na África do Sul a maioria negra tivesse tomado o poder e decidido desfazer todo o aparelho do Estado africâner montado pelos brancos. Digamos que eles dissipassem o Exército que os havia massacrado e despedissem todos os funcionários públicos brancos. O resultado teria sido o caos, um Estado inoperante, e – muito provavelmente – uma insurreição africâner. Mas eles não fizeram nada disso. Ao contrário, o CNA foi extraordinariamente clemente, garantindo aos brancos sul-africanos que eles teriam um papel importante na nova África do Sul.

O resultado foi que a África do Sul é politicamente mais estável e economicamente mais bem-sucedida que qualquer um teria previsto em 1994, quando Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, depois de passar 27 anos na prisão.

O contraste é óbvio. Os Estados Unidos dis-

siparam o Exército iraquiano e despediram 40 mil burocratas depois de tomar o Iraque, atendendo a alguns líderes xiitas, ainda que não todos. Estamos vendo os resultados. Há dois anos se tenta reverter o curso dos acontecimentos, mas, para construir uma ordem política estável, será necessário mais que forças armadas iraquianas. Será preciso um Mandela iraquiano. ■

**A morte de Zarqawi dá ao primeiro-ministro do Iraque mais popularidade e, conseqüentemente, mais força para lidar com seus desafiantes**

FAREED ZAKARIA é colunista e editor-chefe da edição internacional da revista Newsweek

SUSAN ANDREWS



# Não descarregue sua raiva

**“Q**UANDO ESTIVER COM RAIVA, CONTE ATÉ DEZ; SE ESTIVER COM muita raiva, conte até cem.” (Thomas Jefferson)

“Quando estiver com raiva, conte até quatro; se estiver com muita raiva, pragujeje.” (Mark Twain)

Desde minha última coluna, sobre a “Personalidade Tipo A”, que é cronicamente hostil, facilmente irritável e cinco vezes mais propensa a morrer prematuramente quando comparada à do “Tipo B”, tenho recebido vários e-mails de leitores preocupados. Certamente esse papo de “pessoa Tipo A” não é uma notícia bem-vinda para todos que se irritam ao aguardar pelo elevador, pelos atendentes de loja ou caixas de banco e que se exasperam com motoristas “barbeiros”. Mesmo que não sejamos do Tipo A, existe um monte

deles a nossa volta, com os quais precisamos aprender a lidar. O célebre estadista britânico Sir Winston Churchill tinha uma colega de Parlamento que não perdia uma oportunidade de importuná-lo em público. Certa vez, durante um áspero debate, ela disse, com desprezo: “Sir Winston, se você fosse meu marido, eu colocaria arsênico em seu café!”. Churchill, com sua fleuma habitual, respondeu, solenemente: “Madame, se a senhora fosse minha mulher, eu beberia esse café”.

Mas o que fazer com a raiva que arde dentro de nós? Existe uma crença disseminada em alguns círculos de psicoterapia: uma pessoa que expressa sua ira está se libertando dela. Assim, as pessoas são encorajadas a “botar tudo para fora”, “tirar tudo do peito”, arremessando almofadas contra as paredes ou se espancando mutuamente com bastões de espuma de borracha. Como uma mulher disse, “a gente se sente bem quando desabafa. É algo que me deixa eufórica”. Então descarregar nossos sentimentos raivosos nos faz sentir melhor, não é? Afinal de contas, é para isso que servem os amigos. É para isso que existem terapeutas. Porém, não é isso que as mais recentes pesquisas demonstram.

O psicólogo Ebbe Ebbesen, num experimento com engenheiros recentemente demitidos, apurou que a expressão da raiva que sentiram não agiu como uma catarse. Ao contrário, os homens se tornaram mais hostis em relação a suas antigas empresas. Do mesmo modo, rapazes de uma faculdade que expressaram seus sentimentos de raiva por alguém que os havia irritado se tornaram ainda mais zangados com essa pes-

soa e passaram a gostar dela ainda menos. Mais e mais psicólogos estão concluindo que expressar sentimentos de raiva não necessariamente a reduz. Ao contrário, a faz aumentar. Quando desabafamos nossas mágoas, há uma reativação da estimulação emocional e biológica que nos faz sentir tanta raiva quanto no momento em que o evento enfurecedor aconteceu. Inúmeros estudos apontam o mesmo resultado: a expressão da raiva cristaliza uma atitude raivosa e estabelece um hábito hostil.

Uma das diretrizes da rede mundial de ecovilas (comunidades ecológicas), da qual o Parque Ecológico Visão Futuro faz parte, é evitar a “triangulação” – esse desabafo com uma terceira pessoa. Triangulações do tipo “mas que saco, não agüento mais este idiota!” são consideradas venenosas para a harmonia coletiva. Em vez de se queixar pelas costas da pessoa que o magoou, deve-se confrontá-la diretamente.

Os médicos já advertem que a triangulação não é somente tóxica para a paz social, é também tóxica para a própria saúde. Não é preciso nem se queixar verbalmente. O mero ato de PENSAR em uma situação que nos enfureceu reativa o excesso de secreção de cortisol, o “hormônio da hostilidade”. Como o cortisol é um supressor do sistema imune, a simples recordação daquilo que nos irritou abala as defesas de nosso corpo. Provou-se que pensar apenas cinco minutos em alguém que nos feriu reduz o nível da imunoglobulina A, an-

ticorpo de linha de frente da defesa do organismo, durante as seis horas seguintes! Podemos até sentir um alívio temporário – a tal da euforia – quando raivosamente “botamos tudo para fora”. Mas pagamos o alto preço de um fragilizado sistema imune pelo resto do dia.

Fazer o que então? Claro que não vamos querer ficar “engolindo sapos” – especialmente porque hoje os médicos já definiram um terceiro tipo de personalidade, a do “Tipo C”, que reprime os sentimentos negativos e tende a ser mais vulnerável ao câncer. Os benefícios da liberação emocional pela expressão de nossas mágoas podem ser obtidos não simplesmente vomitando nosso veneno, mas quando reinterpretemos calmamente o episódio que nos transtornou, com discernimento, dando novo significado ao evento e então deixando-o para trás.

O sábio grego Plutarco aconselhou: “Aquele que não joga combustível no incêndio acaba apagando-o. Do mesmo modo, aquele que não acalenta sua ira, e toma precauções contra ela, termina por extingui-la”. Um dos primeiros passos no gerenciamento das emoções negativas é a autopercepção – o ato de

constantemente nos monitorar com a convicção de que a raiva faz mal à saúde. Precisamos também “tomar precauções”. A agressividade pode ser diminuída pela redução da estimulação bioquímica que a acompanha. Existem várias técnicas eficazes na redução dos níveis de cortisol, e que in-

duzem a um estado expandido de consciência, tais como o relaxamento profundo, posturas de ioga, respiração diafragmática e a meditação. Essas técnicas são o melhor seguro contra os venenos internos que a raiva gera.

Gerenciar nossa raiva é bom. Preveni-la, porém, é ainda melhor. ■

**O mero ato de pensar em alguém que nos irritou reativa o hormônio da hostilidade**

SUSAN ANDREWS

é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor*, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro.

[www.visaofuturo.org.br](http://www.visaofuturo.org.br)  
[susan@edglobo.com.br](mailto:susan@edglobo.com.br)





# As novas invasões bárbaras

**E**VENTOS GLOBAIS DE NOSSA ÉPOCA ATINGEM A ECONOMIA brasileira em pelo menos três dimensões. Primeiro, a dimensão financeira: somos parte de uma rede altamente sensível aos movimentos de capitais. A recente turbulência dos mercados é mais uma manifestação de crises financeiras amplamente estudadas. Como diz Benoit Mandelbrot, em *O Mau Comportamento dos Mercados: uma Análise Fractal do Risco, da Ruína e da Recompensa* (2004), "entre todas as causas de destruição de vidas e propriedades humanas, as violentas inundações fluviais eram as mais importantes para Leonardo da Vinci: 'Os homens não têm recursos contra essas irreparáveis inundações. Uma sucessão de ondas destruindo casas, devastando campos, arrancando árvores, carregando em suas águas homens e animais,

e derrubando diques e represas'. Esse mesmo tipo de turbulência destrutiva é visível nos mercados financeiros. A mesma interrupção de períodos de estabilidade por descontinuidades abruptas, e a mesma concentração de grandes eventos em pequenos intervalos de tempo. Cascatas de vendas inundam os pregões. Os distúrbios se alastram pelo globo. Como o clima de Da Vinci, os mercados são turbulentos".

A segunda dimensão é também historicamente conhecida: as pressões do crescimento econômico global sobre os recursos naturais. David Fischer descreve, em *As Grandes Ondas de Preços e o Ritmo da História* (1996), uma onda inflacionária que rompeu o equilíbrio do feudalismo: "A economia medieval se expandia rapidamente, de um primitivo sistema de barganha para uma complexa rede de mercados. Comerciantes que vieram comprar e vender na capital da mais rica província da Europa, centro comercial e industrial de têxteis, armas e couros, encaminham-se ao mercado em torno da catedral de Chartres, em 8 de setembro de 1224. Os preços de madeira e comida subiam na porta sul. Os preços de manufaturas, como roupas, pregos, elmos e armaduras, também subiam um pouco na porta norte, mas não tanto quanto comida e combustível, ou insumos como algodão e ferro. Os salários ficavam para trás, sem acompanhar o aumento do custo de vida. Os preços elevados mais rapidamente eram os de energia, comida e insumos básicos, itens demandados mais fortemente durante o período de crescimento populacional. São também produtos com baixa elasticidade de oferta. Especialmente chocante foi a alta dos preços de energia, como madeira e carvão". Como todas as grandes ondas de preços examinadas por Fischer, a atual tem o mesmo padrão. Os preços de matérias-primas e energia estão em alta, os salários foram comprimidos pela globalização e os lucros dispararam em todo o mundo.

Os sinais da nova ordem econômica, transmitidos pelo sistema de preços internacionais, indicam oportunidade e riscos para a economia brasileira. Por um lado, a favorável explosão de preços de recursos naturais, commodities,

**produtos agrícolas e matérias-primas** dissolveu a vulnerabilidade externa, permitindo a acumulação de reservas e a redução da dívida em moeda estrangeira. Mas, por outro lado, a valorização do real, embora registre nosso enriquecimento recente, transmite-nos uma terrível ameaça: os indianos e chineses nos informam que a produção de automóveis, produtos têxteis, móveis, calçados e geladeiras poderá ser erradicada do Brasil. Como estiveram os árabes sentados em barris de petróleo em meio à ignorância de suas populações, poderemos nos sentar em toneladas de minérios e matérias-primas, com as mãos sujas de petróleo comemorando a auto-suficiência, em meio à ruína da indústria brasileira.

Finalmente, a terceira dimensão é a guerra pelos empregos na economia global. Uma versão moderna das invasões bárbaras, em que grandes des-

locamentos de massas humanas em busca de melhores condições materiais marcaram a Idade das Trevas. "No final de dezembro do ano 406, em mais um dia extremamente frio, congela-se finalmente a superfície do Rio Reno, surgindo então uma sólida ponte natural pela qual estiveram ansiosamente esperando centenas de milhares de homens famintos, suas mulheres e crianças. Nos últimos momentos de calma antes de estourar o pandemônio, nem as tribos germânicas nem os disciplinados soldados romanos do outro lado do rio percebiam seu lugar na História. Com coragem e desespero, lançando-se em ondas sucessivas, apenas os vândalos, uma das tribos, perderam 20 mil homens na tentativa de travessia", descreve Thomas Cahill, em *Como a Irlanda Salvou a Civilização* (1995).

As invasões bárbaras lembram o choque cataclísmico produzido pelo mergulho de 3 bilhões de pessoas na atual etapa eurasiana da globalização. Os bárbaros, destituídos em busca de um futuro melhor, são o Leste Europeu, a Rússia e a China, que experimentaram radicalmente o socialismo.

A ponte sólida sobre o Reno são os fluxos de comércio em que se lançam na tentativa de travessia rumo às terras ricas das províncias romanas – os prósperos mercados de massa dos Estados Unidos e da Europa.

O capitalismo nunca mais será o mesmo. Tampouco a socialdemocracia.

Sem legislação trabalhista, encargos previdenciários e custos adicionais de mão-de-obra, os trabalhadores da antiga ordem socialista se transformam em cunhas competitivas para penetração nos mercados ocidentais. O "exército industrial de reserva" da China comunista invade o mundo todo, com "salários de fome", condenando ao desemprego em massa mercados de trabalho inflexíveis. Na guerra mundial por empregos, a globalização será o algoz da socialdemocracia. ■

**Trabalhadores da Rússia e da China rumam para o Ocidente. O capitalismo nunca mais será o mesmo**



# O Iraque precisa de política

**E**STOU CONTENTE EM RAZÃO DE O PRESIDENTE BUSH FINALMENTE ter admitido alguns erros no Iraque, mas o que me preocupa é que ele parece ainda insistir num erro importante. Em entrevista recente, o único plano concreto que ele delineou no sentido de um avanço – para fora do Iraque – foi o estabelecimento de um exército e uma força policial iraquianos que funcionassem melhor. Nisso Bush não está isolado. Muitos dos que o criticam tanto na direita como na esquerda dizem que o treinamento das tropas iraquianas é muito lento, ou que são necessários mais soldados americanos, ou que seria **preciso inundar** a cidade de Bagdá com tropas. Todas essas soluções são técnicas e militares, e o problema no Iraque é fundamentalmente político.

Até que isso seja totalmente reconhecido, só reforçar o que já se está fazendo vai trazer pouco resultado. Inicialmente os sunitas acharam que poderiam usar o poderio militar – através da insurreição – para conseguir o que queriam. Agora, muitos xiitas acham que podem usar o poderio militar – através dos serviços de segurança do governo e milícias – para conseguir o que querem. Os americanos, por sua vez, apesar de negar, acreditavam que eram necessários mais soldados, soldados iraquianos. No entanto já existem 260 mil soldados e policiais iraquianos e isso não levou a uma retirada significativa dos americanos. A verdade é que só uma negociação política efetiva vai trazer a ordem. É necessário que haja um acordo que incentive fortemente as três comunidades a cooperar, em vez de tentar atrapalhar.

Embora os Estados Unidos possam fazer bastante pressão nesse sentido, a negociação depende em grande medida do novo primeiro-ministro, Nuri al-Maliki. Conheci Maliki há um ano em Bagdá. Ele estava sentado a minha frente. Na época, ele era um membro do partido Dawa, sem posto no governo. É um homem alto e grande e me deu a impressão de ser franco e seguro. Também me deu a impressão de ser um xiita linha-dura, firme em suas visões religiosas e extremamente punitivo em relação aos sunitas. Não me pareceu um homem que quisesse uma reconciliação nacional no Iraque, mas muitos iraquianos e representantes americanos que falaram com ele desde que virou primeiro-ministro acreditam que compreende seu novo papel. Se for assim, vai ter de enfrentar rapidamente os dois desafios políticos que o Iraque apresenta, enfraque-

cendo a insurreição e dissolvendo as milícias sectárias. Nenhum dos dois pode ser feito só militarmente.

Cooptar a maioria dos sunitas é a forma mais simples de Maliki debelar a insurreição. Até agora, ele disse coisas encorajadoras sobre a unidade nacional. Por outro lado, deu aos sunitas apenas 11% dos postos no gabinete, embora eles sejam 20% do país. Tariq al-Hashimi, o novo vice-presidente sunita, reclama que, quando relata a violência de esquadrões assassinos, os líderes do Iraque continuam sendo muito pouco receptivos. “Mesmo que você tenha evidências concretas, eles não são abertos”, diz.

Maliki vai precisar delinear claramente posições nacionais sobre as emendas constitucionais propostas, a divisão da receita do petróleo e outras coisas do gênero. Mas antes terá de dedicar-se ao cerne das exigências sunitas – o fim do processo de desbaathificação, que tirou o emprego de dezenas de milhares de sunitas e os impede de conseguir empregos novos. O vice-primeiro-ministro do Iraque, Barham Saleh, um curdo, disse-me que “chegou a hora de sermos suficientemente corajosos para admitir que cometemos erros enormes na desbaathificação”.

O embaixador americano no Iraque, Zalmay Khalizad, deu um argumento semelhante, dizendo que “a desbaathificação, isto é, o afastamento do serviço público de todos os que foram membros do partido Baath, de Saddam Hussein, precisa evoluir para uma reconciliação”. Khalizad acrescentou que o primeiro-

ministro Maliki apóia a idéia de que a desbaathificação “precisa estar dirigida aos indivíduos que são acusados de crimes específicos, e não a categorias inteiras”. Se for assim, isso vai marcar uma mudança importante e positiva na política.

O segundo desafio de Maliki é com os seus. As milícias xiitas multiplicam-se pela parte não-curda do Iraque. Khalizad acredita que elas deverão ser em grande parte dissolvidas – “talvez 5% delas possam ser integradas ao Exército nacional e serviços de segurança, mas a maioria deve ter empregos civis”. Aqui, o maior desafio é o Exército Mahdi, de Moqtada al-Sadr, que cresce cada vez mais. Esse clérigo renegado está organizando um desafio frontal aos EUA e à autoridade do novo governo iraquiano (embora ele até controle alguns de seus ministros). Ele é popular entre os xiitas, suas gangues movimentam-se livremente pelo país e dominam grandes trechos de Bagdá. Ele recebe dinheiro e apoio do Irã, que reconhece que Sadr apóia sua agenda: causar problemas para os americanos.

Maliki terá de lidar com Sadr política e militarmente, recrutando a ajuda do aiatolá Sistani. Se Maliki não conseguir lidar com ele, Moqtada al-Sadr se tornará o homem mais poderoso do Iraque e Nuri al-Maliki não será o primeiro primeiro-ministro eleito de um novo Iraque, mas

sim o último primeiro-ministro de um experimento que falhou. O Iraque vai continuar sua descida em direção a violência, limpeza étnica e balcanização. Em lugares como Bagdá, com populações mistas, isso vai fazer com que a cidade seja repartida em vizinhanças em guerra, com gangues fornecendo um sistema de lei e ordem no estilo da Máfia e ataques constantes de guerrilhas. Será o Líbano dos anos 1980, mas desta vez 130 mil soldados americanos estarão no meio disso tudo. ■

FAREED ZAKARIA é colunista e editor-chefe da edição internacional da revista Newsweek

**Ações militares não bastarão para debelar a insurreição e desarmar as milícias**





# A raiva que mata

**H**Á MUTTA DISCUSSÃO NESTES DIAS SOBRE A VIOLÊNCIA NAS RUAS. Porém o que dizer da igualmente preocupante violência que acontece dentro das nossas casas, dentro dos nossos escritórios, dentro dos nossos corações? Essa "violência emocional" também mata.

Alguns anos atrás, um piloto americano chamado Melburn McBroom se preparava para aterrissar na cidade de Portland. Ele era um sujeito prepotente e conhecido por ter uma raiva terrível, sempre tiranizando seus subordinados. Quando o avião, cheio de passageiros, se aproximou da pista de pouso, surgiu um problema no trem de aterrissagem, e então os pilotos voaram em círculos enquanto tentavam reparar o defeito. O painel de controle mostrava que o combustível estava acabando, mas os co-pilotos tinham

tanto medo da ira do comandante McBroom que não disseram nada. O avião caiu e dez pessoas morreram. Esse incidente é freqüentemente citado nos treinamentos de pilotos nos Estados Unidos, porque 80% das quedas de aviões resultam de erros que poderiam ter sido evitados caso a tripulação tivesse trabalhado mais harmoniosamente. Raiva mata.

A psicanalista francesa Marie-Françoise Hirigoyen observou que muitos dos seus pacientes que se queixavam de enxaqueca, insônia, dores, gastrite e depressão estavam na realidade somatizando as frustrações geradas pela "guerra no escritório". De lá para cá, ela se engajou numa campanha contra a insidiosa, porém perigosa e perversa, forma de violência que assola muitos lares e escritórios – aquilo que ela chamou de "morte virtual da alma". Milhões de homens e mulheres de todas as idades, raças e etnias odeiam ir trabalhar, gradualmente se desesperam e ficam gravemente doentes. Como um funcionário certa vez descreveu: "Todo dia é como ir para a batalha. Nunca sei quando vai cair a próxima bomba".

Mas como isso realmente afeta nossa saúde? Nos anos 70, os cardiologistas Rosenman e Friedman desenvolveram o conceito da Personalidade Tipo A, pessoas mais propensas a sofrer de problemas cardíacos. O tipo A, segundo eles, está sempre apressado, é facilmente irritável e altamente competitivo. Décadas depois, essa análise foi revisada por um cardiologista da Universidade Duke, Redford Williams. Ele provou

que nem a pressa nem a competitividade são necessariamente prejudiciais à saúde. Segundo Williams, o fator psicológico crítico que leva à doença e à morte é a hostilidade – como ele descreve no best-seller *Anger Kills* (Raiva Mata). A recorrente experiência de sentimentos raivosos e sua manifestação em comportamento agressivo predizem altos índices de mortalidade.

## VOCÊ É UMA PERSONALIDADE TIPO A?

1. Já agredi ou empurrei alguém quando fiquei muito zangado.
2. Fico logo chateado quando estou num engarrafamento.
3. Buzino com irritação quando outro motorista me "fecha".
4. Quando alguém me trata mal, fico remoendo isso por horas.
5. Numa lenta fila de supermercado ou banco, eu me irrita com as pessoas a minha frente.
6. Quando uma pessoa me critica ou não concorda comigo, sinto-me incomodado e discuto com ela.
7. Se o elevador estiver demorando, começo a me sentir irritado.
8. Quando uma pessoa esbarra em mim, irrita-me com sua falta de jeito.
9. Em algumas ocasiões, quando fiquei realmente zangado, arremessei algo ou bati a porta violentamente.

Se você teve três ou mais respostas "sim", uma mudança se faz necessária!

Mas por quê? Porque um alto nível de hostilidade está diretamente ligado à excessiva secreção do hormônio do estresse, o cortisol, também chamado "hormônio da agressividade". Pessoas do tipo A reagem a situações estressantes com níveis de cortisol bem mais elevados quando comparadas às pessoas do tipo B, que não esquentam tanto a cabeça. Em estado colérico, as glândulas supra-renais das pessoas do tipo A secretam até 40 vezes o nível normal de cortisol. Isso reprime a ação natural do sistema imune e intoxica o organismo. Muitos problemas físicos – como câncer, Aids, doenças infecciosas, ataque cardíaco, derrame, diabetes e Alzheimer – estão ligados a altos níveis crônicos de cortisol. Por isso, as personalidades do tipo A hostis têm uma probabilidade cinco vezes maior de morrer antes dos 50 anos. Logo, não é simplesmente o furacão acelerado e competitivo das nossas vidas estressantes que nos adoecem e mata. É nossa resposta zangada a essa situação: "Ai, que saco! Não agüento mais isso!". Com cada eclosão interna de negatividade, é como se estivéssemos bebendo pequenas doses de arsênico, pelo dia todo.

Um dos meios mais eficazes de reduzir a hostilidade é baixar os níveis de cortisol (tema que discutiremos na próxima coluna). Mas controlar nossa ira não significa ser sempre "bonzinho" e complacente. Algumas vezes a raiva justa é necessária. Como disse Aristóteles: "Ficar com raiva é fácil. Mas ficar com raiva com a pessoa certa, no momento certo, pela razão certa, do jeito certo – isso não é fácil".

Pode não ser fácil. Mas, com toda a violência a nossa volta, interna e externa, certamente é um dos maiores desafios do nosso tempo. ■

SUSAN ANDREWS

é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro.*

[www.visaofuturo.org.br](http://www.visaofuturo.org.br)  
[susan@edglobo.com.br](mailto:susan@edglobo.com.br)



# Estou sem candidato

**E**STÃO OFICIALMENTE LANÇADOS OS PRINCIPAIS CANDIDATOS à Presidência. Mais uma vez, enfrento o problema da ausência de uma opção que corresponda as minhas expectativas como liberaldemocrata. O país só tem conservadores e esquerdistas. A hegemonia política exercida por variantes da socialdemocracia tem me condenado sempre a escolher, por exclusão, o nome menos nocivo à construção da grande sociedade aberta. E ainda tenho de ouvir que os males causados por socialistas com cartão de crédito resultam de práticas neoliberais. Falta uma candidatura representativa das modernas democracias liberais do Ocidente, movidas por economia de mercado e ação social descentralizada do Estado.

O brasileiríssimo Lula descobriu a fórmula mágica para exercer a Presidência, como afirmou nesta semana: "É fácil governar para os pobres". Ele tem sua parcela de razão. Os programas de transferência de renda para os desfavorecidos são relativamente baratos se comparados com a gastança de recursos públicos promovida há mais de 40 anos, desde o regime militar.

O raciocínio do presidente encontra apoio também no fato de o Bolsa-Família custar bem menos que o permanente desajuste nas doses de política monetária e fiscal, resultante da incapacidade de implementar as reformas fiscal, tributária e previdenciária. Os sucessivos governos vêm tendo de recorrer a juros extraordinariamente elevados para controlar a inflação, pois gastam além da conta. Mas essa favorável dimensão popular dos gastos públicos descoberta por Lula é inteiramente diferente de medidas populistas e eleitoreiras, como os aumentos generalizados de aposentadorias e salários do funcionalismo em ano eleitoral.

A persistência no combate à inflação sem as reformas necessárias à melhor qualidade dos gastos públicos resultou na expansão descontrolada das despesas dos governos socialdemocratas que se revezaram após a redemocratização do país, produzindo modalidade cara de transferência de renda perversa. Hoje se pagam R\$ 150 bilhões de juros da dívida interna a rentistas, enquanto se destinam R\$ 12 bilhões para programas como o Bolsa-Família. Pela incapacidade de fazer as reformas, em razão de suas limitações cognitivas, a socialdemocracia aprendeu economia por tentativa e erro, mas a conta tem sido cara (o custo dos juros da dívida).

O aprendizado econômico do PT foi até rápido, pois os desacertos já haviam atingido o PMDB no governo Sarney e o PSDB nos dez anos de FHC (oito de Presidência e dois de Ministério da Fazenda). Todos os governos das vertentes socialdemocratas cometeram o mesmo pecado original: a tentativa de atacar a inflação, absolutamente compreensível por ser o mais perverso dos impostos, que recai com brutalidade sobre os mais pobres. Mas sem a coragem de desmontar a máquina dirigista de gastos públicos excessivos, que produzia simultaneamente corrupção e baixo crescimento.

Em economia, a ordem dos fatores altera o produto. Se os governos tivessem feito primeiro as reformas, trabalhando com maior dosagem fiscal (menos gastos), teria sido possível diminuir a dosagem monetária (menos juros). Em vez de aumentar explosivamente os gastos públicos, teria sido possível melhorar sua qualidade, de modo a redirecioná-los para os mais pobres, pela reforma do Estado. O resultado seriam juros mais baixos e câmbio mais alto que os experimentados por todo esse tempo, com mais crescimento e geração de empregos.

De início, o candidato Geraldo Alckmin parece ter aprendido esse mecanismo. Em suas primeiras manifestações, indicou um roteiro adequado ao próximo mandato presidencial. Seu primeiro ato seria uma proposta de reforma política que transformasse o Congresso, de um balcão de negócios com mais de 500 representantes, num mecanismo funcional de representação política, com não mais que meia dúzia de in-

terlocutores: os partidos políticos, cimentados pela fidelidade partidária.

O segundo ato, de acordo com Alckmin, seria a reforma fiscal. Teria como meta descentralizar a ação social do Estado, para aumentar sua potência e eficácia. Dela faria parte a reforma tributária, redirecionando o fluxo de recursos da esfera federal para Estados e municípios. Como diria a velha canção de Milton Nascimento, o dinheiro precisa ir aonde o povo está. Por sua vez, o redesenho do pacto federativo, com mais recursos para Estados e municípios, exige um choque de gestão na máquina federal. Consistiria no desmonte da máquina de corrupção e de compra de apoio político, que tisona a imagem do Congresso. Os superministérios seriam transformados em agências de coordenação de programas aplicados por meio de secretarias estaduais e municipais. As prioridades obedeceriam ao Orçamento federal, em cuja elaboração se dariam os embates partidários.

Naturalmente, como um socialdemocrata, Alckmin teria dificuldade em enunciar as reformas faltantes, mas não teria como escapar da previdenciária e da trabalhista. Tanto pela necessidade de melhorar as finanças internas quanto pela ameaça externa na guerra mundial por empregos, já deflagrada. Não podemos nos esquecer de que a mais virulenta espécie de capitalismo, a eurásiana, vem aí. Os trabalhadores da Rússia, da China e da Índia tornam absurdos nossos encargos sociais e trabalhistas.

E tornarão em breve impossíveis nossos empregos.

A estratégia de Lula consiste em comparar suas realizações sociais com as do governo de FHC. Já FHC bate na questão da ética, acusando até mesmo o cacarejo sobre ovos roubados. Até agora Lula foi bem-sucedido, mas há chances de Alckmin surpreender e encantar o eleitor. Mas, para realizar tal façanha, terá de assumir compromisso inovador com as reformas, tornando os mandatos de Lula e FHC iguais, um passado distante e medíocre do qual escapamos para um futuro melhor. ■

## Falta uma candidatura representativa das modernas democracias liberais

pguedes@edglobo.com.br



FAREED ZAKARIA



# Por que Bush não convence

O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS, GEORGE W. BUSH, DEVE estar se perguntando se não está sofrendo de uma síndrome de Rodney Dangerfield, o comediante que pontuava todas as suas apresentações com o bordão: "Ninguém me respeita". O que quer que faça, parece que não consegue atrair nenhum respeito. A secretaria de Estado, Condoleezza Rice, arquitetou uma ampla mudança na diplomacia americana ao longo do ano passado, levando a política em direção a um multilateralismo, a uma cooperação e a um bom senso maiores em relação ao Irã, a Coreia do Norte, ao Iraque e a alguns outros assuntos. Mesmo assim, isso não produziu uma mudança de atitude em relação aos EUA.

Um recente levantamento mundial do instituto de pesquisa Pew mostra uma queda ainda maior da imagem americana no exterior. O presidente Bush tentou ser conciliador durante a visita a Europa na última semana, mas enfrentou um público irritado. Uma pesquisa publicada pelo jornal britânico *Financial Times* as vésperas da visita mostrou que, por todo o continente, os EUA eram considerados uma ameaça maior à paz mundial que Iraque e Coreia do Norte.

Por que as pessoas não prestam atenção a nova e melhorada política externa de Bush? Primeiramente, as mudanças saídas de Washington são muito recentes e, talvez mais importante, ainda estão em desenvolvimento e incompletas. Isso provavelmente ocorre porque continuam contestadas dentro do governo. Quase todos os funcionários que encamaram as políticas grosseiras e desajeitadas do primeiro mandato, conduzidas por Donald Rumsfeld e Dick Cheney, permanecem no governo. Eles apenas parecem estar em baixa, por enquanto. Parece haver um limite para quanto as coisas podem mudar. O que se mostra como revolução na política Bush – o governo finalmente começa a achar que talvez Guantánamo deva ser fechada – frequentemente é só bom senso Lardio.

Condoleezza e sua equipe estão nitidamente no comando. São muito capazes, mas operam dentro de restrições bem rigorosas. O resultado é que a nova abordagem mantém muitos elementos da velha: retórica intimidadora, condições constantes e exigências rígidas. Os negociadores americanos podem conversar com a Coreia do Norte, mas apenas sobre alguns assuntos e de forma limitada. Por exemplo, as negocia-

ções com a Coreia do Norte não saem do lugar há alguns meses porque de repente os EUA resolveram achar que a descoberta de dólares falsos em Pyongyang é uma quebra do acordo que deve parar antes que qualquer avanço seja feito. Recado para Washington: "Enxergue direito suas prioridades". O problema agora não é que a Coreia do Norte pode produzir dólares de mentira, mas sim armas nucleares de verdade.

Com relação ao Irã, Condoleezza conseguiu uma mudança mais ampla argumentando pessoalmente com o presidente. Mas, mesmo assim, a oferta de negociações ainda é rigorosamente condicional. Ela não aparenta ter a flexibilidade e o alcance para realmente explorar a opção diplomática. Ninguém no governo parece poder de fato lançar um oiharrenovado. A atitude de isolar-se e impor sanções aos regimes como forma de mudá-los ou de fazê-los mudar de comportamento falhou completamente de Cuba (boicotada desde 1960) ao Irã (desde 1979). Enquanto isso, os regimes com os quais houve diálogo – China, Vietnã, Líbia – estão evoluindo. Em Washington ainda importa mais parecer durão que ser eficaz.

O principal motivo pelo qual as propostas do governo Bush não têm o efeito que se poderia esperar é que elas ocorreram sob coação. "Eles estão encrocados no Iraque, por isso precisam de nossa ajuda", disse um político europeu que não quis seu nome citado para não aumentar ainda mais as tensões transatlânticas. "Não é uma conversação verdadeira. É o resultado de um fracasso.

O governo tentou ser unilateral e, quando deu errado, voltou-se para a abordagem multilateral."

Um diplomata internacional, revelando uma conversa particular, foi mais longe. Disse que os iranianos continuam desconfiados porque estão cautelosos quanto a um compromisso maior com o Ocidente, mas também porque duvidam dos motivos de Washington. "Um diplomata iraniano me disse que Teerã acredita que a mudança de atitude de Washington se deve apenas ao problema no Iraque", afirmou. "Se a situação no Iraque se estabilizar, a atitude deles vai imediatamente endurecer." Sabe de uma coisa? Os iranianos podem estar certos. O governo Bush teve uma tendência a ser mais conciliador, mais multilateral e mais sensato. Mas isso ocorreu porque a abordagem preferencial falhou, espetacularmente, no Iraque.

Como para nos lembrar dessa opção preferencial, John Bolton continua na ONU. Ao assumir a tarefa de criticar a ONU, seu estilo afastou quase todos os outros países e resultou no colapso de um programa de reformas que atendia às demandas dos EUA. Seu último dis-

parado foi um recado grosseiro e ameaçador ao secretário-geral, Kofi Annan. Bolton disse esperar que os funcionários da ONU falassem dos EUA apenas elogiosamente, apesar de constantemente atacar a ONU. Em apenas cinco minutos ao microfone, Bolton destruiu cinco meses de trabalho cuidadoso de

sua chefe, Condoleezza.

Se o governo Bush quer colher os benefícios de uma política externa nova e diferente, precisa ter uma política externa realmente nova e diferente, sem funcionários daninhos que constantemente minem esses esforços. E precisa convencer o mundo de que a nova política é uma mudança de atitude verdadeira, e não uma mudança circunstancial. ■

FAREED ZAKARIA é colunista e editor-chefe da edição internacional da revista *Newsweek*

**A nova  
tendência mais  
multilateral só  
ocorreu porque  
a abordagem  
no Iraque  
fracassou**

SUSAN ANDREWS



# Como conviver com pessoas difíceis

**T**ODOS NÓS, MAIS DIA, MENOS DIA, ESBARRAMOS EM ALGUÉM QUE nos tira do sério. Uma pessoa realmente difícil. Não falo dos carrancudos usuais que cruzam nossos caminhos e depois desaparecem, como motoristas mal-humorados, vendedores cricris ou entregadores grosseiros. Refiro-me aos que nos enlouquecem, pisam em nosso calo, mas que não podemos ignorar, tampouco evitar, como colegas de trabalho, vizinhos ou parentes. Pode até ser que sejam personalidades do "Tipo A", que explodem sua raiva em nós. O psicanalista Eric Berne se refere ao jogo psicológico que ocorre com essas pessoas como "gritaria". Quando o discurso racional fracassa – o que geralmente acontece, pois afinal essa é uma pessoa difícil –, as vozes se elevam e o conflito se intensifica. Segundo Berne, há três possíveis desfechos para o jogo:

a) você sai do recinto e bate a porta; b) a pessoa difícil sai e bate a porta; c) ambas saem e batem a porta. De qualquer modo, o jogo da "gritaria" sempre culmina com uma porta batendo.

Em vez de tentar mudar a outra pessoa, deveríamos ter cuidado para não entrar no jogo dela. Não interpretar a beligerância como um ataque pessoal e não entrar na reação de "lutar-ou-fugir" que herdamos da vida animal. Ao praticar diariamente técnicas de autotransformação, podemos manter o equilíbrio mental até mesmo nas situações mais conflitantes, sem responder reativamente a rompantes e chantagens emocionais. Poderemos ouvir calma e atentamente, sem entrar no ringue para nos defender. Uma história do folclore coreano ilustra bem isso.

Uma jovem mulher, Yun Ok, foi até o célebre monge da montanha.

– Ó respeitável sábio – disse ela. – Estou em dificuldades! Faça-me uma poção.

– Tudo bem – disse o sábio. – Qual é sua história?

– É meu marido. Nos últimos anos, ele esteve ausente, lutando numa guerra. Agora que voltou, quase não fala comigo. Se falo, ele parece não ouvir. Quando abre a boca para falar, é rude e zangado. Se lhe sirvo comida, ele não gosta; empurra o prato para o lado e sai da mesa raivoso. Preciso de uma poção para que ele volte a ser amoroso e carinhoso!

O sábio respondeu:

– Tenho a receita. Mas o ingrediente essencial é o bigode de um tigre vivo.

– O bigode de um tigre vivo! – disse a moça. – Como vou conseguir isso?

– Se a poção for realmente importante

para você, então você terá êxito – respondeu o monge.

A moça foi para casa. Naquela noite, enquanto o marido dormia, saiu furtivamente com uma tigela de arroz e um pedaço de carne. Chegou a uma prudente distância da caverna de um tigre, estendeu a comida e o chamou para comer. O tigre não veio. Na noite seguinte, fez a mesma coisa, desta vez mais perto da caverna. De novo, nada aconteceu. Todas as noites ela ia à caverna, cada vez se aproxima-

mando mais. Pouco a pouco o tigre acostumou-se com ela. Certa noite, chegou a uma distância da qual se poderia atirar uma pedra na caverna e parou. A moça e o tigre fitaram-se sob a luz da lua. Na noite seguinte, ela se aproximou ainda mais, a ponto de estar tão próxima que poderia falar com o tigre com uma voz muito suave. Pouco depois, o tigre comeu a comida oferecida.

Na outra noite, o tigre a esperava. Depois que ele comeu, ela passou a mão sobre sua cabeça, e ele começou a ronronar. Seis meses haviam se passado desde a noite da primeira visita. Finalmente, depois de tê-lo acariciado na cabeça, ela disse: "Ó generoso Tigre, preciso de um de seus bigodes. Por favor, não se zangue comigo!". E ela cortou um dos bigodes. O tigre não se zangou, e a lambeu. Ela correu em disparada pela trilha, com o bigode nas mãos. Exultante, chegou à caverna do eremita: "Ó grande sábio, consegui o bigode do tigre! Agora você pode fazer a poção mágica!". O sábio examinou o bigode

cuidadosamente, satisfeito porque era mesmo de tigre, e jogou-o na fogueira.

– O que você fez? – gritou a moça. – Depois de todo o esforço que eu fiz para pegar o bigode!

– Conte-me como você o conseguiu – disse o sábio.

– Todas as noites, eu ia à caverna do tigre com uma tigela de comida, para ganhar sua confiança. Falava docemente com ele, para fazê-lo compreender que só queria seu bem. Fui paciente. Cada noite, levava comida sabendo que ele não a comeria. Mas não desisti. Nunca falei asperamente, nem o censurei. Finalmente, numa noite, ele andou alguns passos em minha direção. Nas noites seguintes, ele já estava me esperando na trilha e comia da tigela. Passei a mão em sua cabeça e ele começou a ronronar. Foi aí que consegui cortar o bigode dele.

– Você domesticou o tigre com sua persistência e seu amor – disse o sábio.

– Mas você jogou o bigode do tigre no fogo! Foi tudo a troco de nada! – lamentou-se ela.

– Não, não foi tudo a troco de nada. Você não precisa mais do bigode. Será que seu marido é mais feroz que um tigre? Será que ele é menos sensível ao carinho e à compreensão? Se você é capaz de ganhar a confiança de um animal selvagem e sedento de sangue com suavidade e paciência, certamente poderá fazer o mesmo com seu marido!

Yun Ok permaneceu emudecida por alguns momentos. Então voltou pela trilha, refletindo sobre a grande verdade que havia aprendido do sábio da montanha. O segredo para lidar com pessoas difíceis é não morder a isca da negatividade delas e deixar que elas mordam sua isca de um coração empático e cheio de amor. ■

Yun Ok permaneceu emudecida por alguns momentos. Então voltou pela trilha, refletindo sobre a grande verdade que havia aprendido do sábio da montanha. O segredo para lidar com pessoas difíceis é não morder a isca da negatividade delas e deixar que elas mordam sua isca de um coração empático e cheio de amor. ■

SUSAN ANDREWS

é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor*, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro.

www.visaofuturo.org.br  
susan@edglobo.com.br

**Não devemos tentar mudar a outra pessoa. Nem morder a isca e entrar no jogo da gritaria**



# O vacilo de FHC



PAULO GUEDES  
pguedes@edglobo.  
com.br

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez interessantes observações na edição passada desta revista (429). "A crise no Congresso criou condições para fazermos a reforma política", afirmou oportunamente. Indo além da fidelidade partidária, o ex-presidente propôs também o voto distrital para melhorar o processo representativo: "É preciso buscar uma forma de identificação, um laço entre quem vota e o candidato eleito". Mas derrapou de cabíveis reflexões para uma inconcebível advertência: "Se o Geraldo ganhar, não sei o que vai acontecer. Tomara que o desfecho seja democrático. Não tenho nenhuma desconfiança em relação ao Lula, mas temo pelas forças em volta do PT".

"Tomara que o desfecho seja democrático"? Não faz sentido insinuar que teme um golpe de Estado duas décadas após a redemocratização do país. A fala de FHC é um voto antecipado de desconfiança, não apenas sobre a possibilidade de vitória de seu candidato, mas também sobre sua capacidade de presidir o país, controlando eventuais desordens antidemocráticas. Demonstra igualmente falta de confiança no comportamento eventual de um Lula derrotado nas urnas, sem o menor fundamento. Afinal, antes de chegar à Presidência da República, Lula perdeu exemplarmente três eleições sem estimular nenhuma perturbação da ordem pública. E quanto às forças anti-sociais e antidemocráticas em volta do PT? Apliquem-se a lei e a justiça. Ou deseje FHC que seu candidato perca para que a ordem seja mantida?

Esforzando-nos para compreender os receios do ex-presidente, reconstruiremos os descaminhos provocados pela hegemonia socialdemocrata. A tragédia começa com um regime sob o comando dos militares: "Havia dois projetos políticos em disputa, um democrático, outro militarista e reacionário. As elites conservadoras conseguiram impor à sociedade seu modelo político-institucional militar e autoritário. As classes dirigentes queriam apenas a industrialização, mantendo a velha casca política autoritária".

Veio em seguida uma nova República Federativa sob a hegemonia socialdemocrata. "O

programa socialdemocrata reconciliava revolucionários e reformistas. Com todo o sucesso eleitoral, a socialdemocracia acaba tornando-se uma agremiação puramente eleitoreira, tomada por espírito burocrático, dominada por uma maioria de moderados e sindicalistas, administradora do governo de coalizão."

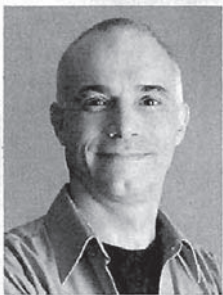
"Os partidos políticos controlavam várias organizações sindicais corporativistas e associações que gravitavam em torno deles – de médicos, de juristas, de professores, de estudantes, de mulheres – na tentativa de atrair votos." A sociedade dividia-se em grupos que defendiam interesses específicos. Partidos e sindicatos adaptaram-se às estruturas do antigo regime, em vez de tentar mudá-las. "Há um fundo de desordem moral. Durante a hiperinflação, milhares de cidadãos foram reduzidos a expedientes para sobreviver. Essa crise não se abateu subitamente sobre o país. Resultou de uma situação financeira que se degradou quando o Estado foi obrigado a endividar-se. Enorme quantidade de títulos do Tesouro foi emitida. E as promessas de uma vida melhor apresentadas pelo partido socialdemocrata haviam desaparecido como bolhas de sabão."

Embora evoquem claramente o regime militar de 1964 e as duas décadas de redemocratização conduzidas pela socialdemocracia brasileira a partir de 1985, os textos referem-se, na verdade, à traumática transição da Alemanha imperial (1871-1918) para a República de Weimar (1919-1933). Foram retirados das obras *A Revolução Alemã – 1918-1923*, de I. Loureiro (2005), e *A República de Weimar – 1919-1933*, de L. Richard (1988).

O regime imperial alemão, como nosso regime militar, aguçara as contradições sociais. A República de Weimar, como nossa Nova República, recebeu e amplificou o caos financeiro. O Tratado de Versalhes foi a herança maldita recebida pela República de Weimar. O combate à inflação com a ampliação de gastos públicos criou nossa herança maldita: endividamento em bola-de-neve. Só posso atribuir às tristes memórias de Weimar, historicamente marcada por ferozes disputas entre socialistas moderados e radicais, os infelizes augúrios do ex-presidente. ■

A fala de FHC  
é um voto de  
desconfiança sobre a  
vitória de seu candidato  
e a capacidade de ele  
presidir o país

# Sete dicas para o eleitor digital



RICARDO NEVES é consultor de empresas e autor de Pegando no Tranco – O Brasil do Jeito Que Você nunca Pensou. [www.ricardoneves.com.br](http://www.ricardoneves.com.br) [rneves@edglobo.com.br](mailto:rneves@edglobo.com.br)

**A**s eleições vêm aí. Dá para escolher representantes mais confiáveis, utilizando novas ferramentas digitais. É possível fazer isso com prazer e divertimento. Como se fosse uma gincana. Quer ver? Preparei um roteiro de sete pontos.

**1** Em primeiro lugar, seja realista. Não estamos procurando salvador da pátria, nem profetas, mas representantes para tratar de questões que serão atacadas no âmbito estadual. Essa é a razão da escolha para governadores, senadores e deputados estaduais e federais. (Falaremos da escolha de presidente mais à frente.)

**2** Reeleger um candidato é uma escolha mais eficiente. Políticos experientes, honestos e com capacidade de realização são um bem público que não devemos desperdiçar. No Portal da Câmara, você pode encontrar um retrato dos representantes de seu Estado. No meu blog, você encontra um pequeno cardápio introdutório de navegação desse portal. Experimente também o Portal do Senado. Veja também a seção Radiografia do Voto na série ÉPOCA Transparência, no site de ÉPOCA. Para deputados estaduais, verifique como está o portal da Assembléia de seu Estado. É ruim? Mande um e-mail para a editoria de política ou seção Cartas do principal jornal de seu Estado reclamando. Encontrou alguém interessante? Não? Então, parta para considerar um nome novo.

**3** É hora de fazer uma parada no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Lá estão todos eles e elas. Tem gente de bem, picaretas, oportunistas, bem-intencionados, inexperientes, bandidos, idealistas e velhas raposas. Vá para a seção Divulgação de Candidaturas. Ali, por ora, o mais importante é achar o minicurrículo e a declaração de bens dos candidatos que você estiver investigando. Esse portal tem uma navegação pouco amigável e flexível. O pessoal do TSE precisa aprimorá-lo. É ruim, por exemplo, para localizar o candidato só digitando nome ou número. Minere sua seleção de candidatos – novos ou à reeleição – e prepare cópia impressa do minicurrículo e da declaração de renda e de bens de cada um.

**4** Faça agora um pequeno exercício de inteligência investigativa em cima dos nomes selecionados. Lembre que foi com base na investigação feita pelo Imposto de Renda que Al Capone, chefe da máfia americana, foi engaiolado. Tem muito candidato ali cujas contas claramente não fecham. Exemplo: servidor público, sem curso superior, com carro importado, mas que apresenta patrimônio milionário. Pode? Será que é herança? Envie um e-mail ao candidato perguntando como ele conseguiu o patrimônio. Se não tiver site de campanha, elimine-o sumariamente.

**5** As possíveis pepitas que você selecionou até esse ponto justificam agora uma vasculhada no site da campanha de cada candidato. Apesar de ser um site de propaganda, dá para verificar se o tipo procura fazer as coisas com transparência. Veja se ele apresenta orçamento de campanha. Se omite ou assume o partido. Candidatos que omitem o partido na propaganda não são confiáveis. Procure ver por quantos partidos ele andou. Esse é um bom critério para pegar oportunistas.

**6** Agora é hora de ampliar a tela do radar. Vamos fazer uma procura no Google, no Yahoo e em outros sites de busca. Vamos enriquecer a biografia dos nossos investigados. Faça uma varredura e veja onde esse cara andou. O ditado forense diz *in dubio pro reo*, no caso de dúvida, o réu deve ser favorecido. Em eleição, é o contrário. Se você tiver alguma sombra de dúvida, elimine-o de sua lista. Com uma oferta tão grande de candidatos, para que correr riscos desnecessários?

**7** Hora de peneirar. Faça um refinamento da lista e fique com dois ou três candidatos para cada cargo. Que tal fazer uma pastinha impressa e também uma versão em arquivo digital? Aguarde as próximas semanas que esses candidatos deverão dar as caras na imprensa, nos debates etc. Vá decantando as suas reflexões. Nas próximas semanas, você vai ter oportunidade de conhecê-los melhor na propaganda eleitoral na TV e de tomar sua decisão. E já terá filtrado vários candidatos a picareta. ■

Dá para escolher representantes mais confiáveis usando novas ferramentas digitais



# Vamos ficar em casa



DOMENICO DE MASI é sociólogo da Universidade La Sapienza, em Roma

**E**nnio Flaiano, um escritor italiano de percepção aguda, dizia que “nos horários de pico no trânsito, até o adultério fica difícil”. De fato, as cidades, que foram criadas para facilitar a vida dos cidadãos e para economizar tempo, tornaram-se caóticas e dispersivas, quando não francamente violentas. Megalópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Nova York ou Tóquio se parecem com imensos manicômios em que as pessoas sempre estão estressadas e nervosas.

Em São Paulo, todos os dias pelo menos 10 milhões de pessoas ficam presas por duas horas no tráfego. Trata-se de 20 milhões de horas perdidas. Dá uma perda de US\$ 200 milhões por dia, ou US\$ 7,3 bilhões por ano. Podemos permitir um desperdício a esse preço?

O problema dos deslocamentos e do transporte, ao lado da violência, já se tornou preocupação principal de todas as grandes cidades. Até certo ponto, é possível melhorar a rede urbana, como foi feito em Curitiba. No entanto, para além de certa medida, não basta facilitar os deslocamentos. Será preciso reduzi-los drasticamente.

A maior parte dos deslocamentos se deve ao trabalho (principalmente durante o dia). Outra parcela se deve ao lazer (sobretudo à noite). A televisão e o iPod contribuíram bastante para reduzir os deslocamentos noturnos. Por outro lado, o trabalho é a causa principal dos engarrafamentos diurnos.

Antigamente, antes do advento da indústria, os camponeses, artesãos e estalajadeiros trabalhavam em sua própria moradia. Por isso, o tempo transcorria de forma equilibrada e a vida nos bairros era mais intensa.

Com a chegada da indústria, esse equilíbrio se desfez. Na cidade industrial proposta pelo urbanista Le Corbusier, cada função tinha seu lugar: a zona industrial para produzir, os bairros comerciais para comprar e vender, os bairros burocráticos para abrigar os serviços administrativos, os bairros do lazer para usufruir o tempo livre, os bairros-dormitórios para repousar e reproduzir-se. Cada cidadão era obrigado a deslocar-se várias vezes

por dia de uma zona para outra. A um custo imenso, uma parte da cidade permanece vazia nos dias de trabalho, e uma outra nos dias de festividades. Os bairros-dormitórios permanecem vazios durante o dia, enquanto os bairros produtivos ficam vazios à noite.

Mas, hoje em dia, finalmente, a automação possibilita que se descarregue sobre a máquina uma grande parte da fadiga física, enquanto os celulares e a internet permitem que trabalhadores intelectuais tornem a própria atividade flexível e criativa, seja em casa, seja onde melhor lhes apetercer.

Dentro em breve, portanto, para milhões de trabalhadores será tecnicamente possível e simples permanecer longe do local de seus negócios e desenvolver as atividades profissionais em contato direto com ele, como se estivessem no escritório. Esse é o trabalho a distância – ou teletrabalho –, por meio do qual se pode resolver uma grande parte dos problemas causados pelo tráfego nas grandes cidades.

Daí deriva uma quantidade enorme de vantagens a custo zero. Para os negócios, haverá benefícios em termos de flexibilidade, produtividade e criatividade. Para os trabalhadores, haverá benefícios em termos de autonomia, saúde física, relações familiares, boa vizinhança, acessibilidade ao trabalho (sobretudo para os deficientes físicos, idosos e caseiros). Para a coletividade, haverá benefícios em termos de redistribuição geográfica e social do trabalho, redução do

tráfego, criação de locais de trabalho e revitalização dos bairros.

Quanto ao perfil econômico, um renomado grupo de pesquisadores americanos, financiado pela National Science Foundation, calcula que a relação entre o custo do trabalho atual e aquele do trabalho a distância é de 29 para 1, se o trabalhador usa seu automóvel, e de 11 para 1, se ele usa o transporte público.

Mas, então, por que não se introduz imediatamente esse remédio simples e vantajoso? A resposta é uma só. Porque somos imbecis organizados por outros imbecis. ■

**É preciso reduzir drasticamente os deslocamentos urbanos para tornar a cidade mais eficiente**

# Mente aberta



PAULO GUEDES  
pguedes@edglobo.  
com.br

**C**omo se dá o processo de criação de riqueza? Como estimulá-lo para o benefício dos indivíduos, das empresas e da sociedade? Essas questões são examinadas por economistas desde Adam Smith, no clássico *A Riqueza das Nações* (1776), até os autores das modernas teorias do crescimento. Mas, em *A Origem da Riqueza: Evolução, Complexidade e a Reformulação Radical da Economia* (2006), Eric D. Beinhocker propõe total mudança de paradigma. Os novos alicerces das análises viriam não apenas de economistas clássicos, como Malthus e Smith, ou modernos, como Schumpeter e Hayek. Mas também de recentes ganhadores de prêmios Nobel, como Herbert Simon, Daniel Kahneman e Vernon Smith, assim como o falecido Amos Tversky, criadores de um campo hoje conhecido como economia do comportamento, que estuda o processo humano de tomada de decisões. Além desses autores, os novos fundamentos viriam também da biologia evolucionária, da física moderna, das ciências da computação, da antropologia e das ciências cognitivas.

A economia globalizada de US\$ 36,5 trilhões é a mais complexa criação da humanidade, com um grau de diversidade semelhante ao da biosfera. A economia e a biologia seriam casos particulares de uma teoria geral de sistemas evolucionários complexos.

A fórmula da evolução, responsável pela crescente complexidade desses sistemas, é um algoritmo simples. Mutações genéticas, seleção natural e reprodução, quando se trata da biologia. Na economia e nos negócios, a seqüência é análoga: inovações, testes de adaptação e flexibilidade e, finalmente, difusão dos experimentos bem-sucedidos. A criação de riquezas resulta desse processo evolucionário.

A economia é um sistema complexo, uma rede com funcionamento semelhante ao do cérebro, da internet ou do ecossistema. "Das menores e quase isoladas aldeias rurais às megalópoles do mundo industrializado, o planeta fervilha 24 horas por dia, sete dias por semana, com bilhões de seres humanos empreendendo, organizando, produzindo, servindo, transportando, comunicando, comprando e vendendo, em um turbilhão de atividades de inimaginável diversificação. Ninguém planejou e ninguém

controla a economia global. É a estrutura social mais complexa jamais construída pela humanidade", diz Beinhocker.

Uma das características de sistemas complexos é que as interações entre agentes ou partículas individuais criam propriedades emergentes de comportamento válidas para todo o organismo. "Da mesma forma que a evolução biológica foi criando organismos complexos e ecossistemas a partir da sopa primordial de moléculas, a evolução econômica trouxe a humanidade, por meio de um processo evolucionário de criação de riqueza, do estado natural à moderna economia global, extraordinariamente complexa e diversificada", diz o livro.

A evolução econômica ocorre em várias dimensões interligadas. Uma delas é a das tecnologias físicas: os instrumentos de pedra, a elaboração do bronze, as máquinas a vapor, os microchips. A segunda é a das tecnologias sociais: o Estado de direito, a moeda, a democracia, os mercados. E outra dimensão evolucionária ocorre no formato das empresas e dos negócios. "A estruturação de uma empresa envolve sua estratégia, sua organização, seus processos de gestão, sua cultura. Essa estrutura viva evolui por meio da experimentação,

do sucesso ou do declínio, tendo os mercados como árbitros de sua capacidade de adaptação."

Como resultado da evolução no mundo dos negócios, Beinhocker lista as dez características da boa cultura empresarial. A honestidade, o foco nos resultados e a meritocracia buscam o desempenho. A confiança mútua, os objetivos comuns e a reciprocidade favorecem a

**Na economia globalizada, a capacidade de experimentar o novo é a chave para a sobrevivência**

cooperação. E as características responsáveis pelas inovações são a valorização da qualidade da idéia, não da posição hierárquica de quem a defende; a decisão baseada em fatos, não em versões; a mente aberta para experimentar o novo; e a certeza de que o processo evolucionário é um eterno desafio. Citando Edmund Burke – "uma sociedade não se faz apenas entre os vivos, mas também entre os que já se foram e os que ainda estão para nascer" –, Beinhocker encerra sua extraordinária obra: "Somos todos parte de uma sociedade global, cuja evolução depende de cada um". ■



SUSAN ANDREWS

# O poder do positivo



**SUSAN ANDREWS** é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro*.  
[www.visaofuturo.org.br](http://www.visaofuturo.org.br)  
[susan@edglobo.com.br](mailto:susan@edglobo.com.br)

**C**aro leitor, veja se você consegue reparar em alguma diferença entre os dois trechos abaixo, que foram extraídos de diários de duas freiras do Estado do Minnesota, nos Estados Unidos, em 1932, quando elas foram ordenadas:

Cecília escreveu: "Deus começou minha vida de bem me concedendo graças de inestimável valor. Neste ano que passou, durante o qual estudei em Notre Dame, foi muito feliz. Olho à frente agora com um ansioso júbilo pela minha ordenação e por uma vida de união com o Amor Divino".

E Marguerite, por sua vez, escreveu: "Nasci em 1909, a mais velha de sete crianças, cinco meninas e dois meninos... Meu ano de noiva foi dedicado a lecionar Química no Instituto de Notre Dame. Com a graça de Deus, pretendo dar o melhor de mim pela nossa Ordem, pela propagação da religião e pela minha santificação".

Essas duas freiras do Convento de Notre Dame, junto com outras 178, se tornaram objeto de um célebre estudo feito pelo Instituto Nacional de Saúde dos EUA sobre o tema "Longevidade e Felicidade". A despeito da vida reclusa e do saudável estilo de vida – sem fumar nem beber, todas seguindo a mesma dieta, com assistência médica de boa qualidade –, as 178 freiras **demonstraram uma notável variação na expectativa de vida e na saúde**. Cecília vive até hoje, com 98 anos, e nunca adoeceu um dia sequer em sua vida. Por outro lado, Marguerite teve um derrame aos 59 anos e faleceu logo depois. Certamente, os fatores-chave para essa diferença não foram estilo de vida, dieta ou assistência médica. O que foi, então?

Quando foi dada permissão aos pesquisadores para que tivessem acesso aos diários dessas freiras, e os lessem cuidadosamente, uma forte e surpreendente diferença veio à tona. Irmã Cecília tinha o hábito de usar reiteradamente expressões do tipo "muito feliz" e "ansioso júbilo", enquanto o texto de irmã Marguerite era desprovido de emoções positivas. Quando o conteúdo emocional desses diários foi graduado por avaliações objetivas, descobriu-se que 90% das freiras que pertenciam ao grupo "mais positivo" viveram até pelo menos 85 anos, contrastando com apenas

34% daquelas que pertenciam ao grupo "menos positivo". Moral da história: as freiras que cultivavam sentimentos mais positivos levaram uma vida mais longa e mais saudável.

Esse é apenas um dos incontáveis estudos frequentemente citados pelo recente campo da Psicologia Positiva, que está mudando o paradigma quanto ao foco da terapia. Ou seja, em vez de advogar o foco na patologia e na doença mental, miram-se as emoções positivas e as virtudes. Assim como aquele casal que eu descrevi na coluna passada, que transformou sua vida familiar quando, inspirado pelos treinadores de animais exóticos, começou a conscientemente emanar energia positiva um para o outro, mesmo nas situações mais desafiantes, os defensores da abordagem da Psicologia Positiva estão focando nos pontos fortes, e não nos pontos fracos.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa ótica foi demonstrado por Thomas Edison, o gênio inventor e um inveterado otimista, pela forma como reagiu a um aparente grande infortúnio. Numa noite de 1914, seu laboratório, que valia mais de US\$ 2 milhões na época e não estava no seguro, começou a se incendiar, com todos os preciosos registros de Edison em seu interior. No auge do incêndio, enquanto os bombeiros tenta-

vam apagar o fogo, Charles, filho de Edison, freneticamente procurava o pai, que tinha o hábito de trabalhar até tarde da noite. Aliviado, **ele encontrou Edison fora do laboratório, fitando serenamente a cena**. O semblante de seu pai refletia o brilho das chamas e seus cabelos grisalhos esvoaçavam ao sabor da leve brisa. Charles sentiu um aperto no coração

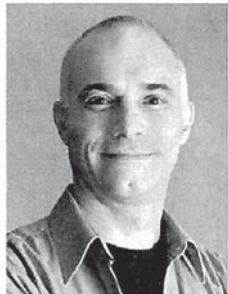
vendo o pai, com 67 anos, testemunhar o trabalho de toda uma vida ser consumido pelas chamas até as cinzas.

Após horas em silêncio, Edison disse a seu filho: "Filho, existe um grande valor num desastre como este. Todos os nossos erros são queimados. Graças a Deus, agora podemos começar tudo de novo". E Edison, de fato, começou de novo. Até o incêndio ele tinha passado três anos tentando inventar o toca-discos. Três semanas após o desastre, ele conseguiu.

Lembre-se: se você acha que pode conseguir algo, ou acha que não pode conseguir algo, você sempre tem razão. ■

**Estudos médicos mostram que quem cultiva sentimentos mais positivos leva uma vida longa e mais saudável**

# Pensei em votar nulo



RICARDO NEVES  
é consultor de  
empresas e autor  
de Pegando no  
Tranco – O Brasil  
do Jeito Que Você  
nunca Pensou.  
[www.ricardoneves.com.br](http://www.ricardoneves.com.br)  
[rneves@edglobo.com.br](mailto:rneves@edglobo.com.br)

**P**ensei em votar nulo. Minha vontade foi ignorar essas que são consideradas as eleições mais frias e mais sem graça desde os tempos da ditadura militar. Parece que ficamos anestesiados e céticos presenciando por meses a exposição de uma lambança ética sem fim, que misturou a administração Lula e o Congresso. Nestas eleições, era para irmos com sede ao pote da renovação. Que nada.

Se existe um consolo, é que essa situação de desampontamento com a política não é exclusiva do Brasil. Fazemos parte de um mundo onde se generalizou o sentimento de que a democracia, enquanto sistema, não tem funcionado a contento do ponto de vista da maioria dos cidadãos. Vivemos uma enorme crise de delegação que se tornou um círculo vicioso: escolhemos representantes, eles agem de forma irresponsável e isso gera em nós ceticismo e cinismo.

Minha avaliação é que o sistema democrático vigente não satisfaz mais os indivíduos do século XXI. Nós e nossas vidas mudamos, mas o sistema não evoluiu o suficiente. E não serão reformas e mudanças conduzidas por políticos, como as que estão por aí – voto distrital e outras relojoarias de sistema eleitoral –, que farão diferença.

Os gregos tinham sua ágora, a praça pública que acomodava os cidadãos para a discussão dos problemas coletivos. A Revolução Francesa e a Independência Americana universalizaram a figura do cidadão. Mas foi ao longo do século XX que os meios de comunicação de massa, primeiro os jornais e depois a TV, possibilitaram a inclusão em massa dos cidadãos na discussão e sua participação na escolha de seus representantes.

Essas ferramentas de comunicação, porém, ficaram velhas diante dos novos meios de comunicação remota, on-line e interativa. Comícios nas praças e propaganda na TV já não atendem a nossos anseios mais sofisticados de debater e aprofundar as questões, de eleger e de acompanhar os eleitos no exercício de seus mandatos.

Diante dessas reflexões, decidi não anular meu voto. Para os cargos de senador, governador e deputados, consegui achar nomes que julgo confiáveis. A internet foi minha ferramenta para investigar sua biografia.

No caso do voto para presidente me bateu um grande desânimo ao olhar para a oferta de candidatos. Não considero a hipótese de votar no presidente

Lula. Não creio que ele ignorasse o que aconteceu e tem acontecido em seu governo. O caso Celso Daniel não me parece esclarecido, tampouco o de outras prefeituras, como a de Ribeirão Preto, que teriam montado esquemas de financiamento para a campanha presidencial do PT em 2002. O ex-ministro Pallocci segue em investigação, e o caso Waldomiro ainda está longe de ter sido esclarecido.

Para qualquer um que some dois mais dois, ficou claro que o mensalão não foi uma invenção. A Comissão de Ética da Câmara recomendou de forma enfática a cassação de 19 deputados envolvidos. Só três o foram. O resto escapou porque o jogo de interesses de compadres-cúmplices ainda funciona no Congresso, por causa da manutenção do voto secreto dos parlamentares.

Ao longo de 2007, espero que prossigam as investigações, as apurações e os julgamentos, sobretudo o andamento da denúncia feita pelo Ministério Público Federal ao Supremo Tribunal Federal, que indiciou uma quadrilha de 40 acusados. Espero também que a Receita Federal apure os casos de caixa dois, entre os quais a mala de R\$ 4 milhões do Roberto Jefferson, os dólares da cueca do assessor do irmão de Genoíno, as contas que envolvem Delúbio, Marcos Valério, Duda Mendonça e outros mais. Lembremos que Al Capone foi grampeado pelo Imposto de Renda.

Lula está certo quando diz que a corrupção tem sido sistêmica no Brasil. Só que não aceitamos mais isso. Ele e o PT foram escolhidos justamente com a mensagem de melhorar o que já tínhamos. Se tivéssemos uma oposição com idéias claras e, principalmente, novas respostas para nossos desafios, seria fácil escolher uma alternativa. Mas nossa oposição é tão gagá quanto o PT que chegou ao poder em 2003.

Vou votar pelo segundo turno. Mais que isso: vou votar em mim mesmo. Minha promessa como cidadão é não me satisfazer mais com uma participação política restrita a votar e a reclamar dos políticos. Pretendo me reinventar e achar novas formas de participação. A democracia, da mesma forma que a civilização, é um processo em movimento, e não uma utopia estática. Não custa lembrar que o maior castigo para aqueles que não se interessam por política é ser governados pelos que se interessam, como dizia o historiador inglês Arnold Toynbee. ■

Vivemos uma  
enorme crise  
de delegação:  
escolhemos  
representantes, eles  
agem de forma  
irresponsável e isso  
gera em nós ceticismo  
e cinismo



FAREED ZAKARIA

# O Irã é a nova Alemanha nazista?



FAREED ZAKARIA  
é colunista  
e editor-chefe  
da edição  
internacional  
da revista  
Newsweek

**E**STAMOS EM 1938, DIZ O COLUNISTA DE Esquerda Richard Cohen, evocando imagens das tropas de Hitler formando-se diante de um Ocidente passivo. Não, não, diz Newt Gingrich, a Terceira Guerra Mundial já começou. Neoconservadores, que costumam exagerar em tudo, dizem que, na verdade, estamos envolvidos na Quarta Guerra Mundial. O historiador Bernard Lewis afirmou há algumas semanas que o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, estaria planejando aniquilar Israel (e talvez até os Estados Unidos).

Será que dá para todo mundo respirar?

Revendo um pouco a História: em 1938, Adolf Hitler deu início ao que se transformou na Segunda Guerra Mundial não apenas porque era mau, mas porque controlava totalmente o país mais forte do planeta. Na época, a Alemanha era a segunda maior potência industrial do mundo e tinha o Exército mais poderoso. (A economia americana era maior, mas seu Exército era menor que o da Finlândia.) Isso nem se compara à situação atual.

O Irã não está nem entre as 20 maiores economias do mundo. O orçamento do Pentágono para este ano é mais que o dobro do PIB inteiro do Irã (US\$ 180 bilhões pela taxa de câmbio oficial). O gasto anual americano com defesa é mais de cem vezes o do Irã. As ambições nucleares de Teerã são reais e perigosas. Mas as estimativas mais sérias sugerem que o Irã precisaria de cinco a dez anos para conseguir uma capacidade nuclear modesta, como a da Coreia do Norte.

Washington tem um longo histórico de exagerar inimigos. Durante a Guerra Fria, muitos defensores do uso da força militar diziam que a dissuasão não funcionaria na União Soviética porque o

Kremlin era malvado e irracional. O grande debate dos anos 1970 era entre a estimativa da CIA quanto ao poderio militar da URSS e o cenário mais apavorante dos neoconservadores. No fim, a verdade era que mesmo as menores estimativas de poderio militar soviético eram um exagero grosseiro. Durante os anos 1990, comentaristas e políticos influentes dobraram as estimativas para os gastos militares da China, usando cálculos em grande parte falsos. Depois, houve o caso do potencial de Saddam Hussein. Fomos informados, em 2003, que Saddam com certeza tinha armas nucleares – e que, como era um homem louco, iria usá-las.

Um homem que está adorando ser objeto desses exageros é Mahmoud Ahmadinejad. Ele passou de um político obscuro e sem muito poder – o Irã é uma teocracia, então, em última instância quem está no controle são os mulás – a figura central no Oriente Médio apenas provocando os EUA e assistindo a Washington morder a isca. Reagindo a cada declaração esquisita que faz, a administração Bush deu a ele muito mais atenção do que merece. Agora, ele escreve cartas para Bush, propõe debates ao vivo e é o centro das atenções.

Ahmadinejad dá menos a impressão de ser um louco messiânico que um populista radical. Ele encurralou os mulás pela direita em relação à política nuclear, forçando uma abordagem mais confrontadora diante de Washington. Ele os encurralou pela esquerda em relação aos direitos das mulheres, indo contra algumas das proibições que elas enfrentam. Quase toda semana, anuncia um plano para “ajudar os pobres”. Para um regime com pouco a mostrar depois de um quarto de século no poder – o padrão de vida iraniano piorou depois da revolução –, poderio nuclear é uma conquista nacional. Até a declaração mais grotesca de Ahmadinejad, dando a entender a aniquilação de Israel, é parte desse comportamento. O Irã quer liderar o Oriente Médio. Há melhor maneira de fazer isso que se apropriar do motivo

de queixa central dos árabes sunitas: Israel? Fazendo essas declarações dramáticas, ele desafia os regimes do mundo árabe, usando uma retórica que eles não ousam usar por medo de Washington. A verdadeira mudança que ocorreu no Oriente Médio é que, há 30 anos, a maioria dos regimes árabes faria declarações como as de Ahmadinejad. Hoje, ele está sozinho.

O Irã vive sob um regime antipático que desestabiliza uma parte do mundo, frustra interesses americanos e ocidentais e causa problemas para Israel. Mas olhemos com alguma perspectiva. Os EUA são muito mais poderosos que o Irã e, no caso do programa nuclear iraniano, Washington tem o apoio da maior parte das outras principais potências do mundo. Ahmadinejad preside um país onde mais de 40% da população vive abaixo da linha de pobreza e sua autoridade é contestada. Os vizinhos do Irã estão cada vez mais preocupados e começaram a agir. Se foi possível conter a URSS, é possível conter o Irã. Confira seu calendário: estamos em 2006, não em 1938. ■

**Hitler começou a Segunda Guerra Mundial não apenas porque era mau, mas porque controlava o país mais forte do planeta**

# A batalha entre a razão e os sentidos



PAULO GUEDES  
pguedes@edglobo.  
com.br

**A**s construções científicas estabelecidas não são erodidas lentamente por novas concepções. Simplesmente desabam de uma só vez, sob o impacto das inovações. Implodem subitamente. O argumento é de Thomas Kuhn, em seu clássico tratado "A Estrutura das Revoluções Científicas", de 1962. De repente, o Sol não mais girava em torno da Terra, como os homens até o século XVI viam todos os dias com os próprios olhos.

O italiano Galileu Galilei, grande cientista convertido à teoria de Copérnico, revela em seu *Diálogos sobre os Dois Grandes Sistemas Universais*: "Nunca serei capaz de expressá-la o bastante, tamanha a minha admiração pela grandeza das mentes que conceberam a hipótese heliocêntrica. Em evidente confronto com os próprios sentidos, e pela exclusiva força do intelecto, preferiram a razão ao que sua própria experiência sensorial claramente demonstrava. Não há limites para meu deslumbramento, por terem deixado sua razão vencer seus sentidos, tornando-se âncora de suas crenças".

Pois bem, nossos sentidos sugerem que os gastos públicos são coisas boas. Os financistas gostam, os empreiteiros amam, a classe política, particularmente a socialdemocracia, adora. Os anões do Orçamento, os mensaleiros e as sanguessugas também. E ainda, naturalmente, os pobres que recebem a Bolsa-Família. O problema é que um diagnóstico rápido da estrutura do Orçamento federal nos mostra que, para cada R\$ 1 que chega ao bolso do pobre, o governo gasta mais de R\$ 10 com seus funcionários, para que transfiram mais de R\$ 15 em aposentadorias e outros R\$ 15 em juros da dívida.

É claro que nos atraem os números grandiloqüentes exibidos pelo governo. A promessa de gerar empregos, quem seria contra? Os aumentos das aposentadorias, por que não? A criação de milhares de empregos para o funcionalismo, as pujantes obras públicas, mais comida para os pobres, tudo tem cheiro e gosto de coisa boa. Quando vemos as coloridas propagandas oficiais, é difícil discordar de nossos sentidos, que nos dizem que aumentar os gastos é uma coisa boa. Os marqueteiros também gostam. Afinal, uma parte

legítima de seu ofício é tentar nos impressionar com a eficiência das campanhas políticas e da publicidade estatal. Até pelo tato os gastos do governo parecem bons. Que o diga o diretor dos Correios que foi filmado recebendo um pacote de notas no longínquo ano passado.

No entanto, um fato que surge em nossa consciência pode incomodar nossa alma complacente: o Estado gasta hoje 40% do PIB, mas a taxa de crescimento do país desabou. Há décadas estamos presos na armadilha do baixo crescimento econômico, ao mesmo tempo que assistimos à degeneração da política pela corrupção. Quem sabe não é hora de confrontarmos nossos sentidos e ouvirmos a razão?

Em 1985, deixamos para trás o regime militar e demos mais um passo na construção da Grande Sociedade Aberta, reinaugurando a democracia como sistema político. A arquitetura ficou, porém, pela metade. Falta derrubar as últimas torres do antigo regime, na área econômica, iniciando pela reforma do regime fiscal, a mãe de todas as reformas.

Por ela deveria ter começado, há 20 anos, o combate sistêmico à inflação, à corrupção, ao baixo crescimento, enfim, ao atraso.

Se o diagnóstico parece correto aos olhos da razão, a necessária terapêutica é de aplicação difícil por envolver múltiplas dimensões, que ultrapassam os limites cognitivos de nossos governantes socialdemocratas.

Implica descentralizar a ação social do Estado, redefinindo o pacto federativo. Simplificar os impostos, reduzindo as alíquotas e ampliando a base de incidência. E ainda reformar a Previdência e as leis e os encargos trabalhistas.

Há uma coisa já definida nesta eleição. E, para não fugir à rotina, parece que voltará a ocorrer em 2010. A disputa se dá sempre entre socialdemocratas de diversos matizes: Lula, Alckmin, Serra e Aécio. Se quiser colocar o país na rota do desenvolvimento sustentado, o presidente terá de penetrar no território proibido das reformas, enfrentando os tabus da socialdemocracia. Quando nos entregaremos à razão das reformas, abandonando a ilusão dos sentidos? ■

Os sentidos sugerem que os gastos públicos são coisas boas. Mas a razão mostra que o Estado gasta 40% do PIB e a taxa de crescimento desabou



# Abaixo a praia da vez



RICARDO FREIRE  
é blogueiro e turista  
profissional.  
<http://viajenavlagem.zip.net>  
rfreire@edglobo.com.br

No fim de 1998, uma amiga me procurou para dizer que tinha sido convidada para passar o Réveillon em Itacaré e pedir minha opinião.

Pois bem. Eu tinha acabado de lançar um livro chamado *Viaje na Viagem*, em que eu informava, entre outras coisas, a duração dos vôos entre Phnom Penh e Siem Reap, no Camboja; a melhor época do ano para ir às Maldivas, às Seychelles e à Polinésia; e como planejar sua viagem usando esta novidade das novidades, a internet. Mas... Itacaré? Não, eu não tinha a mais pálida idéia do que fosse, onde ficasse e para que servisse Itacaré.

A turma de minha amiga é dessas que sabem dos novos lugares antes de todo mundo. É o ciclo natural dos destinos interessantes: os malucos descobrem; os descolados põem no mapa; os deslumbrados levam a lima-da-pérsia para as caipiroscas. Tempos depois, quando todo mundo souber onde fica esse lugarzinho, muitos dos colonizadores originais terão se desinteressado e debandado para outro esconderijo, iniciando então um novo ciclo.

Antigamente, esse processo podia levar décadas; hoje, tudo se dá em alguns verões. Em 1998, eu, que sabia localizar as Ilhas Maldivas no atlas, não imaginava onde pudesse estar Itacaré. Dois anos mais tarde, a baiana Itacaré, 65 quilômetros ao norte de Ilhéus, era a praia da vez. Hoje, Itacaré já é uma das capitais brasileiras do ecoturismo de massa (sim, isso existe).

Quanto mais rápida essa transformação, mais nocivas podem ser as consequências. Nenhum vilarejo de praia está preparado para virar da noite para o dia o objeto do desejo de tantos turistas, pousadeiros e operadoras de viagens. Normalmente não há saneamento, nem local para abrigar os imigrantes atraídos pelo crescimento repentino (ou os nativos desalojados pelo mercado imobiliário) e, muitas vezes, nenhuma legislação que impeça o loteamento indiscriminado. Itacaré até que teve sorte. A maior parte de sua costa está sendo usada em hotelaria de luxo de baixa densidade; os ecoturistas de vôos fretados sustentam algu-

mas pousadas simples na baixa temporada; o bolsão de pobreza existe, mas pelo menos está longe dos olhos dos visitantes.

Nem todas têm a mesma felicidade. A sucessora de Itacaré no trono de praia da vez, a vizinha Península de Maraú, teve o maior naco de sua praia mais preciosa, Taipus de Fora, loteado em pequenos terrenos como se fazia há 20 anos nos arredores de capitais litorâneas. A dificuldade de acesso não é mais empecilho para a chegada de ninguém: na era do jipão, o que antes era intransitável virou "off-road"; o que era desconfortável virou "ecológico".

Desde aquele dia em que não soube responder à minha amiga, já percorri toda a costa brasileira cinco vezes. Mea-culpa: eu sou um dos que ajudaram a terminar de mapear nosso litoral e revelar seus últimos segredos. Nas últimas duas passadas, porém, notei uma tendência: a de não haver nenhum movimento para eleger a próxima praia da moda.

Ainda bem. Já era tempo de pararmos de escolher qual é o próximo pedaço do litoral a ser invadido em massa. Em vez disso, é preciso valorizar os lugares que conseguiram administrar seu crescimento ou reverter sua degradação.

Está na hora de chamar a atenção para lugares como a bela Canoa Quebrada, no Ceará, que, depois de estar quase favelizada, deu a volta por cima com um competente projeto de reurbanização feito com fundos do Banco Mundial. Canoa é um desses lugares que merecem – precisam – ser redescobertos por um público que não seja aquele que ape-

nas vai, passa o dia e volta.

É o momento de mostrar a lugares como Pipa e Porto de Galinhas que existe, sim, um jeito de urbanizar e disciplinar o trânsito sem descaracterizar a personalidade. Basta ver o que foi feito em Arraial d'Ajuda, que tem o centrinho mais charmoso entre todos os vilarejos de praia do Brasil, ou na Praia do Forte, onde ainda se vêem nativos morando no centro da vila.

Chega de descobrir novas praias. Vamos cuidar das que já temos. ■

Chega de  
descobrir novas  
praias. Vamos  
cuidar das que  
já temos. É possível  
urbanizá-las  
sem descaracterizar  
sua personalidade

# A nutrição do sono



SUSAN ANDREWS é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor*, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro.  
www.visaofuturo.org.br  
susan@edglobo.com.br

**T**enho escrito bastante sobre o poder do pensamento positivo. Porém, uma coisa é certa: é difícil ser positivo quando se está com déficit de sono, aquilo que Shakespeare chamou "o principal nutridor no banquete da vida".

*"Aposto que já são 3 horas da manhã. Vou dar uma olhada no despertador. Não, não olhe para o relógio. Se olhar, é aí que você vai acordar de vez. Simplesmente tente pegar no sono... Vou dar só uma olhadinha... Não, NÃO OLHE!... Ih, meu Deus, já são 3h30! Mas por que raios fui olhar para o relógio?! Agora estou totalmente acordado!... Por que fui comprar esse maldito carro, a prestação já vai vencer e estou duro... E ainda tem aquele cara me aporinhando a paciência no escritório. Amanhã ele vai ouvir poucas e boas... Que horas já serão agora? Vou dar só uma olhadinha no relógio – não, NÃO OLHE!..."*

O fato de 35% dos brasileiros terem distúrbios de sono já basta para nos tirar o sono, especialmente porque a insônia acelera o envelhecimento e é culpada por uma variedade de doenças, incluindo obesidade, depressão, diabetes, doença cardíaca e câncer. Ela também prejudica a cognição e desequilibra a secreção de hormônios-chave: insulina, hormônio de crescimento, testosterona, estrogênio, cortisol e melatonina. A melatonina, "hormônio do sono" secretado pela pineal, uma glândula do tamanho de uma ervilha no centro do cérebro, é um dos mais poderosos antioxidantes – duas vezes mais potente que a vitamina E. Ela entra em todas as células e, como um guarda-costas, protege o DNA dos danos provocados pelos radicais livres que podem levar ao câncer. A secreção da melatonina gradualmente declina com a idade, de modo que o envelhecimento, consequência do acúmulo de danos dos radicais livres, se deve parcialmente à deficiência da melatonina. Russell Reiter, da Universidade do Texas, mostrou que ratos que tomaram melatonina viviam 25% mais tempo e ficaram protegidos contra o câncer mesmo quando recebiam injeção de substâncias cancerígenas.

A melatonina tem sido chamada de "Drácula dos hormônios" porque só dá as caras na escuridão. A glândula pineal – nosso "relógio biológico" – começa sua secreção ao pôr-do-sol e atinge seu pico entre 2 e 4 horas da manhã, declinando até a aurora. Mas a pineal não produzirá melatonina, a menos que estejamos num ambiente escuro. Experimentos citados pelo Instituto Nacional do Câncer, nos Estados Unidos, têm demonstrado que enfermeiras que trabalham à noite têm 50% mais risco de desenvolver câncer de mama. Para mulheres cegas, o risco de câncer

de mama é 50% menor, em relação àquelas que enxergam!

Logo, se a melatonina e o sono são tão essenciais à saúde, como equilibrá-los? Não precisamos tomar remédios para dormir, que podem causar dependência e efeitos colaterais, ou suplementos de melatonina, cujos efeitos a longo prazo ainda não foram apurados. Algumas orientações:

- 1. Esteja na cama no máximo entre as 23 horas e a meia-noite**, com as luzes apagadas, e durma pelo menos 6 horas.
- 2. Durma na mais completa escuridão.** Feche as cortinas e, se você precisar ir ao banheiro, não acenda a luz. Até mesmo uma luzinha pode interromper a secreção da melatonina.
- 3. Exponha-se à luz natural pelo menos uma hora por dia**, pois aumenta a produção de melatonina à noite.
- 4. Exercite-se diariamente**, mas não antes de dormir.
- 5. Aqueça seus pés ou tome banho quente antes de ir para a cama.** A termorregulação, ou sistema de distribuição do calor no corpo, é fortemente ligada aos ciclos do sono. Coloque meias antes de dormir.
- 6. Evite cafeína.** Mesmo duas xícaras de café por dia podem reduzir os níveis de melatonina à noite. Coma alimentos que contêm triptofano, o precursor da melatonina, como amêndoas, gergelim, tofu e laticínios.
- 7. Mantenha aparelhos eletrônicos a pelo menos 1 metro de distância da cama** – seus campos magnéticos desequilibram a pineal.
- 8. Ouça uma música relaxante e medite antes de dormir.** Pesquisas nas universidades americanas e australianas demonstraram que a meditação aumenta significativamente os níveis de melatonina.

Se nada disso funcionar, poderíamos usar a dica de Ronald Knox, antigo capelão da Universidade Oxford, na Inglaterra. Certo dia, durante uma fase em que sofria de insônia, perguntaram-lhe o que fazia durante suas noites despertadas. "Fico deitado acordado", respondeu ele, "e penso sobre meu passado". Naquela época, Knox tinha apenas 4 anos.

Boa noite. ■



GUSTAVO H.B. FRANCO

# Os dois filhos de Fernando



GUSTAVO H.B. FRANCO  
é economista e professor da PUC-Rio. Foi presidente do Banco Central do Brasil.  
[www.gfranco.com.br](http://www.gfranco.com.br)  
[gfranco@edglobo.com.br](mailto:gfranco@edglobo.com.br)

**Q**UANDO O LEITOR ESTIVER VISITANDO estas mal traçadas notas, estaremos distantes apenas oito dias ou menos do segundo turno, e talvez já tenhamos clareza que o Partido da Racionalidade Macroeconômica vai ganhar sua quarta eleição seguida. Não obstante a beligerância das campanhas, o mercado financeiro, em seu infinito pragmatismo, não deu pelota para a eleição, até agora, na certeza de que, no quesito política econômica, as diferenças entre os contendores pertencem ao terreno da pontuação.

A convergência macro soterra mais uma vez a ilusão de que, na economia, "um outro mundo é possível". É como o "debate" sobre a vida em outros planetas: as pessoas querem acreditar, divertem-se com a idéia, o público adora, mas não existe nenhuma indicação cientificamente sólida nessa direção.

Do lado ruim, todavia, há o fato de que o eleitor pode não ter os elementos para distinguir o uísque escocês do paraguaio. Lula diz que venceu a inflação (em que planeta?). Vejam que não é bem a conversa da "herança maldita", que serviu para a eleição anterior, mas uma inovação. O presidente sabe que a herança é boa, mas, se os verdadeiros herdeiros não estão usando, como não se apropriar do legado de FHC?

Tudo começou com Palocci, que, diferentemente de Lula, referia-se a seus antecessores com a postura de quem continuava do ponto onde os outros haviam parado, e assumindo que o Brasil não tinha começado ali. Com esse *modus operandi*, Palocci foi, na verdade, a convergência, ou a verdadeira "concertação", que acalmou os mercados a tal ponto que nem mesmo sua queda, posteriormente, mudou a direção das coisas. A área econômica ganhou sua independência, e a economia desligou-se da política.

A seguir, no momento em que chegamos às eleições, é possível enxergar pelo menos quatro realizações econômicas do governo: a manutenção do eixo básico das políticas macro (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação), a ampliação dos programas de transferência (o Bolsa-Família), a ampliação do crédito para a baixa renda e, por último, a bonança internacio-

nal, que não é façanha do governo, mas conta, pois, com os Estados Unidos crescendo desse jeito, até rádio quebrado funciona (FHC pegou grandes pedreiras; Lula, sortudo, nenhuma).

No resto, nem por um segundo o leitor deve esquecer que são continuações e aperfeiçoamentos de políticas desenvolvidas anteriormente. Sim, o BC do PT fez seu trabalho ao levar uma inflação que passava de uns 15% para uns 3%, mas, antes disso, quem roeu o osso de trazer de 5.000% para 2%? A estabilização, por outro lado, deixou claro que a inflação era uma espécie de Bolsa-Família ao contrário, tirou milhões de pessoas da miséria e ensinou a mecânica das transferências de renda materializadas, a seguir, no Bolsa-Escola. O fato é que a estabilização e o Bolsa-Escola foram mãe e pai do Bolsa-Família.

Quanto ao crescimento do crédito popular, tenha-se claro que teria sido impossível ele ocorrer se, entre 1994 e 1997 especialmente, não tivesse havido o saneamento do sistema bancário por meio de Proer, Proes, muito capital estrangeiro, fusões, aquisições, capitalizações (inclusive no BB e na CEF, que quebraram, lembra?), liquidações e muitas privatizações. Tenho

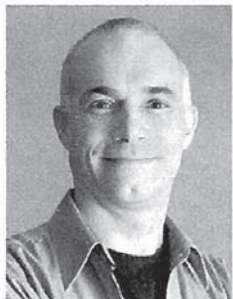
certeza de que este governo é profunda e silenciosamente grato ao anterior por não ter tido problemas com bancos, principalmente nos oficiais.

A discussão sobre os sucessos econômicos de Lula é inseparável de um posicionamento sobre o legado de FHC. Parece haver, de um lado, um herdeiro por apropriação, indébita por certo, mas tacitamente consentida, e outro herdeiro

**O sucesso econômico de Lula é inseparável do legado de FHC. A estabilização e o Bolsa-Escola foram mãe e pai do Bolsa-Família**

biológico, amistoso porém superficial, quando, talvez, devesse assumidamente adotar o sobrenome e não deixar que Lula se aproprie do que não lhe pertence. É nesse contexto que deve ser entendida esta surpreendente transposição da privatização para os palanques. É pirotecnia sim, coisa de publicitários espertos, ou da intuição do presidente, cujo objetivo não é o debate de mérito, mas desequilibrar Alckmin atacando seu afastamento do acervo de realizações de onde veio, no passado, a densidade eleitoral do PSDB. Ficando órfã, a privatização, assim como a estabilização e tudo o mais, acaba nas mãos de Lula. ■

# Viramos a Escandináfrica



RICARDO NEVES é consultor de empresas e autor de Pegando no Tranco – O Brasil do Jeito Que Você nunca Pensou. [www.ricardoneves.com.br](http://www.ricardoneves.com.br) [rneves@edglobo.com.br](mailto:rneves@edglobo.com.br)

**T**empos atrás, o *Programa do Jô* mostrou um quadro que retrata bem como esse papo de privatização e estatização no Brasil se tornou uma coisa completamente sem pé nem cabeça. Uma seqüência de entrevistas feitas no Congresso constatou o óbvio: filhos e netos de deputados e senadores estudam em escolas particulares. Perguntados ainda sobre serviços de saúde, os entrevistados comprovaram aquilo que todo mundo sabe: os deputados e suas famílias são clientes de planos de saúde privados.

Após as entrevistas, começaram então a chegar e-mails indignados para o Jô. Um telespectador, com muita propriedade, ponderou que, se a pesquisa fosse estendida a prefeitos, governadores, vereadores, deputados estaduais e ministros, iríamos constatar o grande paradoxo brasileiro: os dirigentes do setor público, independentemente do partido e da região do país, são clientes do setor privado no atendimento de suas necessidades de educação e saúde.

Ocorre que, da mesma forma, apesar de pagar impostos que financiam os serviços públicos de educação e saúde, cada vez mais brasileiros preferem buscar os serviços privados. Não porque gostam de esbanjar, mas devido à baixa qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado. Isso explica por que 7,5 milhões de jovens entre os 56 milhões que estão na idade de educação básica no Brasil preferem o ensino de escolas privadas e, de forma similar, por que 42 milhões de brasileiros já são clientes de planos particulares de saúde. E isso acontece em outros setores. À medida que a segurança pública vai piorando, vamos consumindo soluções paliativas do setor privado: grades, alarmes, sistema CFTV, blindagens de carro, vigias etc.

Se isso consola, a qualidade dos serviços públicos está em queda mundialmente, e o Estado brasileiro acompanha a tendência geral. Mas nós estamos caprichando no inchaço e no custo. Por aqui o Estado espreme a sociedade, pois arrecada como um país escandinavo. Fica cada vez mais obeso. E o que faz, faz malfeito, como um país africano em guerra civil. Deixamos de ser a Belíndia dos anos 70 para nos tornar a Escandináfrica.

Quem trabalha com gestão e estratégia empresarial sabe que existem três tipos de dirigente de grandes empresas. Existe o enrolador: aquele que fala bem – por isso é às vezes contratado –, mas prioriza mal, gere pior ainda e acaba levando a vaca para o brejo. Tem o eficiente: aquele que prioriza mal, mas procura

fazer tudo direitinho dentro do que ele honestamente entende como importante a ser feito. O eficiente é mais ou menos como o comandante do Titanic, que manteve a qualidade dos serviços, incluindo a orquestra tocando, até o navio ir a pique. O terceiro tipo de dirigente é o que elege “a” coisa-certa-a-fazer e, além disso, sabe orquestrar com eficiência para que a tal coisa-certa-a-fazer aconteça.

Para escolher a coisa-certa-a-fazer é preciso ter foco. Aquilo que os pais tentam passar aos filhos na adolescência inteira: o mais importante deve vir primeiro. E o que deve vir primeiro na arquitetura do Estado no século XXI? Como dizia Einstein: “O único propósito justificado das instituições políticas é assegurar a desobstrução do desenvolvimento do indivíduo”. Ou seja, o Estado moderno deve ser um prestador de serviços para a sociedade. Experiências ao longo do século XX demonstraram: Estados com monopólio para fazer tudo, justificando que assim dá para promover a justiça social, acabaram virando monstros, como a falecida URSS, dissolvida em 1991. Essa receita foi aposentada pela humanidade civilizada. Restam alguns zumbis como Cuba e Coréia do Norte.

Uma comunidade nacional é uma nação florescente quando o Estado faz as coisas certas dentro do próprio tempo e quando persegue seus objetivos de forma eficiente. O Estado deve: deter o controle das fronteiras, ser o guardião da estabilidade da moeda, ter controle da segurança pública, manter azeitado e transparente o funcionamento das instituições democráticas, garantir a eficiência de um sistema de justiça com acesso igualitário e prover serviços de saúde e educação de qualidade e acessíveis a todos. Claro que podemos ir acrescentando outros

itens, mas aí os dirigentes públicos perderão o foco, a capacidade de implementação. E a qualidade vai para o espaço.

Por isso, nestas eleições, acabei achando essa discussão de privatização *versus* estatização, da forma como vem sendo conduzida, uma conversa desfocada. O fundamental é definir aquilo que vale a pena ser objeto de ação do Estado – a coisa-certa-a-fazer – e caprichar na implementação, tal qual o Tribunal Superior Eleitoral fez nas eleições digitais. Afinal, tem razão “Ontinho” Salvino, paraibano arretado e meu mestre-de-obras favorito, quando diz: “Cabra que diz que faz de tudo numa empreitada é sempre um enrolador”.

**Pagamos  
impostos como um  
escandinavo. Mas  
temos serviços públicos  
de país africano em  
guerra civil**



DOMENICO DE MASI

# Para aprender se divertindo. E vice-versa



DOMENICO DE MASI é sociólogo da Universidade La Sapienza, em Roma

**E**m seu cultuado livro *Anatomia da Inquietude*, o escritor e viajante britânico Bruce Chatwin contava com admiração que os bejas do Sudão Oriental, apesar de serem um povo guerreiro, deleitam-se em cultivar longas fases de preguiça em que passam horas a pentear um ao outro. Em seu livro recentemente publicado, *Devagar*, o jornalista canadense Carl Honoré faz seu elogio à lentidão. Identifica a pressa como o mal maior de nosso tempo e propõe alguns povos africanos como modelos a ser imitados em sua impassibilidade.

O estresse da vida industrial induz um número cada vez maior de cidadãos a acalantar a idéia de um retorno ao ritmo lento da sociedade rural, sem o tráfego e as corridas frenéticas entre a casa, o escritório, os cursos e o supermercado. Infelizmente, ao conferirmos os dados estatísticos, precisamos admitir que a tartaruga não venceu a corrida. Os povos que não se industrializaram sem dúvida evitaram o ritmo frenético, mas não escaparam da pobreza. Permanecem reduzidos a uma renda *per capita* anual inferior a US\$ 1.000 e a uma duração média de vida inferior a 50 anos.

O problema, portanto, não se resolve com o retrocesso, voltando aos tempos da agricultura e contrapondo a preguiça ao estresse da vida moderna. O verdadeiro desafio com que nos defrontamos é mais complexo. Consiste em reconquistar o equilíbrio de uma vida serena sem renunciar ao bem-estar das sociedades desenvolvidas. Para vencer esse desafio, proponho o ócio criativo.

O que pretendo com essa fórmula? De maneira nenhuma defendo a inatividade, a inércia, o enfado, a preguiça, a falta de empenho, enfim, todas essas acepções negativas que sempre são ligadas ao conceito de ócio, tido como o pai de todos os vícios. Tenho ódio à preguiça, que considero a mãe do tédio e do torpor mental.

Por ócio criativo não entendo matar o tempo sem fazer nada. Ao contrário, pretendo fazer três coisas ao mesmo tempo: o trabalho para produzir riqueza, o estudo para produzir o sa-

ber e a brincadeira para produzir alegria. Quem consegue trabalhar se divertindo e aprendendo sem se estressar prova uma sensação de serena realização espiritual e se sente completamente humano. É o mesmo estado de ânimo que toma conta do artista quando este cria uma obra de arte, do empreendedor quando fecha um novo negócio, da dona de casa quando aperfeiçoa a vida doméstica, do político quando melhora uma comunidade.

Diz uma máxima zen: "Quem é mestre na arte de viver, pouco distingue entre o trabalho e o lazer, entre sua mente e seu corpo, entre estudo e recreio, seu amor e sua religião. Tem dificuldade de saber o que é o quê. Persegue, simplesmente, sua visão da excelência em qualquer coisa que faça, deixando os outros decidir se está trabalhando ou se divertindo. Ele sempre pensa que está fazendo ambas as coisas".

Obviamente, o mesmo estado de graça não é dado ao minerador na mina ou ao metalúrgico na linha de montagem. No entanto, por sorte, hoje a maioria dos trabalhadores desenvolve atividades intelectuais do tipo flexível ou totalmente criativas que, por sua natureza, admitem modalidades operativas em que trabalho, estudo e divertimento possam mesclar-se entre si.

Obviamente, não é fácil assimilar o modelo do ócio criativo. Contra isso cons-

piram todos os hábitos que adquirimos durante as décadas passadas da sociedade industrial, que se baseia na nítida separação entre trabalho e lazer. Henry Ford, o inventor da linha de montagem, dizia: "Quando trabalhamos, devemos trabalhar. Quando nos divertimos, devemos nos divertir. Não serve a ninguém tentar misturar as duas coisas. O único objetivo deve ser o de executar o trabalho e de ser pago por tê-lo executado. Quando o trabalho estiver concluído, então é chegada a hora do divertimento, mas não antes".

Pois eu inverteo essa frase: quando trabalhamos, devemos nos divertir e, quando nos divertimos, devemos aprender. ■

**Diz uma máxima zen: "Quem é mestre na arte de viver, pouco distingue entre o trabalho e o lazer, entre sua mente e seu corpo, entre estudo e recreio, seu amor e sua religião"**

# Como nascem as viagens



RICARDO FREIRE  
É blogueiro  
profissional.  
[http://  
viajenavlagem.  
zip.net](http://viajenavlagem.zip.net)  
[rfreire@edglobo.  
com.br](mailto:rfreire@edglobo.com.br)

**A** COISA FUNCIONA COMO NUMA CORRIDA de espermatozoides de filme do Woody Allen. Milhões de sementinhas de viagens estão prestes a sair em disparada para ver qual consegue fecundar suas férias. Todas enfrentam o mesmo obstáculo: a incrível lentidão do ciclo de produção de férias. Trabalhadores adultos, coitados, não têm mais que 30 dias férteis para viagens durante o ano – fora um ou outro esparso em feriados.

Ao contrário dos espermatozoides, que gozam (perdão) de certa igualdade, as viagens obedecem a uma hierarquia estabelecida. Algumas delas – as clássicas: à Europa, às Pirâmides, ao Taj Mahal – são tão antigas que já vêm impressas no DNA. Outras, de tão repetidas, acabaram incorporadas à cultura de povos e bandos: a migração para o litoral no verão e para a serra no inverno, a lua-de-mel em Veneza, os ritos de iniciação à Disney e a Nova York. Existem também as viagens que não são ditadas pelo instinto nem pelo meio ambiente, e sim pelo mercado: desencavam um destino, inventam um pacote e, quando você percebe, já está embarcando.

Todas essas viagens têm algo em comum – foram concebidas a sua total revelia. Além delas, ainda existe outra categoria, que oferece uma infinidade de possibilidades: as viagens que nascem inteiramente em sua cabeça.

Olhando sob um ponto de vista científico, toda viagem que vem ao mundo é fruto do relacionamento – passageiro, por definição – entre Tempo e Dinheiro. Se hoje viajamos menos, é porque está cada vez mais difícil conciliar a agenda do Tempo com a disponibilidade do Dinheiro.

Às vezes o Tempo fica aí, sobrando, mas quem diz que o Dinheiro comparece? Outras vezes, mais raras, o Dinheiro está fofoso, mas o Tempo diz que está com dor de cabeça e se vira para o lado. Quando acontece de Tempo e Dinheiro se encontrarem dispostos e cheios de amor para dar, o negócio é caprichar na música e na iluminação, para que dali nasça a melhor viagem que seu tempo e seu dinheiro possam encomendar.

Não que tudo precise ser assim tão papai-mamãe. Alguns dos melhores viajantes do mundo – os mochileiros e toda a admirável cambada de vagais itinerantes – costumam ter muito tempo e quase nenhum dinheiro. (Por outro lado, uma ínfima minoria faz viagens em que a escassez de tempo é compensada pelo excesso de dinheiro. Como não é o meu caso e também não deve ser o seu, vamos prender este comentário entre parênteses.)

Para nossa sorte, o encontro entre Tempo e Dinheiro só é necessário para deslanchar os procedimentos finais. Uma viagem pode (deve!) ser gerada muitíssimo antes de você saber quando seu tempo e seu dinheiro vão poder sair de férias juntos.

A viagem mais parecida com você é aquela que você concebe num acesso de curiosidade, euforia e rendição que alguém mais romântico talvez descrevesse como “paixão”. Nada se compara à viagem que você engravida de uma foto, de uma comida, de um pensamento que passou perto. A gestação pode durar meses ou décadas. Não importa. Pode ser que você não tenha saído do lugar, mas seu pensamento já embarcou.

Uma coisa é você viajar para Paris porque precisa ter o carimbo francês no passaporte. Outra coisa é você ir a Paris porque não pode mais viver sem saber o que é atravessar o Sena pela Pont-Neuf, entrar na fila do sorvete na Île Saint-Louis ou pedir um expresso no café da Amélie Poulain.

Num primeiro momento, as viagens que nascem em sua cabeça têm o mérito de dar um significado pessoal a viagens que todo mundo faz.

Num estágio mais avançado, as viagens que nascem em sua cabeça acabam levando você a cantos do planeta que não estão no mapa dos outros. Somente as viagens que nascem em sua cabeça podem levar aos Lugares Que Você Não Precisa Conhecer. E quer saber? Depois que você começa a ir a Lugares Que Você Não Precisa Conhecer, acredite, os Lugares Que Você Precisa Conhecer ficam bem menos interessantes. ■

**Nada se compara  
à viagem que você  
engravida de uma foto,  
de uma comida, de  
um pensamento.  
A gestação pode durar  
meses ou décadas.  
Mas seu pensamento  
já embarcou**

Num primeiro momento, as viagens que nascem em sua cabeça têm o mérito de dar um significado pessoal a viagens que todo mundo faz. Num estágio mais avançado, as viagens que nascem em sua cabeça acabam levando você a cantos do planeta que não estão no mapa dos outros. Somente as viagens que nascem em sua cabeça podem levar aos Lugares Que Você Não Precisa Conhecer. E quer saber? Depois que você começa a ir a Lugares Que Você Não Precisa Conhecer, acredite, os Lugares Que Você Precisa Conhecer ficam bem menos interessantes. ■



# A luta pela próxima agenda



PAULO GUEDES  
pguedes@edglobo.  
com.br

**D**uas forças se enfrentarão pelo poder, pelos cargos e pelos recursos estatais ao longo dos próximos quatro anos. E não me refiro às forças políticas convencionais, de governo e oposição, ou à disputa entre tucanos e petistas. De um lado, estarão as forças do atraso, que, nas fileiras de todos os partidos, na mídia, no empresariado, entre os trabalhadores e na sociedade em geral, resistem às reformas de modernização necessárias.

As forças do atraso promovem uma descontrolada expansão de gastos públicos, transformando aquilo que seria um clássico programa de estabilização de dois ou três anos, como sempre ocorreu em experimentos bem-sucedidos, em um pesadelo econômico-financeiro de duas décadas. Bombardeiam incessantemente a única instituição brasileira de Primeiro Mundo: o Banco Central, que garantiu a estabilidade da moeda e preservou o poder de compra dos salários, da poupança, das aposentadorias e agora do Bolsa-Família. Impedem a descentralização operacional do Estado brasileiro. Conservam zelosamente as organizações sindicais – de patrões e empregados – e a legislação trabalhista obsoletas, como postos de defesa de seus privilégios.

Lutam pelo domínio da máquina do Estado não apenas os partidos políticos em busca de cargos, mas também grupos de interesse demarcando áreas de influência e apropriação de recursos. A renúncia fiscal e os subsídios implícitos nos orçamentos públicos, além da estrutura de impostos e o regime previdenciário, tornam o Estado brasileiro uma fábrica de desigualdades econômicas e sociais.

Do outro lado da disputa pelo poder, as forças de modernização. Exigem do Estado o cumprimento de suas funções clássicas de segurança e justiça: proteção de vidas e propriedades materiais. Exigem também do Estado o funcionamento eficiente para execução de suas modernas atribuições: a educação, como principal fator de criação de riqueza nas sociedades modernas, e a rede de proteção social, em solidariedade aos que foram deixados para trás pelos mercados, cada vez mais impessoais em sua permanente busca de eficiência. Foca-

lizada nos pobres por meio da ação social descentralizada do Estado, essa rede de promoção da igualdade de oportunidades e de proteção aos desassistidos seria radicalmente diferente da atual fábrica de desigualdades.

Competirão pela agenda do presidente os agentes do atraso, sempre conservadores, e os agentes do futuro, sempre reformistas. A colossal e desajustada máquina pública engole 40% do produto interno bruto sem grande sucesso na redução das desigualdades. Ela será reivindicada pelos que defendem a ação do governo central por meio de 34 ministérios, empresas estatais, bancos públicos e outros tentáculos oficiais, arquitetando um Estado promotor do crescimento econômico e da geração de empregos. Pouco importa que esse tenha sido justamente o modelo que naufragou na mão dos militares e que estende a agonia dos sucessivos governos socialdemocratas.

Na trincheira oposta atuarão governadores, prefeitos e congressistas articulados em busca da redistribuição dos recursos e atribuições do Estado por meio de uma reforma fiscal. Expressarão as legítimas pressões de uma democracia emergente pela ação social descentralizada do Estado. A reforma fiscal não será importante apenas pela legitimidade conferida à também necessária reforma adminis-

trativa do governo federal. Será ainda importante para combater o excesso de gastos públicos, que, além da ineficiência e da corrupção, produziu impostos excessivos, juros elevados e câmbio baixo. São fatores que impedem a recuperação da dinâmica de crescimento.

O presidente eleito poderá governar de forma gerencialmente caótica e politicamente desarticulada, com os atuais ministérios e sem sintonia com Estados e municípios. Ou terá como opção transformar, com a reforma fiscal, os governadores em seus executivos, ou melhor, executivos de uma agenda comum estabelecida no Congresso. Estariam interessados na descentralização administrativa embutida na reforma do Estado importantes atores políticos, como os governadores José Serra e Aécio Neves, presidenciáveis para 2010. A luta continua. ■

**Competirão pela agenda do presidente os agentes do atraso, sempre conservadores, e os agentes do futuro, sempre reformistas**

SUSAN ANDREWS

# A doença fantasma



SUSAN ANDREWS é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor, ela coordena a ecovila Parque Ecológico Visão Futuro*.  
[www.visaofuturo.org.br](http://www.visaofuturo.org.br)  
[susan@edglobo.com.br](mailto:susan@edglobo.com.br)

Um menino de 16 anos, depois de ter sido expulso de várias escolas, se formou num colégio militar entre os piores alunos de sua turma, em meio a rumores de que havia colado nos exames. Seu pai lhe escreveu: "Neste seu fracasso você demonstrou sem nenhuma refutação seu estilo de atuação relapso, incoseqüente e bagunceiro. Estou certo de que, se você não for capaz de evitar a vida indolente, inútil e improdutiva que levou durante sua juventude, você se tornará um reles vagabundo, que se degenerará numa existência fútil e infeliz".

Esse menino era Winston Churchill. Seu boletim escolar na 3ª série dizia assim: "Conduta excessivamente ruim, sempre se metendo em alguma enrascada, um problema constante para todos, não dá para esperar que se comporte adequadamente em qualquer lugar".

Hoje em dia Churchill provavelmente seria diagnosticado como portador de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O padrão psiquiátrico oficial para diagnosticar o TDAH inclui os seguintes comportamentos: "freqüentemente irrequieto com as mãos ou os pés, ou se contorcendo na carteira", "freqüentemente sai da carteira quando se espera que permaneça lá", "fica correndo excessivamente", "incapaz de atentar para os detalhes ou comete erros" e "parece não estar ouvindo".

Desde quando esses comportamentos infantis, variando de normais a indisciplinados, se tornaram uma doença? Os médicos repararam que os sintomas de TDAH costumam desaparecer quando essas crianças têm algo interessante para fazer. Ou quando lhes é dado um mínimo de atenção por parte dos adultos. Ou durante as férias de verão! De acordo com Peter Breggin, laureado psiquiatra americano, "não existem sinais neurológicos, nem base biológica para o TDAH. Não há nenhuma evidência que ele esteja associado a uma disfunção física do cérebro".

Mas mesmo assim, no mundo, milhões de crianças são diagnosticadas com TDAH – quatro a nove vezes mais meninos que meninas. Essas crianças são rotineiramente tratadas com Ritalina ou algum outro estimulante, que paradoxalmente as acalma, provavelmente porque estimula o neurotransmissor dopamina. O princípio ativo da Ritalina, o metilfenidato, se situa na mesma categoria farmacológica de alto potencial de vício que a cocaína e as anfetaminas.

No Brasil estima-se que o TDAH atinja de 3% a 6% das crianças em idade escolar. Mais de 1 milhão de

caixas de Ritalina foram consumidas em 2005 – um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Virou moda no Brasil, como nos Estados Unidos, diagnosticar crianças bagunceiras como "hiperativas".

Afirma o médico Bob Jacobs, da Rede dos Direitos da Criança da Anistia Internacional: "Quando a comunidade médica e as companhias farmacêuticas – os principais proponentes desse modelo doentio – admitem que desconhecem o que 'causa' essa estranha doença, e nem mesmo conseguem provar que ela de fato existe, os risinhos marotos evocados pela leitura dos critérios de diagnóstico se transformam em suspiros de descrença. E, quando tomamos conhecimento de que dezenas de milhares de crianças australianas (e também 5 milhões de crianças americanas, bem como um crescente número de crianças brasileiras) estão sendo sedadas com poderosas e perigosas drogas baseadas nessa doença 'inventada', esses suspiros se tornam gritos de ultraje".

Esses estimulantes fazem com que as crianças – tenham elas TDAH ou não – se tornem mais dóceis e obedientes. Para pais fatigados e professores estressados em escolas superlotadas, um medicamento para controlar "crianças difíceis" é uma bênção. Conclui Jacobs: "Fica claro por que a TDAH se tornou uma 'epidemia'. Quando uma criança é medicada, todos

ficam felizes. A companhia farmacêutica tem mais uma venda, alguns médicos mais um paciente, os pais são isentados, e a escola se livra de um problema comportamental. Todos estão felizes, exceto a criança. E a criança não tem voz".

Não tem voz para se queixar dos efeitos colaterais que podem surgir da "droga da

obediência", tais como dor de cabeça, insônia ou taquicardia. Embora alguns médicos sustentem que o uso de remédios estimulantes para crianças não causa malefícios, outros discordam veementemente. De acordo com Breggin, provou-se que psicoestimulantes podem causar danos cerebrais permanentes e irreversíveis, reações obsessivo-compulsivas, inibição do crescimento, depressão e até parada cardíaca.

Imagine agora se "o Honorável" Winston Churchill – ganhador do Prêmio Nobel, votado como o mais ilustre cidadão britânico de todos os tempos – tivesse sido sedado com drogas para hiperatividade? Qual poderia ter sido o curso da História?

P.S.: Na próxima coluna: tratamento sem drogas para TDAH. ■

Virou moda no Brasil, como nos EUA, diagnosticar crianças bagunceiras como "hiperativas"



# Crescimento? É com o mercado



GUSTAVO H.B. FRANCO

é economista e professor da PUC-Rio. Foi presidente do Banco Central do Brasil.

www.gfranco.com.br  
gfranco@edglobo.com.br

**O** CRESCIMENTO DEPENDE DO investimento, ou, como é conhecido no idioma da contabilidade nacional, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Na Ásia emergente, em geral a FBCF está na faixa de 35% do Produto Interno Bruto (PIB) ou mais, e o crescimento é seguramente superior a uns 7% anuais. No Brasil, com a FBCF inferior a 20% do PIB, não vamos crescer sistematicamente além de uns 3% anuais. Se tivermos um ano muito bom, pode contar que, logo a seguir, vamos ver os gargalos – caminhões em fila nos portos, engarrafamentos, “apagões”, todos decorrentes do baixo nível de investimento. A receita para o crescimento, a única que existe, é aumentar a FBCF.

Parece simples, mas é justamente aqui que começa o problema. No tempo do “Milagre”, grosso modo, o governo contribuía para a FBCF com algo como uns 12% do PIB, e o setor privado com algo como 16%, somando 28% do PIB, a maior taxa de FBCF que tivemos em nossa história. E o maior crescimento.

Era a época dos generais e a oposição dizia que só era possível investir e crescer desse jeito em detrimento de nossas carências sociais. Era um “modelo econômico” bem-sucedido em produzir crescimento, como nos países socialistas, mas que piorava a distribuição da renda, fazendo crer que havia uma escolha, já feita pelos militares, entre o investimento e o social.

Já na plenitude democrática, quando essa escolha se apresenta novamente no contexto da Nova República e da Constituição de 1988, a sociedade opta por um caminho curioso: quer que o Estado continue a ser “investidor”, mas quer também a rede de proteção social. O gasto social cresce em algo como uns 12% do PIB nos anos que se seguem. Mesmo com a carga tributária (ou a inflação) em ascensão, a capacidade de investimento do Estado vai sendo erodida a ponto de, hoje, sua contribuição para a FBCF estar próxima de 1% do PIB.

Como, então, vamos chegar aos níveis asiáticos de FBCF?

A solução não é cortar gasto social, nada disso. O leitor pode se enganar aqui com os contos de fada trazidos pelos políticos em campanha que se iludem com a idéia de que vão aumentar os investimentos públicos sem aumentar

impostos, inflação, dívida e corte de gasto social. Não vão.

A solução está no setor privado. O desafio é fazer a FBCF do setor privado mover-se dos atuais 18% ou 19%, os maiores em muitos anos, para algo próximo de 30% do PIB, um nível que nunca experimentamos nem parecido.

Esse desafio requer, em síntese, uma nova tecnologia de administração do crescimento, voltada essencialmente para as empresas privadas. Trata-se aqui de responder aos temas e problemas das empresas privadas (impostos, custo do capital, encargos da mão-de-obra, mercado de capitais, marco regulatório, concorrência etc.), afastando as energias do Estado da idéia de “planejamento”. A FBCF “privada” é decidida de forma descentralizada, desconcentrada e dispersa entre centenas de milhares de empresas espalhadas pelo país, cada uma resolvendo endividar-se, muito ou pouco, para ampliar seu negócio em razão de suas visões individuais e idiossincráticas sobre o futuro. Não há dúvida que a atuação do Estado nesse contexto não é de “planejamento”, ao menos como se faz desde JK. Esse tempo ficou para trás. O Estado não tem dinheiro nem capacidade

gerencial para planejar investimentos nessa escala, e que nem mesmo são seus.

Não há dúvida que vivemos uma nova divisão de trabalho em que o Estado cobra impostos, já muitos, que gasta quase que integralmente em transferências diretas e políticas sociais. O investimento, e, portanto, o crescimento, foi “privatizado”. Não pela privatização,

mas pela vontade da sociedade, expressa na Constituição de 1988, que fez crescer tanto o gasto social que a FBCF já não encontra mais lugar no Orçamento público. Foi o crescimento do gasto de custeio social, numa linha reta que começa no presidente Sarney e segue até Lula, sem descontinuidade, que “privatizou” a responsabilidade pela FBCF.

Não há nenhum desígnio neoliberal nessa evolução, antes pelo contrário, parece mais a culminância da “socialdemocracia”. Esta, por sua vez, na versão tucana ou petista, agora sustenta uma relação de dependência da economia privada quando se trata de crescimento. Mudou, portanto, o eixo de poder. ■

O Estado não tem capacidade de planejar investimentos. Esse tempo ficou para trás. A solução está no setor privado

# A Renascença digital



**RICARDO NEVES**  
é consultor de  
empresas e autor  
de Pegando no  
Tranco – O Brasil  
do Jeito Que Você  
nunca Pensou.  
[www.ricardoneves.com.br](http://www.ricardoneves.com.br)  
[rneves@edglobo.com.br](mailto:rneves@edglobo.com.br)

**E**nquanto acompanhava o "teatro eleitoral" dos últimos meses, estive trabalhando em meu próximo livro, cujo original chegou à mesa de meu editor na semana passada. É bem conhecida a analogia do processo de produção de um livro com a gestação de um bebê. A eleição do título também guarda semelhança com a escolha do nome do bebê. Batizar um livro é complicado, sobretudo porque é muito freqüente o autor e seu editor não estarem de acordo sobre a melhor opção. O editor escolhe pensando no mercado. O autor escolhe com o coração. E minha escolha não foi vacilante: *Renascença Digital*.

Provavelmente, é um título que não encontrará muitos fãs entre aqueles que se julgam mais intelectualizados e eruditos. Afinal, já dizia o economista John Kenneth Galbraith: "Todos concordamos que o pessimismo é uma marca do intelecto superior e que só o homem que acha que tudo vai mal e espera que tudo vá de mal a pior é julgado detentor de um espírito claro". Porém, tenho convicção de que os tempos que já estamos vivendo serão vistos pelos historiadores no futuro como um período em que a humanidade, ao deparar com novos, maiores e mais complexos desafios, conseguiu responder de forma afirmativa: inovar e crescer.

Não um mero crescimento econômico tradicional, do PIB, da renda e tal, como gostam os economistas. Esse tipo de crescimento, no final das contas, representa continuar produzindo mais do mesmo tipo de coisa e nos coloca na rota certa de um inexorável desastre ambiental. É tempo de uma nova perspectiva que entenda crescimento como um salto de qualidade. Um adolescente não se torna um adulto crescendo mais alguns centímetros, mas mudando qualitativamente. Da mesma forma, uma lagarta não se torna uma borboleta se continuar crescendo.

Tenho confiança em que a humanidade já está em processo acelerado de reinvenção e inovação de nossos estilos de vida, de nossas empresas e organizações e – acredite! – de nossos governos. Claro que reinventar governos tomará mais tempo. Afinal, a atual geração de políticos no poder é uma liderança de baixa qualidade em termos de talento e preparo. Mundialmente, vivemos uma entressafra. Não existem grandes estadistas. Temos, sim, uma geração de hábeis comunicadores eleitoreiros que repetem platitudes e fórmulas marqueteiras. Quase todos incapazes de assumir a responsabilidade que se espera de um líder adulto. Isso inclui auxiliar as pessoas comuns a amadurecer questões complexas

que exigem novas respostas. Assim como forjar uma agenda inovadora para os desafios políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Existe uma nova liderança da humanidade em formação. Ela chegará paulatinamente ao poder político. Essa liderança ainda é invisível. São milhões de pessoas em todo o planeta, que têm hoje, graças à internet e à crescente mobilidade internacional, muito mais capacidade de interação. Elas estão construindo um novo diálogo humano. São homens e mulheres que pesquisam e fazem avançar de forma acelerada o conhecimento. Você sabia que 97% dos cientistas de toda a história da humanidade estão hoje vivos?

Temos ainda milhões de líderes empreendedores. Sem o constrangimento de barreiras nacionais, eles seguem inventando e criando uma profusão de novas ferramentas e de novos tipos de organização. Milhões de pessoas comuns também fazem parte da minoria criativa emergente. Comuns por um lado, por outro extraordinárias, porque estão construindo formas inovadoras de viver, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

Fundamento minha argumentação em 20 anos de vida empenhados em viagens e pesquisas pelo mundo, trabalhando com organizações, empresas, pessoas e governos dos mais diversos. Por isso, advogo que não estamos vivendo apenas um dia após o outro. Está em curso uma fantástica jornada de

transição civilizatória – incerta, angustiante, sinuosa. Essa transição poderá nos levar dos tempos pós-industriais para a Era da Sociedade Digital Global.

O historiador inglês Arnold Toynbee afirmava que "as civilizações não são destruídas, elas se suicidam". Era respaldado por sua portentosa obra intitulada *Um Estudo de História*,

na qual analisava e refletia sobre a ascensão e declínio de 21 civilizações que passaram pelo planeta nos últimos 5 mil anos. Explicava ele que a decadência é sempre evitada quando uma minoria criativa responde de maneira inovadora aos desafios que as circunstâncias históricas apresentam. Quando essa minoria falha, a civilização entra em colapso.

Nesta travessia contemporânea, acredito que é preciso ver a realidade com os olhos do poeta Fernando Pessoa. Nossa alma não pode ser pequena, se queremos mesmo fazer de nossa existência individual um empreendimento venturoso e coletivamente edificar a epopéia civilizatória que será conhecida como "Renascença digital". Esse é o nome para os nossos tempos. ■

**Sabia que 97%  
dos cientistas de  
toda a história da  
humanidade  
estão hoje vivos?**



# É hora de oferecer algo



FAREED ZAKARIA  
é colunista  
e editor-chefe  
da edição  
internacional  
da revista  
Newsweek

**A** PESAR DE TODA A DISCUSSÃO SOBRE QUEM é culpado pelo teste nuclear na Coreia do Norte, todo mundo concorda com o próximo passo: sanções econômicas. Mas alguém acha que vai adiantar? A Coreia do Norte já é o país mais isolado do mundo. A população vive no nível de subsistência, escapando da fome em massa apenas por causa do envio de ajuda. Não há praticamente economia industrial. Os Estados Unidos impõem sanções econômicas desde os anos 1950, mas isso não impediu o regime de conseguir armas nucleares, nem abalou seu poder. A nova rodada de sanções vai ser mais multilateral. Vão guardar o ranço da maioria das sanções, impostas em grande parte porque não é possível uma intervenção militar, mas alguém tem de fazer alguma coisa.

Sanções tiveram pouco sucesso na arena nuclear. Consideremos os países que escolheram desistir de suas armas ou programas nucleares: Ucrânia, Casaquistão, Bielo-Rússia, África do Sul, Brasil e Argentina. Em todos, o que funcionou foi principalmente recompensas, não punições. Os países desistiram do *status* nuclear porque receberam algo em troca. Décadas de sanções não tiveram nenhum efeito sobre a Índia ou o Paquistão e até agora não surtiram efeito sobre o Irã ou a Coreia do Norte.

O caso mais recente de desnuclearização é a Líbia. Muitos no governo Bush vêem-na como exemplo do poder de coerção. O vice-presidente Dick Cheney disse durante a campanha eleitoral que, "cinco dias depois da captura de Saddam Hussein, Muamar Kadafi se adiantou e anunciou que ia entregar todo o seu material nuclear para os EUA". Não há dúvida de que o poderio americano teve um papel para persuadir Kadafi de desistir de sua aventura nuclear. Mas por que funcionou com ele, e não com a Coreia do Norte ou o Irã?

O longo histórico de negociações com a Líbia mostra uma história mais complexa. Em uma análise exaustiva publicada no periódico *International Security*, Bruce Jentleson e Christopher Whytock detalham como a Líbia acabou desistindo de suas armas. No fim dos anos 1970, a Líbia era um dos principais patrocinadores do terrorismo e estava decidida a conseguir armas nucleares, químicas e biológicas. Nos anos 1980, a Líbia esteve envolvida no seqüestro do navio Achille Lauro, na explosão de uma discoteca em Berlim e na derrubada do avião da Pan Am sobre a cidade escocesa de Lockerbie. O governo Reagan estava decidido a desestabilizar

Kadafi. Bombardeou a residência da família de Kadafi em 1986. Lançou operações secretas contra o regime e, claro, impôs sanções.

Essas políticas no início pareceram eficientes, mas agora está documentado – em um estudo do Departamento de Defesa – que elas produziram um aumento marcante do terror líbio patrocinado pelo Estado. O governo Bush (o pai do atual presidente) chegou à conclusão de que essa estratégia na verdade ajudava Kadafi, que usava o que estava acontecendo para conseguir apoio em casa. Então, os EUA e o Reino Unido propuseram condições para resolver controvérsias pendentes (reconhecimento e compensação pelo vôo 103 da Pan Am e acabar com o apoio a grupos terroristas) sem citar mudança de regime. Essa mudança atraiu os líbios e deu início a um processo que evoluiu.

Em 1999, durante o governo Clinton, Kadafi pediu a Nelson Mandela e a Kofi Annan para garantir que os EUA e o Reino Unido não tentariam "minar o regime líbio". Depois de consultar Washington, Annan escreveu para Kadafi. Em meados de 2001, o governo Bush (o filho) continuou as conversas na mesma linha, mas com mais enfoque nas armas de destruição em massa da Líbia. Em 2002, depois de deliberar com Bush, Tony Blair reafirmou em uma carta a Kadafi que um acordo sobre as armas de

destruição em massa resultaria em uma normalização das relações com os EUA e o Reino Unido, com a perspectiva de normalização das relações com o Ocidente todo, interrupção das sanções e fluxo de comércio e investimento.

Essa é uma versão curta e seletiva da história. Havia outros fatores em jogo, mas, inegavelmente, negociações diretas e as recompensas que

Países desistiram  
de programas nucleares  
porque receberam  
recompensas, e não  
por causa  
de punições

Washington e Londres prometeram tiveram um papel definitivo na mudança de idéia de Kadafi. O exemplo da Líbia mostra que é preciso, além de ameaçar, oferecer algo para conseguir resultados. Tanto a vara quanto as cenouras são necessárias para fazer o cavalo andar. Também mostra que não se consegue uma grande mudança na política de um governo se você não conversa com ele, ou se ele acredita que você ao mesmo tempo quer derrubá-lo. O governo Bush nunca resolveu essa contradição fundamental – entre a mudança da política e a mudança do governo. Até que faça isso, nunca saberemos o que uma política inteligente de sanções pode produzir na Coreia do Norte. ■

# Paciência no chão



RICARDO FREIRE  
é blogueiro  
profissional.  
[http://  
vlajenaviagem.zip.net](http://vlajenaviagem.zip.net)  
[rfreire@edglobo.  
com.br](mailto:rfreire@edglobo.com.br)

**P**rimero foi a crise da Varig, que atrapalhou as férias de meio mundo e lotou os saguões dos aeroportos. Depois, a proibição de carregar líquidos e géis em vôos para os Estados Unidos, ocasionando filas imensas, atrasos e conexões perdidas. Agora, a operação-padrão dos controladores de vôo em pleno feriadão. Decididamente, nos últimos tempos os passageiros de companhias aéreas têm passado mais tempo no aeroporto que propriamente no ar. É uma boa hora para uma reflexão sobre o que se tornou viajar de avião.

Não existe meio de transporte mais mágico e mais sem graça, mais sofisticado e mais desconfortável, mais rápido e mais monótono, mais formidável e mais irritante, mais seguro e mais amedrontador que o avião. Sua invenção deixou qualquer lugar do mundo a no máximo um dia de viagem de onde você está – ao mesmo tempo que aboliu irremediavelmente o prazer do deslocamento. De duas, uma: ou voar é a mais avançada expressão do gênio humano, ou é a mais primitiva e desengonçada forma de teletransporte.

Um vôo é a maneira mais abrupta de ligar dois destinos. O viajante chega rápido, mas em compensação é privado de acompanhar a mudança de paisagens e de condições climáticas que explicam as diferenças entre o lugar de onde saiu e aquele aonde chegou. Entretanto, diante do milagre que é almoçar em São Paulo e jantar em Fortaleza, nada disso tem importância. A não ser, claro, que uma operação-padrão faça você perder seu jantar.

Os mais antigos devem se lembrar do tempo em que viajar de avião constituía por si só um sinal exterior de riqueza. Embarques e desembarques eram eventos sociais importantes, que levavam famílias inteiras ao aeroporto. A bordo, bebidas finas, pratos quentes (quentes!) e presentinhos simpáticos ajudavam os passageiros a não ter acessos de claustrofobia. De repente, pof! Democratizaram a aviação – e o avião virou um ônibus que voa.

A mudança foi abrupta. Durante décadas, as grandes companhias aéreas competiram para

oferecer vôos a toda hora para todos os lugares, com conexões rápidas e fartura de comida a bordo (eu não falei que era boa, falei que era abundante). Se o passageiro desistisse da viagem, não precisava nem avisar: dava para remarcar a passagem sem pagar multa nem nada. Manter estruturas tão complexas tem seu preço: hoje as companhias aéreas tradicionais estão quase todas no vermelho, e não dá para culpar apenas a má qualidade da comida. As companhias aéreas que dão lucro – como a pioneira americana Southwest e suas seguidoras inglesas Ryanair e EasyJet – são enxutas, usam aeroportos secundários, não remarcam bilhetes, fazem vôos sem escalas, não oferecem conexões, não mantêm programas de milhagem e não servem nada de graça a bordo. Ah, sim: e cobram barato, às vezes baratíssimo, de quem faz suas reservas com antecedência (e, de preferência, pela internet). Já há até quem consiga oferecer custos baixos e mesmo assim trate o passageiro com mordomias: esse é o caso da JetBlue, a nova sensação do mercado americano.

Pensando bem, a aura de sofisticação que cercava as viagens aéreas havia muito tempo não tinha mais cabimento. Por mais sorridente que seja ou por mais laquê que tenha desperdiçado no cabelo, nenhuma aeromoça vai nos distrair do fato de que o avião é a única lata de sardinhas em que as sardinhas precisam usar cinto de segurança. Passar uma noite atravessando o oceano na classe econômica é sempre um dos momentos mais indignos de nossas vidas. Quando desembarcamos e encaramos o funcionário da imigração, somos donos da

auto-estima de um refugiado das enchentes de Bangladesh. O que aprendemos agora é que passar cinco horas no saguão do aeroporto tem praticamente o mesmo efeito.

Que as companhias aéreas economizem no serviço para baratear as passagens a gente entende. O que não dá para entender é como os controladores de vôo brasileiros ganham tão mal, mesmo com as taxas de embarque exorbitantes que pagamos. ■

Diante do milagre  
que é almoçar em  
São Paulo e jantar em  
Fortaleza, nada tem  
importância. A não  
ser, claro, que uma  
operação-padrão  
faça você perder  
seu jantar



# Obstáculos ao crescimento



PAULO GUEDES  
é economista  
e escreve  
quinzenalmente  
em ÉPOCA.  
pguedes@edglobo.  
com.br

**M**AL O PRESIDENTE LULA FOI DECLARADO vencedor das eleições, as páginas de jornais foram invadidas por uma nova pauta: a retomada do crescimento econômico. Há pelo menos três formas não só consistentes, mas também inteiramente compatíveis de abordar o tema. São ângulos distintos de observação do mesmo fenômeno.

A primeira forma vem da macroeconomia convencional, que aparece de maneira muito popular na mídia: é simplesmente derrubar os juros e elevar o câmbio por um passe de mágica do Banco Central. Essa seria uma visão tão rudimentar quanto equivocada. Guilhotinou várias equipes do BC no passado e foi sempre um passaporte garantido para o regime inflacionário.

Há, entretanto, bons fundamentos na idéia de que trajetórias mais baixas de juros e mais altas na taxa de câmbio poderiam elevar a taxa de investimento das empresas e o grau de competitividade de vários setores, por meio das substituições de importações e da promoção de exportações. E não teriam nenhum impacto inflacionário, desde que resultantes de um regime fiscal consistente, produzido por uma trajetória declinante de gastos públicos como porcentagem do PIB. Esse seria um belo exemplo de como um bom ambiente macroeconômico – composto de um regime fiscal consistente, de um Banco Central autônomo e de um sistema de câmbio flexível – torna-se um poderoso lubrificante para a engrenagem de crescimento econômico.

O segundo ângulo de abordagem vem da teoria do crescimento propriamente dita. É preciso acelerar o ritmo de acumulação de capital físico (máquinas, equipamentos, infra-estrutura e instalações industriais), o investimento em capital humano (educação) e pesquisa e desenvolvimento (inovações tecnológicas). Bem como o capital organizacional das empresas e o capital institucional do país, aumentando a eficiência do regime político-partidário.

Mas há uma terceira forma pouco abordada, apesar de responsável por históricos episódios de crescimento exuberante. "As diferenças de padrões de vida entre países são enormes. Re-

sultam essencialmente de políticas específicas, aplicadas por esses países, restringindo as práticas de negócios, a criação de empregos e o uso eficiente de recursos produtivos pelas empresas. Esses obstáculos, verdadeiras barreiras ao enriquecimento, derrubam a produtividade dos recursos, a produção e a renda do país. Uma condição necessária para um país experimentar um milagre econômico, um desenvolvimento acelerado, é que não esteja se utilizando plenamente do enorme estoque de conhecimento disponível, exatamente pela existência dessas barreiras à adoção ao uso eficiente de seus recursos."

É o que afirma, em *Obstáculos ao Enriquecimento* (2000), Edward Prescott, prêmio Nobel de Economia. Ele explica de forma acessível o que sabemos intuitivamente: "É mais fácil simplesmente copiar, adotar e adaptar técnicas já disponíveis do que inovar, descobrir, ampliar as fronteiras do conhecimento, das tecnologias e dos métodos de gestão". O milagre do crescimento acelerado do Japão e dos Tigres Asiáticos no passado e o milagre atual de retardatários como Rússia, China, Índia e alguns

países do Leste Europeu são reflexo da remoção desses obstáculos. É tão mais formidável o milagre quanto mais impeditivas forem as barreiras e por quanto mais tempo tenham prevalecido, segundo Prescott.

O excesso de regulamentação e burocracia por obsoleto intervencionismo (da esquerda) ou pressões oportunistas de grupos de interesse (os conservadores) significam, portanto,

enorme potencial inaproveitado para um crescimento econômico acelerado. O que parecia uma improvável aliança, entre "esquerda" e conservadores, não só existe, como se tornou o principal obstáculo à modernização.

Pena que a terceira forma de abordagem, responsável por extraordinários episódios de erradicação da pobreza, exige o que as plataformas socialdemocratas nunca puderam oferecer: o choque de produtividade das reformas, a ousadia das desregulamentações e o enfrentamento dos grupos de interesse organizados. O presidente se candidata ao milagre? ■

A improvável  
aliança entre  
"esquerda" e  
conservadores não só  
existe, como se  
tornou o principal  
empêchilo à  
modernização

DOMENICO DE MASI

# Os inimigos do ócio



DOMENICO DE MASI é sociólogo da Universidade La Sapienza, em Roma, e escreve quinzenalmente em ÉPOCA

**D**E ACORDO COM A MENTALIDADE corrente, encorajada pela competitividade, o tempo livre e sua versão desprestigiada, o ócio, são aceitos apenas em baixíssimas doses, além de ser observados com desconfiança. Desastres como aqueles da Enron e da Parmalat, porém, foram provocados por empresários e executivos muito atarefados.

A sociedade industrial admite a folga do trabalho somente se ela objetiva três metas: recuperar a energia para voltar ao trabalho depois; procriar e educar a prole (vem daí a palavra "proletariado") para fornecer novas levadas de trabalhadores às fábricas e ao Exército; freqüentar as celebrações religiosas no Dia do Senhor.

É como escreveu o filósofo Bertrand Russell: "A idéia de que os pobres possam estar ociosos sempre contrariou os ricos". No passado, os empresários queriam que os trabalhadores ficassem em casa e fossem à igreja aos domingos. Os bares, a estrada, as reuniões alegres eram considerados antecâmaras da licenciosidade nesta vida e do inferno na próxima. Nesse contexto, Henry Ford organizou uma densa rede de inspetores e atribuiu-lhes a tarefa de controlar os hábitos de seus operários – sobretudo daqueles que eram solteiros – durante o fim de semana.

Depois foi o próprio Henry Ford que compreendeu que um trabalhador centrado em fábrica, casa e igreja era útil apenas como produtor, mas inútil como consumidor. Foi assim que se iniciou, no Ocidente, a alienação total de nossa vida, estrangida a dividir-se entre o frenesi da produtividade durante o trabalho e o frenesi do consumismo durante a folga. No Oriente, as coisas não caminham para uma situação melhor. No passado, a cultura oriental elevava o ócio ao nível de arte. Mas, hoje, a adesão ao modelo americano se difundiu até alcançar o Japão; depois o vírus da hiperatividade industrial se alastrou para a China e a Índia.

As principais acusações que os bem pensantes formulam contra o ócio são, pelo menos, seis. A primeira consiste no senso de tédio e de

vazio provocado pela disponibilidade do tempo livre. Esse tédio é senso de vazio que o ocioso sentiria acabaria por conduzi-lo ao álcool, à droga e a atos de violência, como estupros e vandalismo.

A segunda acusação vê no ócio uma atitude que acabaria por destruir a comunidade por meio da difusão do individualismo anárquico e egoísta.

A terceira acusação credita aos ociosos as crises econômicas e as quedas na Bolsa. Se o balanço mostra que o haver está no passivo, se as empresas estão falindo, se os serviços públicos estão às moscas, a culpa é toda dos ociosos vagabundos e dos sindicatos que os defendem.

A quarta acusação teme que a expansão do tempo livre e do ócio possa provocar uma guerra entre os vadios e os laboriosos com uma conseqüente possível instauração de regimes totalitários.

A quinta acusação vê na propensão ao tempo livre uma perigosa tendência à preguiça, à degeneração dos costumes, à crise da civilização. Mais ainda, vê na preguiça um defeito congênito dos países quentes, dos povos mediterrâneos, africanos e sul-americanos, incivilizados por definição e, portanto, condenados a uma miséria culpabilizada.

Finalmente, a sexta acusação é de ordem religiosa, pois o trabalho é um castigo divino imposto ao homem como expiação do pecado original. Como o ócio impede essa expiação, alimenta novos pecados.

Como se defender dos detratores do ócio? Contra eles só funcionam as armas da sabedoria e da ironia. E, por ironia do destino, atualmente a relação das classes sociais com o ócio se inverteu. No passado, as

pessoas comuns eram educadas para amar o trabalho e eram estrangidas a evitar o ócio, enquanto os aristocratas se dedicavam a ele tranqüilamente. No presente, são os ricos – sobretudo os empreendedores e os executivos – que se esfalfam 12 horas por dia, mesmo nos feriados, enquanto os operários trabalham apenas oito horas por dia e não mais que cinco dias por semana. ■

No Ocidente, ocorreu a alienação total de nossa vida, estrangida a dividir-se entre o frenesi da produtividade durante o trabalho e o frenesi do consumismo durante a folga



SUSAN ANDREWS

# Livre de transtornos



**SUSAN ANDREWS** é psicóloga e monja iogue. Autora do livro *Stress a Seu Favor*, ela coordena a *ecovila Parque Ecológico Visão Futuro* e escreve quinzenalmente em *ÉPOCA*.  
[www.visaofuturo.org.br](http://www.visaofuturo.org.br)  
[susan@edglobo.com.br](mailto:susan@edglobo.com.br)

**D**e depois de minha última coluna sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), recebi muitos e-mails que me tocaram profundamente. Por isso, quero ir mais fundo no assunto agora e no futuro. Mas antes de discutirmos soluções alternativas à medicação, lembremos que, embora a farmacoterapia para crianças possa ser necessária e eficaz em alguns casos, existe uma crescente preocupação em nível mundial de que muitas crianças com problemas de comportamento estejam sendo equivocadamente diagnosticadas com TDAH e desnecessariamente medicadas com drogas.

Em 1995, a Administração de Controle de Drogas, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, alertou sobre os possíveis efeitos colaterais do metilfenidato (Ritalina): "insônia, apetite diminuído, dor de barriga, enxaqueca e tontura, mesmo quando ministrada em baixas doses", "irritabilidade e melancolia" reportadas em até 22% dos casos e "supressão do crescimento". A suspensão do uso crônico desses psicoestimulantes causa os mesmos sintomas de abstinência da cocaína e das anfetaminas: "depressão, distúrbios do sono, ansiedade, fadiga, raiva, agitação psicomotora, confusão mental e ânsia por drogas".

Diante de tais riscos, será que não valeria a pena pelo menos tentar outras abordagens antes de medicar crianças hiperativas ou com déficit de atenção, que geralmente não são "doentes", mas, como descreveu o terapeuta britânico David Hoffman, "muito ativas, muito criativas, muito vivazes"? E, mesmo que os estimulantes sejam considerados temporariamente necessários em casos extremos, será que não poderíamos combiná-los com tratamentos alternativos e gradualmente liberar a criança da droga à medida que ela melhora? A seguir, algumas dicas:

**1. Analise cuidadosamente as possíveis causas** – Considere alergias, hipoglicemia, alimentação inapropriada, problemas de visão ou audição, intoxicação por metais pesados ou problemas da tireóide. Como a especialista em saúde infantil americana Mary Ann Block afirma: "Essas crianças não têm problemas psiquiátricos, isso não é TDAH. Elas frequentemente têm condições médicas ou problemas de aprendizado interferindo em sua atenção

e em seu comportamento. Se a solução de um médico é só escrever uma receita médica, recomendo aos pais para que procurem outro, que saiba enxergar a causa subjacente ao problema". Algumas vezes os pais podem descobrir que, como uma mãe me escreveu, "a escola e a professora eram a chave do problema", não o filho. Depois de mudar seu filho de escola, ele se tornou o "craque" da turma. "Resgatamos a auto-estima da criança sem necessidade de agredi-la", disse. Encontre uma escola que respeite as diferenças e ofereça aprendizado autodirecionado por meio de movimento corporal, jogos e atividades do tipo "mão na massa".

**2. Respire profundamente** – Ensine a criança a inspirar bem devagar pelo nariz, lentamente enchendo os pulmões como se fossem dois balões de aniversário. Segure a respiração contando até sete e, ainda lentamente, deixe o ar sair pela boca, fazendo sons de "vento". A respiração profunda oxigena o cérebro, ativa o sistema nervoso parassimpático e a "resposta de relaxamento". Olhe diretamente nos olhos da criança e respire profundamente com ela.

Isso também acalma os pais estressados!

**3. Crie um ambiente tranquilizador no lar** – Não deixe o quarto da criança ficar bagunçado. Pinte as paredes com cores calmantes. Ajude a criança a seguir uma rotina diária estruturada. Outra mãe me escreveu: "Quando meu filho tinha 8 anos, foi diag-

nosticado com TDAH, e a Ritalina foi prescrita. Joguei a receita no lixo! Fizemos ações que considero simples: matriculamos nosso filho em aulas de basquete na própria escola, o que melhorou a atenção, aumentou a auto-estima e diminuiu a ansiedade. Providenciamos aulas particulares para as matérias em que aconteciam as maiores dificuldades, até que ele mesmo embalasse. Preparamos uma área para estudos: paredes limpas, uma mesa grande dentro do quarto sem nada em cima, somente o material usado para executar as tarefas do momento. Hoje, passados seis anos, ele é um adolescente dentro dos padrões de normalidade. Joga futebol, estuda guitarra e faz aulas de inglês, sempre com excelentes resultados. Estamos tranquilos, com a certeza de termos acertado o caminho". ■

Crianças hiperativas geralmente não são "doentes", mas muito ativas, muito criativas, muito vivazes